

**ENNIO LEITE DE MELLO**

**DINÂMICA DO COMPORTAMENTO REPRODUTIVO NO MUNICÍPIO  
DO RIO DE JANEIRO - 1991/2000**

Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Nacional de Ciências Estatísticas, para obtenção do Título de Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

Área de Concentração: Demografia

Orientador: Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves

Co-orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Suzana Marta Cavenaghi

Rio de Janeiro, 17 de março de 2006.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

# **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzana Marta Cavenaghi

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Taís de Freitas Santos

---

Prof. Dr. Kaizô Iwakami Beltrão

Rio de Janeiro, 17 de março de 2006.

# DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais, Ennio (*in memoria*) e Sônia que sempre me apoiaram em todos os momentos. Com todo meu carinho e respeito.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a DEUS por estar sempre ao meu lado, nos momentos alegres e principalmente nos difíceis, quando mais precisei ter calma e discernimento, bem como pelas oportunidades e as lutas conquistadas. Em segundo lugar, quero agradecer aos meus queridos pais, Ennio e Sônia, meus maiores incentivadores, que apesar das dificuldades, conseguiram educar seus cinco filhos e superaram com determinação os percalços da vida. E agora na velhice enfrentam sérios problemas de saúde, ele com esclerose lateral amiotrófica (†2005) e ela com síndrome de Parkinson. Além deles, agradeço o apoio das minhas irmãs e meu irmão, meus grandes e verdadeiros amigos. Também agradeço a Israel e Malena Porati, meus grandes amigos do coração.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, me incentivaram a seguir em frente com meus estudos. A professora Denise Britz do Nascimento Silva que sempre estimulou minha candidatura ao mestrado. Ao Luiz Antonio Pinto de Oliveira pelo apoio que me deu para ingressar no mestrado, bem como ao meu afastamento temporário para término desta dissertação. A Juarez de Castro Oliveira, especialmente pelo seu apoio, boa vontade em esclarecer dúvidas e compreensão pelos momentos difíceis. O meu muito obrigado à professora Ana Amélia Camarano pelo carinho, pela força, paciência e suas críticas construtivas ao meu anteprojeto, bem antes do meu ingresso ao curso de Mestrado da ENCE. Meu agradecimento às equipes técnicas das bibliotecas da ENCE e a setorial da Avenida República da Chile/IBGE, que sem suas colaborações teria sido mais difícil à realização desta pesquisa. Muito obrigado, ao Cezar Camardella pela grande ajuda computacional na construção da base de dados em Redatam. Agradeço em especial a Marisa Soares da Cunha pelo estímulo e apoio em vários momentos no IBGE. Ao amigo Antonio de Ponte Jardim, obrigado por compartilhar desta dissertação, nas sugestões valiosas que muito enriqueceram meus estudos.

Não poderia deixar de agradecer a todos os professores do mestrado da ENCE pela oportunidade de aprender e desenvolver trabalhos na área demográfica. Agradeço a Diretoria Pesquisas do IBGE pela liberação em tempo integral para me dedicar aos meus estudos.

Gostaria de agradecer muito ao professor José Eustáquio Diniz Alves pela tranqüila orientação, pelas palavras de incentivo, boa vontade, críticas e sugestões contidas nesta dissertação de mestrado. Muito obrigado, a Suzana Marta Cavenaghi, co-orientadora que muito me ajudou na construção e análise dos indicadores sociais deste trabalho, dando sugestões fundamentais para conclusão desta dissertação.

Agradeço a você, Jussara Colen Rieveres, pelo seu jeito de ser, afeto, amizade e nos momentos difíceis por suas palavras.

Sem poder deixar de ser lembrada, Ana Paula Cunha, o meu o agradecimento especial pelo seu carinho, incentivo e paciência.

Por fim, manifesto a minha gratidão aos professores que fizeram parte da banca examinadora, a Professora Dra. Taís de Freitas Santos e o Professor Dr. Kaizô Iwakami Beltrão, nas sugestões que abrilhantaram esta dissertação.

# SUMÁRIO

Lista de Figuras, Painéis e Tabelas.....	6
Lista de Gráficos.....	8
Resumo.....	9
Abstract.....	12
Introdução.....	13
<b>Capítulo 1 – Caracterização teórica sobre a Transição da Fecundidade.....</b>	<b>16</b>
1 – Introdução.....	16
1.1 – Transição da fecundidade – revisão da literatura.....	
1.2 – Transição Demográfica de países desenvolvidos versus países menos desenvolvidos.....	24
1.3 – Pressupostos sobre o crescimento populacional mundial.....	26
1.4 – Sumário.....	32
<b>Capítulo 2 – O declínio da fecundidade no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro.....</b>	<b>35</b>
2 – Introdução.....	35
2.1 – Abordagens sobre a Transição da fecundidade no Brasil.....	36
2.2 – Panorama conciso da fecundidade brasileira e fluminense.....	38
2.3 – Os determinantes próximos da fecundidade.....	45
2.4 – O papel do Governo Brasileiro.....	49
2.5 – Sumário.....	50
<b>Capítulo 3 – Metodologia utilizada.....</b>	<b>53</b>
3 – Introdução.....	53
3.1 – Informações sobre os dados.....	53
3.2 – Processamento dos dados.....	54
3.3 – As coortes de nascimento.....	54
3.4 – Método de Progressão de Parturição (cálculos das probabilidades de nascimentos de filhos vivos.....	56

3.5 – Variáveis analisadas.....	58
<b>Capítulo 4 – A dinâmica demográfica no Município do Rio de Janeiro: 1991 – 2000.....</b>	<b>66</b>
4 – Introdução.....	
4.1 – Dinâmica demográfica no Município do Rio de Janeiro.....	66
4.2 – Visão geral do panorama demográfico das mulheres de 35 a 49 anos de idade residentes no Município do Rio de Janeiro.....	75
<b>Capítulo 5 – Panorama dos diferenciais de fecundidade no Município do Rio de Janeiro: 1991 – 2000.....</b>	<b>83</b>
5 – Introdução.....	83
5.1 – Raça/cor.....	84
5.2 – Anos de estudo.....	88
5.3 – Estado civil.....	97
5.4 – Condição de atividade.....	109
5.5 – Classes de rendimento nominal mensal familiar.....	113
5.6 – Religião.....	121
<b>Capítulo 6 – Conclusões.....</b>	<b>129</b>
Bibliografia.....	133
Sites.....	139

### LISTA DE FIGURAS E PAINÉIS

Figura 1 - Modelo de Transição Demográfica.....	17
Painel 1- Mulheres de 35 a 49 anos de idade que estão com o ciclo reprodutivo “quase completo” - 1991 – 2000.....	56
Painel 2 - Exemplo prático do método de progressão de parturição.....	58

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados demográficos e estimativas para as Regiões e Países do Mundo: 2005 – 2025 - 2050.....	30
Tabela 2 - Os dez países mais populosos do mundo: 2005 - 2050.....	32
Tabela 3 - Taxa de fecundidade total (TFT) - Brasil, Grandes Regiões e Estado do Rio de Janeiro 1940 - 2000.....	43
Tabela 4 - Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo total e grupos de idade.....	60
Tabela 5 - Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do	



setor censitário e raça/cor, segundo anos de estudo e grupos de idade.....	61
Tabela 6 - Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo estado civil e grupos de idade.....	62
Tabela 7 - Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo condição de atividade e grupos de idade.....	63
Tabela 8 - Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo classes de rendimento nominal mensal familiar e grupos de idade.....	64
Tabela 9 - Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo religião e grupos de idade.....	65
Tabela 10 - Taxa média geométrica anual de crescimento - Município do Rio de Janeiro, 1950 - 2000.....	68
Tabela 11 - Razão de sexo, Índice de envelhecimento e Razão de dependência - Município do Rio de Janeiro, 1950 - 2000.....	69
Tabela 12 - Estrutura das famílias do Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000...	71
Tabela 13 - Probabilidades de ter pelo menos 1 filho para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	81
Tabela 14 - Descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário, anos de estudo e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	92
Tabela 15 - Descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário, estado civil e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	100
Tabela 16 - Descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário, condição de atividade e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	108
Tabela 17 - Descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário, classes de rendimento nominal mensal familiar e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro: 1991 - 2000.....	116
Tabela 18 - Descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário, religião e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	124

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Evolução da taxa de fecundidade total, Brasil, Grandes Regiões e Estado do Rio de Janeiro, 1940 - 2000.....	44
Gráfico 2 - Percentuais de queda da taxa de fecundidade total, Brasil, Grandes Regiões e Estado do Rio de Janeiro, 1960 - 2000.....	45
Gráfico 3 - População residente segundo localização do setor censitário - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	73
Gráfico 4 - Distribuição de mulheres de 15 a 49 anos de idade, segundo localização do setor censitário - Município do Rio de Janeiro 1991 - 2000.....	74
Gráfico 5 - Distribuição de mulheres de 15 a 49 anos de idade, que tiveram filhos nascidos vivos, segundo localização do setor censitário - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	74
Gráfico 6 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, segundo	

localização do setor censitário - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	77
Gráfico 7 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, que tiveram filhos nascidos vivos, segundo localização do setor censitário - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	78
Gráfico 8 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por número de filhos tidos nascidos vivos, segundo coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	80
Gráfico 9 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e coortes de nascimento, segundo número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	82
Gráfico 10 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por raça/cor, segundo localização do setor censitário - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	85
Gráfico 11 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, que tiveram filhos nascidos vivos, por raça/cor, segundo localização do setor censitário - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	85
Gráfico 12 - Descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário, segundo raça/cor e coortes de nascimento e - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	86
Gráfico 13 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	88
Gráfico 14 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo anos de estudo - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	90
Gráfico 15 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e número de filhos tidos nascidos vivos, segundo anos de estudo e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro - 2000.....	91
Gráfico 16 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e anos de estudo, segundo coortes de nascimento e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	95
Gráfico 17 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e anos de estudo, segundo coortes de nascimento, raça/cor e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	96
Gráfico 18 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo estado civil - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	98
Gráfico 19 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e número de filhos tidos nascidos vivos, segundo estado civil e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro - 2000.....	99
Gráfico 20 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e estado civil, segundo coortes de nascimento e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	103

Gráfico 21 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e estado civil, segundo coortes de nascimento, raça/cor e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	105
Gráfico 22 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo condição de atividade - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	106
Gráfico 23 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e número de filhos tidos nascidos vivos, segundo condição de atividade e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro - 2000.....	107
Gráfico 24 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e condição de atividade, segundo coortes de nascimento e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	110
Gráfico 25 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e condição de atividade, segundo coortes de nascimento, raça/cor e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	112
Gráfico 26 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo classes de rendimento nominal mensal familiar - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	114
Gráfico 27 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e número de filhos tidos nascidos vivos, segundo classes de rendimento nominal mensal familiar e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro - 2000.....	115
Gráfico 28 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e classes de rendimento nominal mensal familiar, segundo coortes de nascimento e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	119
Gráfico 29 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e classes de rendimento nominal mensal familiar, segundo coortes de nascimento, raça/cor e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	120
Gráfico 30 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo religião - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	122
Gráfico 31 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e número de filhos tidos nascidos vivos, segundo religião e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro - 2000.....	123
Gráfico 32 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e religião, segundo coortes de nascimento e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	127
Gráfico 33 - Probabilidades de aumento da família para as coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e religião, segundo coortes de nascimento, raça/cor e número de filhos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro, 1991 - 2000.....	128

## RESUMO

Com base em diversas fontes da literatura demográfica sobre a reprodução humana, procurou-se reunir experiências e conceitos gerais sobre a transição de altos a baixos níveis de fecundidade. Notadamente, tal conjuntura revela que o fenômeno da transição da fecundidade pode variar e ocorrer em múltiplos contextos sociais, econômicos e culturais inseridos nas diferentes populações estudadas.

O Brasil apresentou, nas últimas décadas, uma das transições de fecundidade mais rápidas ocorridas no século vinte quando comparado a outros países em desenvolvimento. Em menos de quarenta anos, a taxa de fecundidade total, que girava em torno de seis filhos, caiu a níveis próximos de reposição (2,4 filhos por mulher em 2000). Dentre os estados brasileiros, o Rio de Janeiro, tradicionalmente, vem apresentando os mais baixos níveis de fecundidade do país desde o início do século passado, principalmente, a sua capital.

A presente dissertação traça um panorama geral dos diferenciais da fecundidade do Município do Rio de Janeiro, levando-se em conta a distribuição de mulheres que estão com o ciclo reprodutivo "quase completo", segundo o número de filhos tidos nascidos vivos. O estudo leva em consideração os diferentes perfis socioeconômicos das mulheres de 35 a 49 anos de idade por raça/cor, anos de estudo, estado civil, condição de atividade, classes de rendimento nominal mensal familiar e religião. Por conseguinte objetivo deste estudo comparativo é medir o efeito dessas variáveis sobre a fecundidade dos segmentos populacionais femininos residentes em favelas e fora delas, utilizando-se os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000.

**Palavras-Chave:** Fecundidade; parturição; raça/cor; estado civil; religião; condições socioeconômicas; Município do Rio de Janeiro; favelas.

## ABSTRACT

Based on several demographic literature sources about human reproduction, it tried to meet experiences and general concepts about transition from high to low fertility levels. Especially, such conjuncture reveals that the fertility transition phenomenon can vary and occur in multiple social, economical and cultural contexts inserted in the different studied populations.

Brazil presented, in the last decades, one of the faster fertility transitions happened in the twentieth century when compared the other countries in development. In less than forty years, the total fertility rate, that it rotated around six children, it fell at close levels of replacement (2.4 children for woman in 2000). Among the Brazilian states, Rio de Janeiro, traditionally, is presenting the lowest levels of fertility of the country since the beginning of last century, mainly, your capital.

The present dissertation traces a general overview of different fertility patterns of the Rio de Janeiro Municipality. In order to accomplish this post, it was taken into account the women's distribution that they are with the "almost complete" reproductive cycle, according to the number of children had been born alive. The study takes in consideration the women's different socioeconomics profiles from 35 to 49 years of age for race/color, years of study, civil marital status, activity condition, classes of monthly nominal income family and religion. Consequently, the objective of this comparative study is to measure the effect of those variables about the fertility of the segments feminine population residents in slums and out of them, using data of the Brazilians Demographics Censuses of 1991 and 2000.

**Keywords:** Fertility; parity; race/color; civil marital status; religion; socioeconomics profiles; Rio de Janeiro Municipality; slums.

# INTRODUÇÃO

O Brasil nas últimas décadas apresentou uma das transições de fecundidade mais rápidas ocorridas no século vinte quando comparado a outros países em desenvolvimento. Em menos de quarenta anos, a taxa de fecundidade total, que girava em torno de seis filhos, caiu a níveis próximos de reposição<sup>1</sup>. O ritmo desse processo mostrou-se diferenciado ao longo do tempo, apesar da fecundidade das mulheres brasileiras apresentar rápido declínio no número de filhos tidos entre 1960 e 2000. Considerando as regiões com um todo, essa redução foi lenta, mas bem expressiva no Norte e no Nordeste, já atingindo patamares baixos, próximos das outras regiões. O que ainda está alto são os diferenciais de fecundidade nessas duas regiões menos favorecidas, social e economicamente, comparadas às de melhores condições econômicas, como as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Estudos demográficos em relação a esse declínio mostram que essa transformação não foi homogênea no Brasil. Visto que existem importantes diferenças entre os vários grupos sociais resultantes da combinação de mudanças econômicas, sociais, culturais e institucionais inseridas num contexto brasileiro e internacional. Somadas as essas mudanças, observa-se uma expansão na disponibilidade e acesso a métodos anticoncepcionais a partir da segunda metade da década de 1960 no país.

Ressalta-se que “tradicionalmente, o Rio de Janeiro é o estado que apresenta as menores taxas de fecundidade do Brasil desde o início do século passado, sendo reconhecido como um precursor de novos comportamentos nacionais” (CAVENAGHI e ALVES, 2005: 1). O objetivo geral desta dissertação de mestrado é traçar um panorama da dinâmica da fecundidade no Município do Rio de Janeiro a partir dos dados dos censos demográficos de 1991 e 2000 e analisar os diferenciais e as tendências da

---

<sup>1</sup> O número médio de 2,1 filhos por mulher é considerado a taxa de fecundidade de reposição, isto é, o nível necessário para que a população, no longo prazo, possa se manter estacionária, sem acréscimos ou decréscimos de população.

fecundidade das mulheres que estão com o ciclo reprodutivo “quase completo”<sup>2</sup>, segundo características socioeconômicas e demográficas selecionadas.

O argumento baseia-se em que, a vida das mulheres é influenciada não só pelos papéis sociais que executa como mãe e esposa, mas também pela época em que assume essas funções e a duração das mesmas. Nesse contexto, cada dimensão social se comporta por sua lógica própria de discriminação cultural e ideológica, e que serve de diferenciação no caso da mulher. Os diferenciais entre os segmentos da população classificada por sua raça/cor são marcantes e se manifestam tanto nos indicadores socioeconômicos quanto nos demográficos. Desse modo, engendram-se ideologias<sup>3</sup> em que as limitações estruturais da sociedade<sup>4</sup> são apresentadas como se fossem de indivíduos ou de certos estratos sociais, incapazes de realizar as potencialidades do ser humano, devido a sua raça/cor numa determinada estrutura social e num determinado período histórico.

A intenção ao tomar este tema é tentar responder, a partir de informações já existentes, a algumas questões mesmo admitindo-se que essas conclusões não sejam definitivas ou que correspondam apenas parcialmente à realidade de um espaço geográfico:

1. Ao se discutir as trajetórias de declínio da fecundidade das mulheres residentes no município do Rio de Janeiro por sua raça/cor, que aspectos ou determinantes estariam estreitamente relacionados com as transformações dessas trajetórias?
2. Os diferenciais de fecundidade prevalecem em um determinado segmento de raça/cor ou espaço geográfico?
3. Quais os elementos ou tendências que caracterizam as condições ou status social da mulher perante a sociedade e como estariam contribuindo para as mudanças sociais da mulher?

---

<sup>2</sup> Em termos demográficos as mulheres com cinquenta anos ou mais de idade estão com o seu o ciclo reprodutivo completo.

<sup>3</sup> Geralmente o termo ideologia está relacionado a um conjunto de valores, crenças, idéias e que podem ser observados por atitudes ou doutrinas políticas, econômicas ou filosóficas em uma determinada sociedade ou classes sociais, cujos valores e ações tornam-se referência (dominante) para os demais membros da sociedade. (Dicionário Sociológico, [Http://www.terravista.pt/2458/dic-soc/soc\\_e.html](http://www.terravista.pt/2458/dic-soc/soc_e.html), em 08/04/2004).

<sup>4</sup> Estrutura social refere-se a um sistema de relações de obrigações, deveres e direitos, e praticados entre si. (Dicionário Sociológico, [Http://www.terravista.pt/2458/dic-soc/soc\\_i.html](http://www.terravista.pt/2458/dic-soc/soc_i.html), em 08/04/2004).

4. Apesar de ainda hoje persistirem profundas desigualdades no quadro econômico e social do país, que argumentos seriam necessários para explicar o sensível e constante declínio das taxas de fecundidade da mulher nos segmentos mais pobres da população?

A dissertação está organizada em seis capítulos, incluindo este capítulo introdutório que apresenta uma concisa revisão da literatura sobre a transição da fecundidade ocorrida entre países da Europa Ocidental na segunda metade do século XIX, bem como se discorrem sobre a transição demográfica de países desenvolvidos versus países menos desenvolvidos e os pressupostos do crescimento mundial.

O capítulo dois descreve o panorama e os pressupostos teóricos sobre a fecundidade no Brasil e no estado do Rio de Janeiro. Sendo que os capítulos 1 e 2 visam à familiaridade com o tema, buscando estabelecer uma argumentação lógica que possibilite o embasamento teórico para o estudo proposto nesta dissertação.

O capítulo três tem o objetivo de mostrar a metodologia utilizada nesta dissertação.

O capítulo quatro traça algumas características da dinâmica demográfica no Município do Rio de Janeiro no período de 1991-2000, bem como apresenta uma concisa caracterização da cidade e favela em relação à dinâmica da fecundidade observada no município.

O capítulo cinco apresenta uma análise sobre os níveis de fecundidade das mulheres de 35 a 49 anos de idade no intercurso do período 1991-2000 no Município do Rio de Janeiro desagregados por raça/cor, anos de estudo, estado civil, condição de atividade, classes de rendimento nominal mensal familiar, religião e por localização do setor censitário – “cidade” e “favela” (usa-se a classificação de “aglomerado subnormal<sup>5</sup>” do IBGE para identificar favelas e assemelhados).

E finalmente, no capítulo 6 com base nos resultados obtidos no capítulo 5, a conclusão do trabalho traz os principais resultados, destacando os diferenciais de fecundidade entre as populações femininas residentes na “cidade” e na “favela”.

---

<sup>5</sup> Aglomerado subnormal é o conjunto constituído por unidades habitacionais dispostas de modo desordenado e denso em solo que pertence a terceiros, e carente de serviços públicos essenciais. Por exclusão, os setores normais constituem a cidade. Ressalta-se que o IBGE utiliza essa divisão para efeitos de organização do trabalho de coleta dos dados.



# CAPÍTULO 1

## CARACTERIZAÇÃO TEÓRICA SOBRE A TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE

### 1 – Introdução

Este capítulo está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução, na qual apresenta-se uma concisa revisão da literatura que aborda a transição da fecundidade ocorrida entre países da Europa Ocidental na segunda metade do século XIX, buscando-se sintetizar as diversas contribuições e interpretações sobre a redução da fecundidade desses países. Esta revisão não tem a pretensão de ser exaustiva, mas sim de oferecer um panorama geral da transição da fecundidade a partir da experiência de países europeus ou de países com predomínio de populações européias, cujo objetivo é servir de parâmetro para o processo brasileiro. Na segunda seção discorre-se sobre a transição demográfica de países desenvolvidos versus países menos desenvolvidos. Na terceira seção, argumentam-se os pressupostos do crescimento populacional mundial. E por fim, na última seção apresenta-se um sumário deste capítulo.

#### 1.1– Transição da fecundidade – revisão da literatura

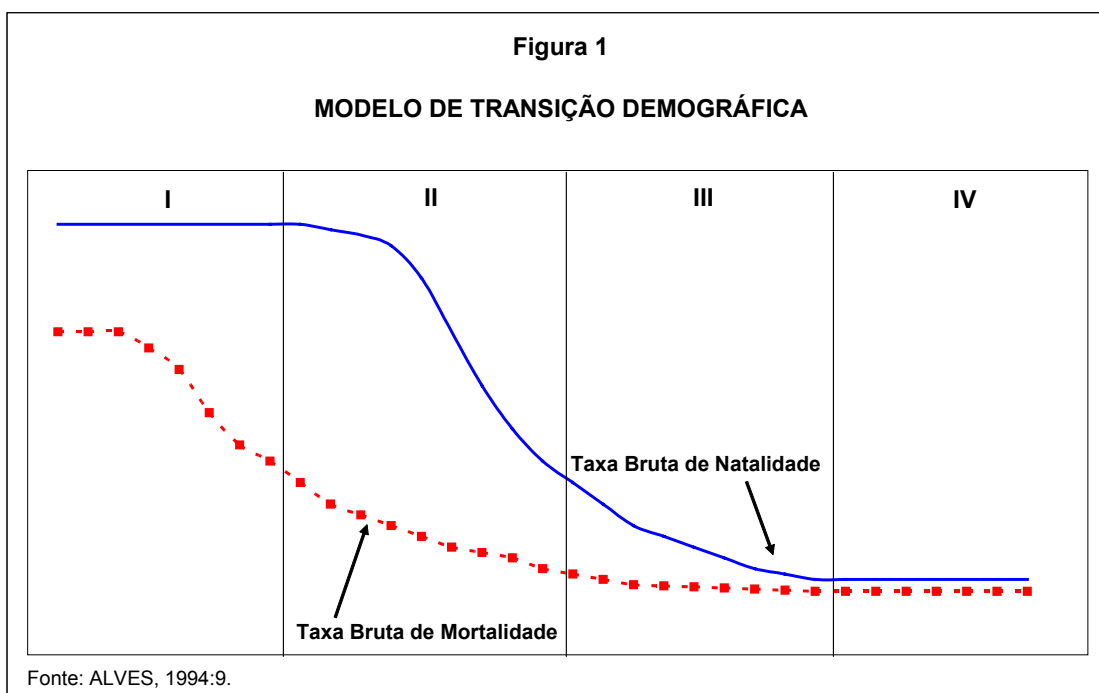
Dos três componentes da dinâmica demográfica, a mortalidade e a fecundidade são os principais determinantes básicos da Teoria da transição demográfica<sup>6</sup> considerada, enquanto fenômeno, pela passagem de altos níveis das taxas de mortalidade e de fecundidade para níveis mais baixos. A Teoria da transição demográfica tem como referência o processo demográfico ocorrido entre países da Europa Ocidental na segunda metade do século XIX. Para a grande maioria dos países

---

<sup>6</sup> A transição demográfica só trata das taxas vitais, não incorporando a questão da migração.

do mundo, o início da transição só começou a partir da segunda metade do século XX (KNODEL e VAN DE WALLE, 1979).

No início do século XX, nos anos 20, começaram a surgir às bases do que hoje se conhece como Teoria da Transição Demográfica. Formulada inicialmente por Thompson (1929) e compartilhada por Notestein (1945). Essa teoria conceitua que a população se desenvolve em 4 estágios distintos, como mostra a Figura 1 baseada nos estudos de ALVES (1994). O primeiro compreende a existência de altas taxas brutas de mortalidade (TBM)<sup>7</sup> e natalidade (TBN)<sup>8</sup>, significando um lento crescimento populacional. No seguinte, a taxa de mortalidade cai e a taxa de natalidade permanece elevada, ocasionando um rápido crescimento populacional, aumenta ainda mais o hiato entre TBN e TBM. No terceiro, observa-se que a taxa de natalidade cai rapidamente, provocando a redução do hiato e a diminuição do ritmo de crescimento populacional. Finalmente, no quarto estágio, prevalecem à existência de baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento populacional.



<sup>7</sup> Taxa Bruta de mortalidade indica o número de óbitos por mil habitantes de uma população em um dado ano.  $TBM = (N^{\circ} \text{ de óbitos} / \text{Pop. Total}) * 1.000$ .

<sup>8</sup> Taxa Bruta de Natalidade indica o número de nascimentos vivos por mil indivíduos.  $TBN = (N^{\circ} \text{ nascimentos vivos} / \text{Pop. Total}) * 1.000$ .

Na perspectiva da modernização, a transição demográfica tem como fundamento que nas sociedades agrárias e rurais as taxas de mortalidade e natalidade eram altas e começaram a cair em função do desenvolvimento urbano, industrial e econômico. ALVES (1994) argumenta que a transição da fecundidade pode comportar uma extensa variedade de explicações decorrentes de motivos econômicos, sociais e culturais entre outros, que foram cogitados e apregoados sob a visão dos estudiosos como fatores impulsionadores desse processo. À vista disso, pode-se dizer que a transição da fecundidade se constitui em uma das maiores mudanças de atitude e comportamento de massas de nossa era (CARLSSON, 1966; ALVES, 1994:1). E ainda que talvez seja a mudança social mais importante que afeta a maior parte da população mundial (HAMMEL, 1982; ALVES, 1994:1).

NOSTESTEIN (1945) relaciona a transição demográfica com o desenvolvimento econômico ocorrido em países da Europa Ocidental. Segundo o autor, o processo de modernização trouxe grandes ganhos de produtividade que possibilitaram o aumento da oferta de bens de subsistência e os avanços médicos e sanitários, resultando em melhorias no padrão de vida da população e na redução das taxas de mortalidade e, proporcionando uma aceleração do crescimento populacional.

A modernização é considerada por Notestein como o determinante fundamental da transição demográfica. Esse processo de modernização provocaria o crescimento do individualismo e uma menor dependência da organização familiar como unidade produtora pelo crescimento dos sistemas impessoais de distribuição de tarefas, e com o aparecimento do papel da mulher fora do lar, tendendo a aumentar a possibilidade da mobilidade social e econômica, que pode ser melhor alcançada pela família de tamanho menor, nesse cenário as crianças passam a ser mais um ônus do que uma vantagem. A família começa a perder suas funções para as organizações sociais como fábricas, escolas e empresas comerciais (NOTESTEIN, 1945).

Alinhando-se entre os prós e contras da transição demográfica, vários estudiosos observaram uma significativa alteração na estrutura etária da população mundial pela menor proporção de crianças e jovens, maior dimensão da população adulta e crescente contingente de idosos representando, sem dúvida, alterações nos arranjos familiares, na inserção no mercado de trabalho, nas necessidades de acesso ao atendimento em saúde, educação, transporte, lazer e tantos outros benefícios sociais.

De acordo com COALE e HOOVER (1966) a teoria da transição demográfica proposta por Notestein ocorreria somente em países desenvolvidos que completaram a passagem de uma economia agrária e rural para uma economia urbana e industrial. A queda sustentada da mortalidade durante os séculos XVIII e XIX na Europa Ocidental ocorreu fundamentalmente pela melhoria na produtividade agrícola e do transporte de alimentos que determinou a redução dos preços dos alimentos básicos, que por sua vez, propiciou melhores níveis nutricionais e uma baixa mortalidade geral e infantil. O mesmo não ocorreu entre os países subdesenvolvidos, pois a queda da mortalidade se deu pela transferência de procedimentos e tecnologia médica sem uma grande transformação na estrutura interna de suas economias.

Com base na experiência dos países da Europa Ocidental, que a fecundidade havia caído em momentos e contextos históricos, sociais e econômicos diferentes, COALE (1979) abandona o pressuposto da necessidade de certo patamar de desenvolvimento para que a prática de limitação do tamanho da família aconteça; rompe com a visão limitada da existência de uma vinculação mecânica e linear entre o crescimento urbano e industrial, a queda da mortalidade e a conseqüente redução da fecundidade. Os contextos socioeconômicos podem modificar, mas existem três condições necessárias a todo o processo de transição da fecundidade. Segundo o autor, elas são:

- 1) Desejo racional - a fecundidade deve estar dentro do cálculo da escolha consciente, isto é, o desejo refere-se a considerações de legitimidade e aceitação normativa (ética, religiosa etc.) de novos padrões de ação;
- 2) Motivação - a motivação refere-se ao fato de que as novas formas de comportamento devem ser vantajosas para os casais: a utilidade deve ser evidente e exceder a desvantagem; e,
- 3) Conhecimento - técnicas efetivas de redução da fecundidade devem estar disponíveis. Procedimentos que de fato previnam os nascimentos devem ser conhecidos; deve existir contínua e suficiente comunicação entre os casais para empregar tais técnicas com sucesso.

De forma geral, a abordagem da modernização estabelece uma relação positiva entre desenvolvimento e transição da fecundidade. Pode-se observar que nas primeiras

formulações, o desenvolvimento foi considerado indispensável e suficiente para o declínio da fecundidade. Nas formulações posteriores, o desenvolvimento passa a ser considerado como condição suficiente, mas não absolutamente necessário à queda da fecundidade (COALE, 1979).

Por outro ponto de vista, BECKER (1960) argumenta que a fecundidade envolve uma decisão econômica entre um número ótimo de filhos, bens de consumo e renda familiar limitada. Essa teoria tem como fundamento que o objetivo de qualquer unidade familiar é consumir sua limitada renda monetária de forma a obter o máximo bem-estar econômico.

COALE (1979) associa o declínio da fecundidade à mudança na relação custo/benefício dos filhos. Segundo ele, nas sociedades antigas a contribuição dos filhos para a família era maior que os seus custos. Nas sociedades modernas, o trabalho de crianças é proibido e a educação obrigatória, o que elevaria os custos e reduzia o valor dos filhos. Por outro lado, a emancipação da mulher torna o casamento menos atrativo e torna a maternidade competitiva com a carreira profissional.

BECKER (1981) argumenta que a renda familiar pode ser um fator decisivo na capacidade orçamentária das famílias em relação à diminuição do número de filhos, pois um aumento no preço relativo dos filhos reduziria a demanda por crianças e aumentaria a demanda por outros bens. O desejo de ter filhos é demasiado profundo e complexo. A decisão de ter uma criança pode ser tomada, por exemplo, devido ao desejo de um dos cônjuges, ou do casal, de perpetuar sua estirpe, independente de qualquer consideração de preços ou pressuposições sobre a renda futura.

KNODEL e VAN DE WALLE (1979) criticam os discursos anteriores por darem excessivo destaque aos determinantes econômicos para a redução da fecundidade. Eles minimizam o papel dos determinantes econômicos da fecundidade e sobrevalorizam o papel dos determinantes culturais. Os autores consideram que o contexto cultural teve forte influência sobre o início e a extensão do declínio da fecundidade na Europa independente das condições socioeconômicas. Ressaltam que atitudes culturais inovadoras como o “controle da fecundidade por terminação” ou “controle da fecundidade por parturição” possibilitou a limitação do tamanho da família. A inovação dessas idéias começou entre pequenos segmentos da população e se

---

<sup>9</sup> Parturição significa o total de filhos nascidos vivos que uma mulher teve.

espalhou rapidamente pelo processo de difusão, acelerando o ritmo de declínio. Para os autores, limitação do tamanho da família é um processo no qual os casais decidem parar de ter filhos no momento em que o número desejado é alcançado, diferente do adiamento do início da idade reprodutiva (casamento tardio), do espaçamento dos filhos e outras práticas que não estejam relacionadas com o fim da parturição.

Eles esclarecem que o “controle da fecundidade independente da parturição” é consistente com o conceito de fecundidade natural, pois afeta apenas o espaçamento entre os filhos; e o “controle da fecundidade dependente da parturição”, ou limitação da família, compreende uma limitação consciente do tamanho da prole e implica numa fecundidade abaixo da fecundidade natural. E não consideram importante a relação custo/benefício, mencionada por Coale (1979), na decisão da demanda por filhos, atribuíram a variação do tamanho da família apenas aos gostos e preferências dos casais. Recapitulando-se em poucas palavras, estes autores buscam mostrar que, tanto a inovação quanto a difusão foram mais influenciadas pelo contexto cultural do que pelo argumento econômico.

COALE (1966) comenta que os conceitos de fecundidade natural e fecundidade controlada foram estabelecidos por Louis HENRY em 1961. A fecundidade natural é caracterizada pela falta de controle deliberado ou por qualquer comportamento não-proposital que resulte em alguma restrição da fecundidade, por exemplo, espaçamentos provocados por abstinência sexual após o parto ou a amamentação. Em regimes de fecundidade natural, as mulheres não sabem quantos filhos vão querer. Não existe nenhum controle intencional do número desejado de filhos (BLAKE, 1985). Por outro lado, a fecundidade controlada significa que os casais modificam seu comportamento reprodutivo em função do número de filhos tidos ou que pretendem ter.

BACCI (1990) considera que mesmo em populações com alta taxa de fecundidade e que não utilizam nenhum método de controle de natalidade, o número de filhos tidos por mulher não atinge o valor máximo biológico de reprodução. Esse limite máximo de reprodução feminina é tênue, principalmente por fatores biológicos da raça humana. Mesmo em casos de matrimônio precoce, as repetidas gravidezes podem provocar patologias que diminuem a fecundidade, ou uma diminuição precoce da frequência das relações sexuais, concorrendo ao aumento do intervalo entre partos. Em situações históricas estáveis são raros os casos de níveis médios inferiores a cinco ou

superiores a oito gravidezes por mulher. Na variação do número de filhos por mulher é preponderante a influência da idade para o matrimônio – principal fator da duração do período reprodutivo – e da duração da amamentação, que constituem os principais componentes do intervalo entre partos. O número de filhos que uma mulher pode conceber, depende de fatores biológicos e sociais que influenciam na frequência dos nascimentos durante o período fecundo da mulher e, na proporção do período reprodutivo – entre a menarca e a menopausa. Fatores majoritariamente culturais determinam a idade de acesso à reprodução, ou idade do início de uma união estável com fins reprodutivos (matrimônio), enquanto que fatores principalmente biológicos determinam o final. A idade para o matrimônio varia entre limites mínimos próximos à puberdade, situando-se aos quinze anos e máximos que em populações européias tem superado a idade de vinte e cinco anos. O final do período fértil pode situar-se em torno dos cinquenta anos, embora como média em uma população é muito mais baixo. Um bom indicador do final do período reprodutivo pode ser a idade média do nascimento do último filho tido em populações que não praticam o controle de natalidade. A idade pode ser diferenciada com limites mínimos e máximos de 38 e 41 anos. De novo, combinando valores mínimos e máximos e arredondamentos, se pode dizer que a duração média das uniões com fins reprodutivos pode variar entre quinze e vinte e cinco anos.

Outra visão condutora como determinante para se compreender o declínio da fecundidade européia perpassa por circunstâncias econômicas e pela religião. Sendo que os motivos econômicos foram decorrentes da mudança do modo de produção familiar intensiva para a produção urbano-industrial de bens e serviços e na religião pelo enfraquecimento da moral religiosa e do sistema ético tradicional estimulado pela difusão dos ideais seculares (LESTHAEGHE e WILSON, 1986). Após analisarem a transição ocorrida na Europa Ocidental, os autores consideram que as mudanças mais importantes acontecem ao nível das idéias, ou seja, da cultura. O importante seria a predominância do pensamento lógico, racional, secular e cosmopolita em superação ao fatalismo, à passividade e às tradições religiosas e paroquiais que predominavam nas sociedades tradicionais. Reforçando essa visão, os autores observam que menores taxas de fecundidade tinham sido anteriormente alcançadas em decorrência do casamento tardio e ressaltam que a queda da fecundidade marital só aconteceu com o avanço do

processo de secularização. Em síntese, essas abordagens consideram que o declínio da fecundidade pode ocorrer em qualquer contexto socioeconômico, independentemente do processo de modernização.

Por outro lado, Davis (1963) observa que as mudanças demográficas podem ocorrer de modo racional e discorda daqueles que visualizam a alta fecundidade como função, simplesmente, de uma cultura tradicional ou sistema de valores. Segundo o autor, essas mudanças são reflexivas e comportamentais que envolvem decisões humanas na busca de metas. Segundo esta lógica, uma população pode responder de várias maneiras a pressões impostas por um alto crescimento populacional. Do mesmo modo que essas respostas podem vir através da migração, ou através da adoção de altas proporções de celibatos, ou através do aborto ou intensificação do uso de outros meios contraceptivos eficientes.

Respalhando este argumento, CARLSSON (1966)<sup>10</sup> exemplifica que o conjunto de habitantes de um território, país, região ou de uma cidade sob pressão de um alto crescimento populacional, tende a reagir de várias maneiras como meio de superar ou resolver o problema. Assim fecundidade, nupcialidade e migração são vistas de maneira conjunta e como respostas intercambiáveis desse processo. O autor conclui que a transição da fecundidade deve ser entendida como um processo de adaptação demográfica em decorrência das imposições exercidas pelo panorama socioeconômico ao invés de ser compreendida como um processo de inovação-difusão.

HODGSON (1988) ressalta que a idéia do crescimento populacional como um problema foi tanto uma estratégia política de desenvolvimento quanto uma perspectiva demográfica, na medida em que induziu o declínio da fecundidade ao invés de ter prevenido questões como a fome, a catástrofe econômica e a desordem política nos países subdesenvolvidos. A intervenção nessas questões sociais que influenciam, em grande escala, as populações em todos os âmbitos, proporcionaria um cenário próspero ao desenvolvimento e não somente seria realizada por razões demográficas. Ainda segundo o autor, a solução para os problemas populacionais como desemprego, desnutrição, pobreza entre outros, requer uma redistribuição global de riqueza e poder, ou seja, uma nova ordem econômica. No entanto, para tais problemas, intensificam-se controles deliberados da fecundidade como a solução para o problema, uma vez que os

---

<sup>10</sup> ALVES (1994:31).



discursos políticos refletem que é mais barato investir US\$ 5 dólares em controle populacional do que US\$ 100 dólares no crescimento econômico do país. Isto porque não se pode mexer na questão social tal qual está organizada, o que faz com que a população seja sempre a grande vilã da história (POOL, 1997).

## **1.2 – Transição demográfica de países desenvolvidos versus países menos desenvolvidos**

Nos países desenvolvidos, as taxas de mortalidade foram as primeiras a declinarem em função da melhor qualidade do padrão de vida ou bem-estar e, depois, em função de avanços médicos e sanitários. Passado um determinado espaço de tempo, o desenvolvimento econômico induz a adoção de um tamanho pequeno de família, provocando a queda nas taxas de natalidade e fecundidade. Conseqüentemente, menores taxas de crescimento populacional devido às baixas taxas de fecundidade conduzem a uma estrutura etária mais envelhecida, isto é, alta proporção de adultos em idade de trabalhar. Neste caso, a capacidade de poupança e investimento econômico são maiores, permitindo uma elevação do produto total (PIB) e da renda per capita.

Na maior parte dos países menos desenvolvidos, a queda da mortalidade sustentada ocorreu durante o século XX, sendo que a queda da mortalidade se deu por fatores exógenos e aconteceu de maneira rápida devido à importação de tecnologias médicas e sanitárias, principalmente pela introdução e difusão de vacinas e antibióticos como marco de um papel mais ativo e, eficaz das instituições públicas de saúde. COALE e HOOVER (1966) observam que as taxas de óbitos caíram mais rapidamente no contingente populacional dos países em desenvolvimento do que jamais ocorreu entre os países desenvolvidos e que esse declínio pode ter acontecido com ou sem modificações acentuadas da estrutura econômica.

Para PRITCHETT (1994) o argumento básico da velocidade da transição demográfica observada em países em desenvolvimento é reconhecido pelas diferenças em relação aos programas de controle de natalidade - ativo hoje, ausente no passado, existindo um pequeno aspecto nas diferenças entre as transições de fecundidade de hoje e as transições de fecundidade históricas da Europa.

O autor em uma simulação baseada em dados para vários países conclui que nos países menos desenvolvidos que sofreram rápido declínio da fecundidade, tudo aconteceu mais rápido que nos países desenvolvidos: a mortalidade caiu mais rápida, as rendas subiram mais rápidas e a educação se expandiu mais rapidamente. Ao comparar países como Tailândia e Inglaterra, a TFT do primeiro caiu de 4,3 em 1975 para 2,2 em 1987, uma queda de 50 por cento, aproximando-se a níveis de reposição em 12 anos (rápida transição). Na Inglaterra a transição da fecundidade foi muito mais lenta, com a TFT que caiu de 4,6 para 1,9 no decurso de 50 anos.

PRITCHETT observa que as taxas de mortalidade infantil na Tailândia caíram 60% em 25 anos, de 100 óbitos na década de sessenta para 40 antes de 1985. Em contraste com o nível de 160 óbitos em 1800, a mortalidade infantil britânica levou 120 anos para cair 60% e só alcançou 40% depois de 1945. A renda per capita da Tailândia triplicou em 30 anos desde 1960, considerando que renda per capita britânica levou quase 90 anos para triplicar (entre 1855 e 1939). Semelhantemente, a expansão da educação aconteceu muito mais rápido na Tailândia, a proporção de mulheres adultas sem educação caiu de 60% para 20% em 25 anos. Semelhantemente as rápidas melhorias na mortalidade, na renda e na educação também foram acompanhadas de rápidas transições de fecundidade em países em desenvolvimento contemporâneos, a exemplo da Indonésia, Coréia, e Taiwan.

Muitos estudos comprovaram que, à medida que os países se tornam economicamente desenvolvidos, ocorre uma redução na mortalidade e fecundidade, e a redução da mortalidade antecede tipicamente a redução da fecundidade. Entretanto, mais do que a diminuição da mortalidade, a explicação para o crescimento da população de mais de sessenta anos está na drástica redução das taxas de fecundidade, principalmente nos centros urbanos. São várias as razões para essa mudança no padrão reprodutivo. Uma delas, fruto do intenso processo de urbanização da população, é a necessidade crescente de limitação da família, ditada pelo modelo dos grandes centros urbanos, caracterizado, entre outras coisas, por uma progressiva incorporação da mulher à força de trabalho, e pelas mudanças nos padrões socioculturais decorrentes da própria migração e da ação massificadora dos meios de comunicação, que veicula um padrão de vida associado, de um modo geral, às famílias pequenas. O controle da natalidade passa a ser uma condição necessária para se ter o bem-estar (NOSTETEIN, 1945).

### 1.3 – Pressupostos sobre o crescimento populacional mundial

Na história da humanidade sempre se destacou a preocupação com o tamanho e a composição da população. Os governantes buscavam conhecer o tamanho da população tendo em vista objetivos territoriais, militares ou preocupações fiscais. A relação entre população e os meios de subsistência, mesmo na era moderna, era muito próxima e direta, de forma que uma situação adversa – seca prolongada ou chuvas em abundância – poderia determinar o desaparecimento de cidades ou mesmo parcelas razoáveis de uma população. A possibilidade de o homem “dominar” a natureza por meio de técnicas de cultivo e construção de abrigos mais duráveis contribuiu de forma clara para o aumento da probabilidade de sobrevivência. A melhoria dos transportes possibilitou que colheitas insuficientes fossem compensadas pela importação de excedentes de outros locais (BACCI, 1990).

Na população, o aumento da esperança de vida ao nascer<sup>11</sup> aliado a uma nova postura econômica que gerava as precondições do capitalismo, suscitou uma nova preocupação: o excedente populacional. Vários autores debruçaram-se sobre essas questões; e no século XVIII um em particular, Thomas Robert Malthus, ofereceu uma teoria que buscava explicações para os problemas do crescimento populacional, colocando as bases daquilo que, mais tarde, ficaria conhecido como a “explosão demográfica”. Malthus descreveu a chamada lei da população – os alimentos crescem em progressão aritmética e a população em progressão geométrica –, onde os meios de subsistência definiam o limite do crescimento populacional que, uma vez ultrapassado, levaria a atuação dos “freios positivos”, tais como fome, doenças, epidemias, guerras e miséria.

---

<sup>11</sup> É o número médio de anos que se espera que a pessoa sobreviva ao nascer, dadas as condições vigentes de mortalidade ( $e_0^0$ ).

Para evitar tal situação só a atuação de “freios preventivos”, de cunho moral, tais como abstinência e casamento tardio até que o casal tivesse os meios suficientes para criar uma família, poderia dar resultados palpáveis. Ainda assim, com o tempo, o elevado crescimento demográfico ultrapassaria a capacidade de produção dos meios necessários à subsistência, o que provocaria uma elevação das taxas de mortalidade. A população tenderia sempre a crescer mais que os meios de subsistência, tornando a fome e a miséria uma realidade implacável.

Em contraste opinião sobre a teoria de Malthus, BOSERUP (1993) entre outros acredita que o crescimento populacional não constitui um problema, mas ao contrário, defende a idéia de que o crescimento populacional tem o potencial para estimular o desenvolvimento econômico e tecnológico de uma nação.

BOSERUP argumenta que se os recursos naturais são substituíveis e abundantes, não existiria razões para que não se sucedesse o desenvolvimento econômico e social. Se a população é muito numerosa em relação à terra disponível, observa-se a necessidade de utilizar novas técnicas de trabalho que permitam a obtenção de maior produção por unidade de terra disponível. E que os vínculos entre sistemas agrícolas e densidade populacional seriam evidentes em períodos históricos de diminuição demográfica. A menor densidade demográfica estaria relacionada a sistemas menos intensivos, ocasionados pelas terras abandonadas e não cultivadas, devido às guerras ou epidemias.

Dessa perspectiva, conclui-se que um número maior de pessoas significaria mais solucionadores para os problemas, uma vez que a criatividade humana tem o potencial para superar os limites impostos pela natureza. Com a evolução do sistema capitalista foram surgindo outras visões sobre a relação da população com os meios de sobrevivência e também com os meios de produção.

MARX (1980) mostra que dentro do sistema capitalista a população está submetida aos ditames do capital. O seu crescimento seria uma resposta à necessidade de novos braços (mão-de-obra), que incorporados ao exército industrial de reserva manteriam os salários em um nível de subsistência. Assim, o crescimento da população estaria atrelado ao sistema de produção e não seria fruto de fatores intrínsecos à sua própria dinâmica. As inovações tecnológicas mostraram que as previsões de Malthus não estavam tão próximas quanto se fazia supor, mas o autor deixou um legado que

seria lembrado, por diversas vezes através da história, por aqueles que viam na população a causa da miséria e do subdesenvolvimento.

A tabela 1 apresenta estimativas do *Population Reference Bureau*<sup>12</sup> (2005) para as Regiões e Países do Mundo. Os dados mostram que a maioria dos países desenvolvidos<sup>13</sup> já completou o processo de transição demográfica e se encontram, atualmente, no quarto estágio, ou numa situação em que as TBMs são menores que as TBNs. Nesses países, a população cresce numa taxa de apenas 0,1%, quando a taxa mundial mantém-se em torno de 1,2%.

Entretanto, há que se considerar que a maioria dos países da Europa está experimentando uma taxa de decréscimo populacional ao redor de -0,1%. Em países como a Ucrânia, Rússia, Bulgária, Romênia entre outros governos europeus, a população está diminuindo, enquanto que a maioria dos países em desenvolvimento<sup>14</sup> ainda encontra-se no segundo estágio, com um incremento natural de 1,5%. Como exemplos, observar-se que no Brasil a taxa de crescimento vegetativo<sup>15</sup> gira em torno de 1,4%, enquanto que no Niger chega a 3,4%, o que significa que sua população atual de 14 milhões de pessoas simplesmente deverá dobrar em 20 anos.

O mundo deverá ter em 2050 uma população 43% maior que a de hoje. Entre os países em desenvolvimento esse acréscimo populacional poderá atingir 52%, e de apenas 3% entre os países desenvolvidos. Em relação aos continentes, a África deverá ter uma população 117% maior, sendo que o Niger poderá ser o país do mundo com o maior incremento natural ao redor de 259%. Em contra partida a população da Europa deverá diminuir em 10% no mesmo período com destaque para a Bulgária que deverá diminuir 34% o seu contingente populacional.

Apesar de antever uma estabilização no crescimento populacional, a projeção do PRB prevê uma concentração de pessoas cada vez maior nas grandes metrópoles, sobretudo em países não desenvolvidos. Os números disponíveis do PRB apontam para estabilização em torno dos nove bilhões habitantes no mundo em 2050.

---

<sup>12</sup> Dados extraídos do site ([www.prb.org](http://www.prb.org)) em 23/10/2005.

<sup>13</sup> Segundo classificação da ONU, são classificados como países mais desenvolvidos: Austrália, Japão, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá e todos os países da Europa.

<sup>14</sup> Segundo classificação da ONU, são classificados como países menos desenvolvidos: todos os países da África, Ásia, América Latina e Caribe, e Oceania.

<sup>15</sup> Taxa de crescimento vegetativo ou incremento natural é igual à taxa de natalidade menos a taxa de mortalidade, desconsiderando a migração. É expressa pela fórmula:  $N_t - O_t$ .

Outra grande incerteza do século XXI será a extensão das mudanças na estrutura familiar. O efeito total de uma maior igualdade entre os sexos na educação, salários e direitos sociais, legais e políticos ainda está por ser compreendido no que se refere a casamentos, nascimentos e criação de filhos. Por outro lado, o efeito de fatores como o aumento na expectativa de vida e do progressivo envelhecimento podem ir além da sobrecarga dos sistemas de previdência social, quando os idosos precisarem da atenção dos filhos em seu dia-a-dia.

Em 2005, a Taxa de Fecundidade Total (TFT) dos países desenvolvidos era de 1,6 filho por mulher. Em países como a Ucrânia a TFT é de 1,2 filho por mulher. No Canadá essa taxa é de 1,5 filho e nos Estados Unidos de 2,0 filhos. Já entre os países em desenvolvimento a TFT em média é de 3,0 filhos, sendo que o continente africano detém a maior TFT do mundo, em torno de 5,1 filhos. As maiores TFT mundiais são do Níger com 8,0 filhos, Guiné Bissau com 7,1 filhos, Mali com 7,1 filhos e a Somália com 7,0 filhos por mulher. Na América Latina e Caribe essa taxa gira ao redor de 2,5 filhos. As maiores TFT são da Guiana Francesa com 3,8 filhos e da Bolívia com 3,8 filhos. No Brasil a Taxa de Fecundidade total é de 2,4 filhos.

Para muitos pesquisadores, males atuais como a fome e o desemprego têm menos a ver com o tamanho da população do que com o modelo de desenvolvimento adotado pela economia global (FUREDI, 1997).

**Tabela 1**  
**Dados demográficos e estimativas para as Regiões e Países do Mundo**  
**2005 - 2025 - 2050**

Regiões e Países	População 2005 (Milhões)	Taxa de crescimento natural (%)	População Projetada (Milhões)		Percentual de mudança População Projetada 2005 - 2050 (%)	Taxa de Fecundidade Total
			2025	2050		
<b>Mundo</b>	6.477	1,2	7.952	9.262	43	2,7
Países mais desenvolvidos	1.211	0,1	1.251	1.249	3	1,6
Países em desenvolvimento	5.266	1,5	6.701	8.013	52	3,0
<b>África</b>	506	2,3	1.349	1.969	117	5,1
Niger	14.0	3,4	26.4	50.2	259	8,0
Guiné Bissau	1.6	3,0	2.9	5.3	235	7,1
Mali	13.5	3,2	24.0	42.0	211	7,1
Somalia	8.6	2,9	14.9	25.5	197	7,0
<b>América do Norte</b>	329	0,6	386	457	39	2,0
Canadá	32.2	0,3	36.0	36.9	14	1,5
Estados Unidos	296.5	0,6	349.4	419.9	42	2,0
<b>América Latina e Caribe</b>	559	1,6	702	805	44	2,6
<b>América Central</b>	147	2,0	188	215	46	2,8
Guatemala	12.7	2,8	20.0	27.9	120	4,4
Honduras	7.2	2,8	10.7	14.7	104	4,1
Nicarágua	5.8	2,7	8.3	10.9	88	3,8
<b>Caribe</b>	39	1,1	47	54	40	2,6
Haiti	8.3	1,9	129	18.8	127	4,7
<b>América do Sul</b>	373	1,5	467	536	44	2,5
Guiana Francesa	0.2	2,6	0.3	0.4	91	3,9
Bolívia	8,9	2,1	12.0	14.5	62	3,8
Venezuela	26.7	1,8	35.4	42.0	57	2,7
Brasil	184.2	1,4	228.9	259.8	41	2,4
<b>Ásia</b>	3.921	1,3	4.759	5.325	36	2,5
Afganistão	29.9	2,6	50.3	81.9	174	6,8
Tinor do Leste	0.9	2,7	1.9	3.3	245	6,4
Yemen	20.7	3,3	39.6	71.1	243	6,2
Território da Palestina	3.8	3,4	7.1	11.2	197	5,6
<b>Europa</b>	730	-0,1	716	660	-10	1,4
Bulgária	7.7	-0,5	6.6	5.1	-34	1,3
Romênia	21.6	-0,2	18.1	15.3	-29	1,3
Ucrânia	47.1	-0,7	41.7	33.4	-29	1,2
Rússia	143.0	-0,6	130.2	110.5	-23	1,4
<b>Oceânia</b>	33	1,0	41	46	39	2,1
Austrália	20.4	0,6	24.2	26.3	29	1,8

Fonte: 2005 World Population Data Sheet of The Population Reference Bureau.

A seguir tomando como base o incremento natural dos países mais populosos do mundo em 2005, a Tabela 2 apresenta estimativas de como deve ser o crescimento de alguns países para 2050.

- Índia - Terá um incremento populacional da ordem de mais 500 milhões de habitantes, assumindo a primeira posição de país com maior número de pessoas;
- China - Deve crescer em níveis mais baixos, totalizando um acréscimo de 133 milhões. Em parte por causa de sua controversa política do filho único, com multas, pressão por aborto e esterilização;
- EUA - A grande exceção entre os países desenvolvidos; crescerá em ritmo alto, em parte devido à imigração;
- Nigéria - A taxa de crescimento desse país poderá atingir um patamar populacional três vezes maior do que em 2005;
- Rússia - Sua população deverá diminuir em 23% devido à queda na taxa de natalidade;
- Brasil - Pode ganhar mais de 76 milhões de habitantes antes de estabilizar sua população;
- África Subsaariana<sup>16</sup> - Apesar de a região ter um histórico de taxas de fecundidade bem altas, teve seu crescimento freado pela severa epidemia de Aids, que abalou também sua economia ao matar boa parte da população em idade produtiva. Cita-se como exemplo, a Suazilândia, Zimbábue e Zâmbia, entre outros;

---

<sup>16</sup> Embora os dados sobre essa região da África não tenham sido contemplados na Tabela 2, é pertinente mencionar a questão da epidemia da Aids como uma das principais causas do decréscimo populacional naquela área.



**Tabela 2**  
**Os dez países mais populosos do mundo**  
**2005 - 2050**

2005			2050		
Posição	País	População Milhões	Posição	País	População Milhões
1	China	1.304	1	Índia	1.628
2	Índia	1.104	2	China	1.437
3	Estados Unidos	296	3	Estados Unidos	420
4	Indonésia	222	4	Indonésia	308
5	Brasil	184	5	Paquistão	295
6	Paquistão	162	6	Brasil	260
7	Bangladesh	144	7	Nigéria	258
8	Rússia	143	8	Bangladesh	231
9	Nigéria	132	9	República Democrata do Congo	183
10	Japão	128	10	Etiópia	170

Fonte: 2005 World Population Data Sheet of The Population Reference Bureau.

As evidências empíricas demonstram que a descrição esquemática não contempla as diversas experiências populacionais, devido ao seu alto grau de generalização. A transição demográfica deve ser vista como um fenômeno e não como uma teoria. Ressalta-se que a transição demográfica é uma expressão cunhada para se referir ao processo de redução das taxas de mortalidade e fecundidade. Tratando-se, portanto, de um fenômeno sobre o qual foram elaborados vários enfoques teóricos para explicá-lo.

#### 1.4 – Sumário

Dada a grande extensão da literatura, esta revisão bibliográfica procurou sintetizar algumas contribuições teóricas sobre os vários determinantes da redução da fecundidade. Notadamente, a existência de divergências contextuais é levantada e questionada pelos vários estudos, proporcionando valiosas informações sobre a questão.

Evidencia-se que a transição da fecundidade pode ter inúmeras argumentações. Visto que a relevância de cada perspectiva se completa uma a outra na tentativa de melhor explicar os fatores propulsores de um fenômeno cujos determinantes são complexos e historicamente inter-relacionados. Razões econômicas, sociais, culturais e políticas foram extensivamente abordadas e consideradas como agentes condicionadores

para a desaceleração dos níveis reprodutivos no âmbito demográfico mundial. Essas transformações ocorrem de forma interconectadas e de naturezas diversas, inclusive contraditórias.

A história demográfica da humanidade é pontuada por altas taxas de mortalidade e de fecundidade. As taxas de mortalidade são influenciadas pelas pestes, guerras e doenças, que vão diminuindo, inicialmente nos países da Europa Ocidental via o processo de modernização que trouxe ganhos de produtividade, possibilitando aumento na oferta de bens de subsistência que resultaram em melhorias do padrão de vida da população. Além disso, o controle das doenças foi obtido pelos avanços médicos e sanitários, possibilitaram a redução das taxas de mortalidade e uma aceleração do crescimento populacional. Assim sendo, o fenômeno da redução de altas taxas de mortalidade e fecundidade para níveis mais baixos, tornou-se conhecido na literatura como “transição demográfica”. Compreendendo quatro etapas distintas. A primeira etapa consta da existência de altas taxas de mortalidade e natalidade, caracterizando um lento crescimento populacional. Na fase seguinte, a taxa de mortalidade cai e a taxa de natalidade permanece elevada, ocasionando um rápido crescimento populacional. Na terceira, observa-se que a taxa de natalidade cai rapidamente, provocando a diminuição do ritmo de crescimento populacional. E na última, prevalece à existência de baixas taxas de mortalidade e natalidade, resultando em lento crescimento populacional.

Revendendo os discursos, a transição demográfica tem como fundamento que nas sociedades agrárias e rurais as taxas de mortalidade e natalidade eram altas e começaram a cair em função do desenvolvimento urbano, industrial e econômico (NOTESTEIN, 1945).

Devido ao alto grau de generalização do conceito da transição demográfica desenvolveram-se séries de novas propostas, no sentido de reformular as antigas postulações clássicas, visando o entendimento mais amplo da dinâmica populacional no quadro global dos fenômenos sociais. A proliferação de investigações contribui, certamente, para a construção de um importante aporte para os estudos da população. Assim sendo, os processos de transição demográfica são revistos sobre a interdependência entre o crescimento populacional e as condições econômicas.

O desenvolvimento econômico passa a ser visto como uma condição suficiente, mas não necessária, à queda da fecundidade. São deixadas de lado, a necessidade de um

“limiar de desenvolvimento” para a redução do número médio de filhos das famílias.

Três condições devem estar presentes em qualquer processo de transição:

- 1) o controle da fecundidade com uma decisão consciente e racional;
- 2) a percepção dos casais sobre os benefícios e as vantagens na regulação da fecundidade; e,
- 3) a existência e disponibilidade de métodos contraceptivos eficientes.

Outros argumentos levantam a questão que as mudanças mais importantes são oriundas do comportamento humano ao nível da cultura pela inovação e difusão de idéias e pelo enfraquecimento da moral religiosa. Assim, a vista dos vários discursos, conclui-se que a redução da fecundidade pode ocorrer em diversos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos.

Em resumo as causas da redução das taxas de nascimento em países desenvolvidos ocorreram por:

- Em sociedades agrícolas, os filhos são geralmente considerados como meios de produção, por servirem como mão-de-obra extra nas áreas rurais e um seguro para velhice dos pais. Numa sociedade industrial, os filhos não são produtores potenciais, mas são bens de consumo. Necessitam educação e alimentação e, por outro lado, os sistemas previdenciários assumiram a responsabilidade da velhice;
- A passagem da população da área rural para urbana;
- O desejo individual de melhorar a própria situação social e econômica, ou a da própria descendência;
- As mudanças ocorridas na condição da mulher e no seu papel social;
- A adoção, por alguns países, de programas de planejamento familiar ou de uma política demográfica bem definida;
- O enfraquecimento do sentimento religioso.

# CAPÍTULO 2

## O DECLÍNIO DA FECUNDIDADE NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### 2 – Introdução

Este capítulo tem a finalidade de servir como base para o refinamento e compreensão da complexa estrutura do processo de transição demográfica no Brasil, bem como no estado do Rio de Janeiro. Essencialmente, a queda dos níveis de fecundidade vem produzindo um declínio progressivo e significativo na taxa de crescimento populacional brasileira e, a médio e longo prazos, uma modificação profunda na distribuição etária dessas populações.

O debate teórico contemporâneo demonstra que na maioria dos estudos brasileiros, a queda da taxa de fecundidade no Brasil dificilmente pode ser explicada simplesmente pelas teorias clássicas da experiência europeia. Nem tampouco por políticas sociais de cunho demográfico, apontadas por controlar o crescimento da população, como é o caso de alguns países em desenvolvimento. No Brasil nunca se observou ações governamentais intervencionistas ou programas de controle da natalidade explícitos para controlar o crescimento da população.

O capítulo está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, descreve-se como ocorreu o rápido declínio das altas taxas de fecundidade brasileira registradas no século XX, através de algumas contribuições e interpretações sobre o tema. Na terceira seção, descreve-se um breve panorama situacional da fecundidade no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, utilizando-se estudos de vários pesquisadores, bem como de seus dados estatísticos disponíveis. Na quarta, analisam-se como os determinantes próximos da fecundidade como nupcialidade, amamentação, anticoncepção e aborto influenciaram a redução da taxas de fecundidade. Na quinta,

apresenta-se uma breve descrição do papel do governo sobre políticas reprodutivas no Brasil. E por fim, na última seção apresenta-se um sumário deste capítulo.

## **2.1 – Abordagens sobre a Transição da fecundidade no Brasil**

Apesar da queda dos níveis de mortalidade verificada desde 1930 e do rápido crescimento econômico, o alto nível de fecundidade no Brasil se manteve constante até o início da década de 1960 (CARVALHO, PAIVA e SAWYER, 1981). As altas taxas de fecundidade observadas no país foram decorrentes de um padrão de casamento precoce e sem utilização de métodos contraceptivos modernos. Segundo PAIVA (1985), o processo da proletarização provocou a desestabilização do regime dos altos níveis de fecundidade no país, através de mudanças que ocorreram em três níveis:

- 1) monetarização da economia – passagem da economia sem intermediação do mercado para uma economia regida pela lei da oferta e da procura;
- 2) ampliação e diversificação da cesta básica de consumo através da inclusão de bens industrializados; e,
- 3) na destruição da economia de base familiar (subsistência) e na expansão e homogeneização do mercado de trabalho assalariado.

O crescimento populacional brasileiro após um início moderado na segunda metade de 1960, transcorreu com uma aceleração crescente durante as duas décadas seguintes, por um lado, pela rápida redução das taxas de fecundidade propiciadas pelo processo de difusão de métodos contraceptivos orais e, por outro pela velocidade em que ocorreu a queda significativa das taxas de mortalidade em decorrência de aperfeiçoamento de antibióticos e inseticidas, de organizações de saúde pública eficazes e de métodos sanitários que possibilitaram melhores condições de vida da população. Em 1960, a taxa de fecundidade estimada para o país girava acima de 6 filhos em média por mulher, havendo uma aceleração do declínio a partir de 1970.

Com o golpe militar de 1964, o regime autoritário ampliou e intensificou várias políticas, que não foram feitas para reduzir a fecundidade, mas acabaram contribuindo para tal efeito (FARIA, 1989). O autor destaca quatro políticas dentre o conjunto de ações do governo colocadas em prática naquela época:

- 1) Política de crédito ao consumidor - favoreceu a população de baixa renda ao acesso a bens de consumo através da compra à prestação. O aumento do consumo diversificou a cesta básica de consumo, contribuindo para o processo de “mercantilização e secularização” e uma nova racionalidade no comportamento reprodutivo. O consumo de bens duráveis eleva o custo dos filhos e o custo de oportunidade dos gastos com bens de primeira necessidade;
- 2) Política de previdência social - possibilitou a garantia de uma pensão vitalícia na velhice, destituindo a necessidade de investimento em muitos filhos, pois no futuro a previdência garantiria recursos para a sobrevivência;
- 3) Política de telecomunicações - teve um importante papel pela influência da televisão com “conteúdos de consciência”, que afetaram o comportamento reprodutivo pelo acesso a informações que iam além dos limites do domicílio, abrindo os horizontes das mulheres que só ficavam em casa, bem como pela difusão de mensagens voltadas para a promoção do consumo, criando novas aspirações de consumo e pela separação entre atividades sexual e reprodutiva, o culto à juventude, o tamanho de família pequena, igualitária e consumista; e,
- 4) Política de atenção à saúde - estimulou o crescimento da rede de saúde com maternidades e hospitais públicos, expandindo a cobertura de serviços médicos somados ao aumento do acesso a métodos contraceptivos. A valorização da autoridade médica sobre as autoridades tradicionais (igreja, comunidades, etc.). O médico passa a ser uma autoridade com respaldo, muito mais atuante e forte, que as tradições religiosas.

MERRICK e BERQUÓ (1983) argumentam que fatores socioeconômicos teriam influenciado a queda da fecundidade entre as mulheres brasileiras na década de 70. Dentre estes fatores se destacam o aumento dos níveis educacionais das mulheres, a sua participação no mercado de trabalho, ganhando autonomia e conhecimentos além dos de sua casa. A transição da fecundidade se intensificou a partir da disponibilidade de meios

contraceptivos eficientes e pela emergência de condições socioeconômicas que motivaram os casais a usarem os meios contraceptivos disponíveis para reduzir, retardar ou finalizar a reprodução. No Brasil o acesso a métodos contraceptivos cresceu maciçamente após a década de sessenta. E o crescimento das aspirações de consumo, não é só o consumo em si que cresce, mas as aspirações que acabam por influenciar no comportamento reprodutivo, exemplificado na decisão de ter menos filhos para poder alcançar algo aspirado (televisão, geladeira, fogão a gás, etc.) entre os grupos de baixa renda.

LAM *et al.* (1992) enfocam a relação entre a evolução da educação e o declínio da fecundidade entre as mulheres brasileiras. Os autores observam o substancial aumento dos níveis médios de escolaridade para ambos os sexos, destacando a evolução do aumento do número médio de anos de estudo das mulheres, que ao longo das décadas, conseguiu alcançar e ultrapassar os níveis médios de educação dos homens conforme dados da PNAD<sup>17</sup> 84.

Nota-se que no decorrer do século XX, as mulheres no Brasil reduziram a sua prole, em média, em 3,81 filhos, representando um percentual de queda de 62% em quarenta anos no período de 1960-2000, enquanto que houve um ganho de 35 anos na expectativa de vida dos brasileiros. Em 2000, os resultados do Censo Demográfico mostraram que, a redução dos níveis de fecundidade de 2,4 e 2,0 filhos por mulher, média nacional e estadual do Rio de Janeiro, respectivamente, estavam próximos aos níveis observados em países mais desenvolvidos.

## **2.2 – Panorama conciso da fecundidade brasileira e fluminense**

“Até há pouco tempo, não se acreditava que seria possível atingir uma redução sustentada da fecundidade, sem que antes os benefícios do crescimento econômico fossem estendidos a toda a população. Presumia-se que seria necessário uma melhoria significativa no nível de renda para que a população pobre – que representa a grande maioria do total – pudesse passar a querer um número menor de filhos e, portanto, adotasse medidas de controle da prole. Esse pressuposto

---

<sup>17</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo IBGE anualmente.

não se verificou. Apesar do nível e da distribuição de renda terem apresentado poucas melhorias, fica evidente que todos os setores quantitativamente importantes da população já passaram a regular sua prole” (MARTINE *et al.*, 1994:7).

O conhecimento da fecundidade no país está associado à história dos Censos Demográficos brasileiros. Os Censos constituem, ao nível do país em seu conjunto, uma importante fonte de dados populacionais. As primeiras tentativas de estimar os níveis de natalidade remontam ao Censo de 1920, quando Bulhões de Carvalho, dispondo de tábuas de sobrevivência para as capitais e utilizando as equações de equilíbrio, estimou os nascimentos para a década anterior ao Censo (GOLDANI, 1978).

Dimensionar de forma mais concreta os problemas e o ritmo de crescimento da população brasileira era uma das preocupações de Giorgio Mortara, ao incluir, pela primeira vez, no Censo Demográfico brasileiro de 1940 as primeiras questões sobre fecundidade e mortalidade (GOLDANI, 1978). Desde então, de acordo com a série dos Censos Demográficos, o Brasil vem experimentando sucessivos aumentos em seu contingente populacional. Visto que em 1960 esse somatório era 51,9 milhões e de 169,6 milhões em 2000, ocasionado por uma taxa de crescimento anual em torno de 3% no início do período e de cerca de 1,5% ao ano para o período mais recente. A expectativa de vida brasileira para ambos os sexos aumentou de 44 para 68 anos e a taxa de fecundidade declinou de 6,2 para 2,3 filhos no mesmo período. Essas mudanças foram percebidas em todos os estratos sociais, grupos étnicos e regiões. No estado do Rio de Janeiro a população residente em 1991 era de 12.807.706 e em 2000, 14.367.083 habitantes. No período de nove anos, observou-se que a população no estado vem experimentando sucessivos incrementos em seu contingente. No intervalo censitário, o contingente populacional residente cresceu 12,4%.

O fenômeno da transição da fecundidade no Brasil iniciou na segunda metade do século XX, quando se observa um declínio acentuado nas taxas de natalidade e mortalidade. A queda da mortalidade no Brasil aconteceu mais cedo, nos anos 40, de forma exógena, isto é, devido ao aperfeiçoamento de antibióticos e inseticidas, da criação de organizações de saúde pública eficazes e a descoberta de métodos sanitários convenientes e de baixo custo. Após 1960, a taxa de natalidade começou apresentar uma redução significativa. Apesar da ausência de políticas governamentais para facilitar o



planejamento familiar, essa mudança brusca foi observada em todos os grupos sociais e em áreas urbanas e rurais. Transformações socioeconômicas e culturais tornaram possível uma queda no número de filhos tido por mulher no país: em 1970 a taxa de fecundidade total era de 5,76; em 1980 de 4,36; em 1980 de 4,3; em 1991 de 2,8; e em 2000 caiu para 2,3 filhos por mulher (IBGE, 2001).

A aceleração da queda da fecundidade se dá em todas as regiões do país e classes de renda, embora em diferentes proporções, atinge todas as camadas da população, notadamente pelo uso de métodos anticoncepcionais modernos. Dentre as regiões pioneiras na redução do número de filhos tidos por mulher, destaca-se o Sudeste, que no Censo Demográfico de 1970 observou-se uma queda de menos 1,8 filhos em relação a 1960, representando -28,1% de declínio (SIMÕES e OLIVEIRA, 1988). Houve períodos de queda extrema entre 1970-75 e 1980-85, ambos sendo períodos de alta concentração da renda e deteriorização na qualidade de vida da maioria, principalmente dos mais pobres (CARVALHO e WONG, 1996).

MARTINE *et al.* (1994) observam que enquanto os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em 1970, apresentavam taxas de fecundidade em torno de quatro nascimentos por mulher no final do período reprodutivo, as Regiões Norte e Nordeste apresentavam níveis elevadíssimos, acima de sete nascimentos vivos por mulher. Eles observam que esses altos níveis de fecundidade, por meio do aumento da fertilidade<sup>18</sup> e diminuição da mortalidade fetal, tenham sido provocados pela melhoria nas condições de vida e de saúde dessas regiões e também pela ausência de controle reprodutivo.

CAMARANO (1996, p. 104) mostrou que a fecundidade já era baixa nos anos 30 no estado do Rio de Janeiro. A taxa de fecundidade total desse estado foi de 4,4 filhos, 1,3 criança a menos do que a taxa do estado de São Paulo e 2,4 crianças a menos do que a taxa da Região Nordeste 1930-35. Desde então a fecundidade declinou acentuadamente no Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, esse declínio foi interrompido por um aumento na fecundidade no início da primeira metade dos anos 50. O restante da população brasileira apresentou taxas de fecundidade ainda crescentes até os anos 70.

MERRICK e BERQUÓ (1983), com base nos dados do Censo de 1970 e da PNAD de 1976, mostraram que o maior declínio relativo havia ocorrido no grupo mais

---

<sup>18</sup> Fertilidade refere-se à capacidade das mulheres gerarem filhos.

pobre da população, ou seja, nas famílias com renda familiar mensal abaixo de um salário mínimo. Os diferenciais de fecundidade entre as Grandes Regiões ainda eram bastante acentuados em 1970. As três regiões que apresentavam as mais elevadas taxas de fecundidade 8,15; 7,53 e 6,42 filhos por mulher foram, respectivamente, na Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ao passo que, a Região Sudeste detinha a mais baixa de 4,56 filhos por mulher.

Em 1980, observou-se que todas as Regiões brasileiras apresentaram um intenso processo de descenso da fecundidade, afastando-se, somente, da média nacional, as Regiões Norte e Nordeste. Na Região Norte a média de filhos era de 6,43 por mulher, representando quase o dobro da Região Sudeste com 3,48 filhos tidos. A partir daí, o declínio da fecundidade no Brasil acentuou-se, uma vez que a esterilização feminina passou a exercer um importante papel para a limitação do número de filhos. Apesar da defasagem de dez anos, o declínio da fecundidade no Nordeste foi muito intenso entre 1980 e 1984, apresentando uma queda em torno de 20%. Em 1991, ainda persiste a situação em dobro sobre o número de filhos entre as duas regiões, mas já apresentando sinais maiores de queda na Região Norte. Em seu estudo, CAMARANO (1996) estimou que o tamanho desejado de família foi de 2,4 filhos no Rio de Janeiro e de 2,8 filhos em São Paulo e também no Nordeste, em 1986.

Para LAM *et al.* (1992) o rápido declínio da fecundidade ocorreu justamente entre as mulheres que apresentaram os maiores aumentos dos níveis de escolaridade. De acordo com a PNAD/84, as mulheres analfabetas tinham em média 7 filhos, enquanto que as mulheres com quatro anos de estudo tinham em média 4,6 filhos e as mulheres com mais de dez anos de estudo tinham em média 3 filhos ou menos. Além de afetar diretamente a fecundidade, o nível educacional das mulheres contribui para a redução da mortalidade infantil. Os autores concluem que o aumento do nível escolar de ambos os sexos tem um efeito negativo sobre a fecundidade, principalmente os níveis educacionais das mulheres, e discordam sobre as abordagens que enfatizam o papel da pressão econômica sobre a população mais pobre como explicação da transição da fecundidade no Brasil. Eles consideram que as taxas de fecundidade caíram tanto no período de rápido crescimento econômico, quanto no período recessivo. Para os autores a elevação dos níveis educacionais da população nas últimas décadas foi o principal efeito de desaceleração da fecundidade no Brasil.

GOLDANI (1994), estimou que, em 1986, as mulheres brasileiras tinham 1,1 filho a mais do que o desejado. Em outro estudo, PERPÉTUO e WONG (1999) mostraram que o tamanho desejado diminuiu de 2,8 para 2,3 entre 1986 e 1996. Segundo as autoras, aproximadamente um em cada três filhos não é desejado pelas suas mães.

“A rapidez e a universalidade da queda da fecundidade brasileira são surpreendentes, particularmente quando se percebe que ela ocorreu em um país de dimensões continentais, população volumosa, níveis de educação muito baixos, heterogeneidades regionais e sociais enormes, assim como de pobreza generalizada” (MARTINE *et al.*, 1994:14).

Do ponto de vista demográfico, PATARRA (2000) levanta uma discussão sobre o país marcado por profundas desigualdades sociais, onde se deparam situações absolutamente contrastantes, com estratos sociais privilegiados exibindo padrões demográficos e comportamentais em tudo semelhantes aos existentes nos países desenvolvidos e populações carentes de recursos básicos, como habitação, saneamento e alimentação adequada (países do terceiro mundo).

A autora argumenta que nos anos setenta a preocupação era o crescimento populacional; na década de noventa os olhares se voltaram para as características do relacionamento social, familiar, profissional, o papel da mulher na sociedade, entre outros. Para um futuro próximo, ressalta a inquietação quanto aos cuidados necessários para atender a crescente demanda por serviços sociais decorrente do envelhecimento da população.

O padrão brasileiro de descenso da fecundidade é ainda mais surpreendente quando se considera que ocorreu na ausência de qualquer política governamental de controle de natalidade ou de planejamento familiar. Apesar da falta desse apoio, observa-se a vontade generalizada de todos os segmentos da população de reduzir o número de filhos. Essa motivação provavelmente vem sendo acentuada e mantida pelas conseqüências de uma crise econômica prolongada, mas, de qualquer maneira, representa um fenômeno irreversível.

Os dados do último Censo Demográfico Brasileiro de 2000 indicaram que a fecundidade no país estava próxima do nível de reposição. As mulheres estão, em

média, gerando menos filhos a cada década. Várias são as razões para esta mudança nos padrões reprodutivos brasileiros. Uma delas, fruto do intenso processo de urbanização da população, caracterizado, entre outras coisas, por uma progressiva incorporação da mulher à força de trabalho, e por mudanças nos padrões socioculturais decorrentes da própria migração e da crescente difusão de métodos contraceptivos.

A seguir na Tabela 3 são apresentadas as taxas de fecundidade total para o Brasil, Grandes Regiões e Estado do Rio de Janeiro, bem como a evolução do nível da fecundidade, tendo como base nos dados dos Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

**Tabela 3**  
**Taxas de fecundidade total (TFT)**  
**Brasil, Grandes Regiões e Estado do Rio de Janeiro: 1940-2000**

Brasil, Grandes Regiões e Estado do Rio de Janeiro	Anos Censitários						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
<b>Brasil</b>	<b>6,2</b>	<b>6,2</b>	<b>6,3</b>	<b>5,8</b>	<b>4,4</b>	<b>2,9</b>	<b>2,4</b>
Norte	7,2	8,0	8,6	8,2	6,4	4,2	3,2
Nordeste	7,2	7,5	7,4	7,5	6,2	3,7	2,6
Sudeste	5,7	5,5	6,3	4,6	3,5	2,4	2,1
<b>Estado do Rio de Janeiro</b>	<b>4,4</b>	<b>4,4</b>	<b>4,5</b>	<b>3,8</b>	<b>2,9</b>	<b>2,1</b>	<b>2,0</b>
Sul	5,7	5,7	5,9	5,4	3,6	2,5	2,2
Centro-Oeste	6,4	6,9	6,7	6,4	4,5	2,7	2,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940/2000

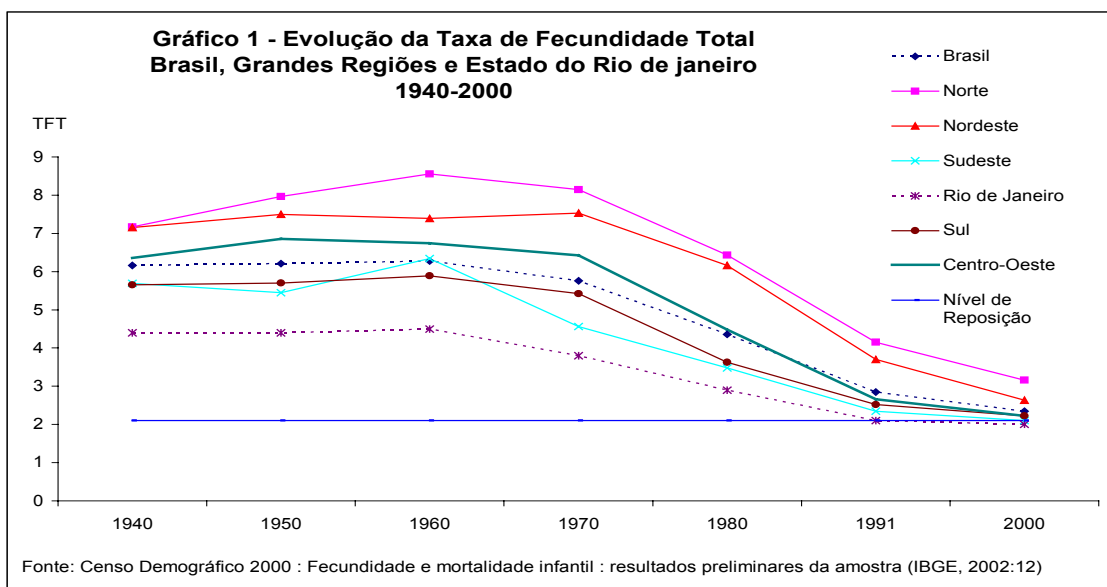
Tabela extraída: IBGE, Censo Demográfico 2000 : Nupcialidade e Fecundidade : Resultados da Amostra. pp. 58, Rio de Janeiro, 2003.

Nota: Dados do Estado do Rio de Janeiro, IBGE/DPE/COPIS/GEADD

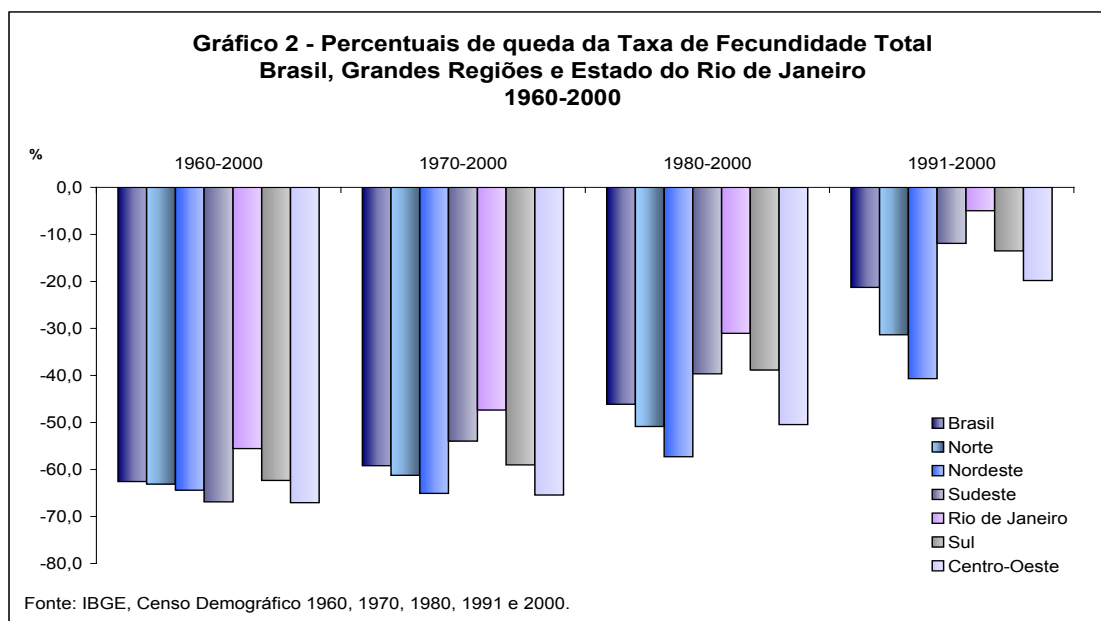
Analisando a evolução dos níveis de fecundidade das grandes regiões brasileiras, pode-se observar que em 2000, esses níveis situavam-se bem próximos ao da média nacional, que girava em torno de 2,4 filhos por mulher, isto é, os números indicam um processo de convergência nas taxas de fecundidade, com menor dispersão em torno da média. Enquanto que as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste se destacaram por apresentarem níveis próximos ao de reposição, considerado como o número médio de filhos por mulher que garante a reposição das futuras gerações, ou seja, 2,1. Em média a Região Sudeste se encontrava neste patamar reprodutivo, observando-se que desde

1991, o estado do Rio de Janeiro já atingia tal valor. Observa-se que os Gráficos 1 e 2, a seguir, estão fundamentados nos dados da Tabela 3.

No Gráfico 1 observa-se que o estado do Rio de Janeiro, tradicionalmente, apresenta os mais baixos níveis de fecundidade do país. A Taxa de Fecundidade Total em 1940 no estado era de 4,4 filhos, enquanto que a TFT do Brasil era de aproximadamente 6,2 filhos por mulher, representando uma diferença de 1,8 filho. A diferença entre a TFT do estado e do país até 1980 era de aproximadamente dois filhos, porém essa diferença se reduziu devido ao declínio rápido da fecundidade no Brasil, especificamente na Região Nordeste chegando a 2000, a uma diferença de, em média, 0,3 filho por mulher em idade fértil. A redução do número médio de filhos por mulher no Rio de Janeiro foi em menor intensidade do que no restante do país. Enquanto que a TFT do estado diminuiu em aproximadamente 2,5 filhos entre 1960 e 2000, no Brasil a TFT diminuiu em 3,9 filhos no mesmo período (ERVATTI, 2003, 25:26). Observa-se que essa tendência é considerada normal, dada a diferença de patamares.



De forma geral, os níveis regionais sofreram reduções de mais de 60% no percurso de 40 anos entre 1960 e 2000. No Gráfico 2 visualiza-se que percentuais vão diminuindo na medida em que a fecundidade vai atingindo níveis cada vez mais baixos. Nota-se que no decorrer do século XX as mulheres no Brasil reduziram a sua prole, em média, em 3,9 filhos, representando um percentual de queda de 62,3% no período 1960-2000, enquanto que houve um ganho de 35 anos na expectativa de vida dos brasileiros.



Em relação ao Rio de Janeiro, ressalta-se que os declínios foram menores, entretanto, chama a atenção para o fato que desde os anos quarenta, o estado apresentava taxas de fecundidade totais abaixo da média da nacional, bem como comparado aos outros estados da Região Sudeste.

### 2.3 – Os determinantes próximos da fecundidade

Existe um grande número de modelos que medem o impacto dos determinantes próximos nos níveis de fecundidade<sup>19</sup>. Dentro eles, o modelo de BONGAARTS (1978) é o mais conhecido e mais usado. Esse modelo comporta quatro componentes básicos:

- a) Proporção de mulheres casadas e/ou em união - a nupcialidade afeta a fecundidade (exposição ao risco de engravidar) através da idade ao casar e a duração da união. Em quase todas as sociedades mulheres casadas ou unidas têm mais filhos do que as não casadas;

<sup>19</sup> Ver BONGAARTS, 1978, 1982, 1985; CASTERLINE, 1984; HOBcraft e LITTLE, 1984; MORENO, 1991, entre outros.

- b) Duração da infecundabilidade pós-parto seja por espaços provocados por abstinência sexual ou a amamentação (atrasa a concepção, impedindo a ovulação);
- c) Efetividade e a eficácia dos métodos anticoncepcionais usados permitem a postergação de nascimentos desejados; e
- d) Prevalência de aborto induzido.

Entre os principais determinantes próximos que propiciaram o descenso da fecundidade no Brasil destacam-se a nupcialidade, a amamentação, a anticoncepção e o aborto.

De acordo com MARTINE (1996), a nupcialidade afeta a fecundidade através da idade ao casar e da duração da união. Cresceram o número de uniões consensuais e a liberdade sexual. Com base nos dados das pesquisas da DHS de 1986 e 1996, as mulheres casadas brasileiras apresentaram um declínio de aproximadamente 25,0% em suas taxas de fecundidade total marital (TFTM), o que significou em média, uma redução de menos um filho.

Nota-se que o Nordeste e o Centro-Oeste foram às regiões que apresentaram os maiores declínios, 35,2% e 26,2% respectivamente e o Rio de Janeiro o menor, 10,5%. Em 1986, as menores taxas foram observadas no Rio de Janeiro e na região Sul e em 1996 nas regiões, Centro-Oeste e Sul. Enquanto que em 1996, no Nordeste, a TFTM alcança 4,8 filhos, no Centro-Oeste essa taxa não ultrapassa 3,3 filhos, uma diferença de 1,5 filho por mulher casada. Essa diferença foi superior a 3,0 filhos em 1986. Os diferenciais entre o Nordeste e a média brasileira também diminuíram no período. Em 1986, o Nordeste apresentava uma TFTM quase 40,0% acima da média nacional e em 1996 essa diferença caiu para 20,0%. Em termos do Nordeste houve uma queda praticamente não significativa, mas considerando-se o padrão de região menos desenvolvida, era de se esperar que em relação ao restante do país essa queda tenha sido menor.

Os nascimentos são geralmente seguidos por um período de esterilidade causado pela amamentação e/ou abstinência sexual prolongada. Ressalta-se que a amamentação exclusiva pode suspender a ovulação e a menstruação (BONGAARTS, 1985). Quanto à

amamentação, não se observa nenhuma mudança significativa na sua frequência ou duração.

Embora não seja possível precisar o papel do aborto como redutor da fecundidade brasileira devido, principalmente, à sua ilegalidade e à baixa qualidade das informações coletadas, este parece ter desempenhado um papel importante na redução da fecundidade (MERRICK e BERQUÓ, 1983). O número significativo de abortos clandestinos, que segundo estimativas em 1996 variavam entre 800 mil e 1,1 milhão de abortos provocados. Aproximadamente 262,3 mil mulheres receberam cuidados médicos em hospitais públicos (SUS) devido a complicações de pós-aborto que representaram, naquele ano, a quinta causa de hospitalização obstétrica (FORMIGA, 1999:160). Na literatura demográfica existem vários estudos sobre a saúde e o direito reprodutivo<sup>20</sup> das mulheres, nos quais ficam evidentes que adoção de novas tecnologias contraceptivas, no Brasil, não foram resultantes de escolhas individuais, mas que essas decisões foram resultados de processos coletivos (POTTER, 1999).

O uso de contraceptivos é o determinante próximo de maior relevância na redução da fecundidade brasileira.

“A motivação para o uso da anticoncepção, no Brasil, foi provocada pelos processos de urbanização e industrialização que se traduziram numa perda das atividades produtivas antes organizadas pela família, na necessidade de venda da força de trabalho e na perda do valor econômico dos filhos. Assim, o empobrecimento da maioria da população brasileira torna necessária a diminuição da prole tanto pela necessidade de participação da mulher no mercado de trabalho, como pelo custo de sustentação dos filhos” (GIFFIN, 1992:103).

---

<sup>20</sup> Ver CORREA e REICHMANN, 1994, CORRÊA, 1993, BARROSO, 1991; ÀVILA e CORRÊA, 1999.



De acordo com os dados divulgados pela BEMFAM<sup>21</sup> e estudos feitos por PASCUM (2002), a esterilização feminina<sup>22</sup> entre mulheres casadas brasileiras subiu de 28 para 40% no período 1986-1996 e a contracepção oral (pílula) diminuiu de 26% para 21% no mesmo período.

Em 1986, aproximadamente 25,0% das mulheres brasileiras usava pílula, declinando para 20,7% em 1996. Em menor proporção, os outros métodos, principalmente o preservativo masculino (camisinha) também tiveram uma variação importante no período considerado. Isso pode ter ocorrido em virtude da vinculação de campanhas de saúde para o uso do preservativo como meio de prevenir doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS. No entanto a prevalência desse método é ainda bastante baixa. No mesmo período, os métodos tradicionais (aqui incluídos métodos vaginais, abstinência sexual periódica, coito interrompido e outros) apresentaram diminuição em sua prevalência 44,7%.

Segundo PASCUM (2002), em todas as regiões, houve um aumento da prevalência das esterilizações em 1996. Sendo mais acentuado no Nordeste, ao redor de 77,0%, e menos em São Paulo em torno de 33,6%, que permaneceu praticamente constante (33,7% em 1986). A região Sul apresentou as menores proporções de mulheres esterilizadas em 1996, mesmo depois do aumento de 54,8% ocorrido no período. As maiores recorrências às esterilizações ocorreram entre as mulheres de São Paulo e Rio de Janeiro. Observou-se uma diminuição do uso da pílula e dos métodos tradicionais. Além disso, houve um aumento importante entre as usuárias de outros métodos modernos em todas as regiões, principalmente no Nordeste, passando de 1,0% para 6,1%. As mulheres de São Paulo permaneceram com as maiores proporções, atingindo quase 17,0% de usuárias de outros métodos em 1996.

---

<sup>21</sup> Dentre as principais Organizações Não Governamentais com ações voltadas para o desenvolvimento social, defesa de direitos e na promoção da educação e da assistência em saúde sexual e reprodutiva, atuando no país, destacam-se a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), o Centro de Pesquisa de Assistência Integral à Mulher e à Criança (CPAIMC). A BEMFAM iniciou suas atividades no Brasil em 1965, sem fins lucrativos, filiada à Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) e financiada com recursos internacionais. Atua na assistência em planejamento familiar, bem como na distribuição de métodos contraceptivos tais como pílula, DIU e preservativo. Além do treinamento de profissionais da área da saúde para a prática do planejamento familiar. A CPAIMC financia treinamentos de profissionais vinculados ao ensino da medicina, da enfermagem e de outras áreas afins, além de sustentar uma verdadeira rede de médicos que atuavam na realização de esterilização cirúrgica por laparoscopia, doando o equipamento e subsidiando as suas atividades.

<sup>22</sup> Ver BERQUÓ, 1993, 1999, 1999a, CORREA, 1993. CORREA e REICHMANN, 1994 e outros.

Em relação à raça/cor das usuárias de métodos contraceptivos, observa-se que as mulheres brancas são mais frequentemente usuárias do que as negras, no entanto são as mulheres negras que começam a vida sexual mais cedo e que possuem uma necessidade por contraceptivos insatisfeita (OLINTO & OLINTO, 2000) e (PERPÉTUO, 2000).

## **2.4 – O Papel do Governo Brasileiro**

Somente nos meados dos anos setenta, o Brasil passou a se manifestar oficialmente sobre planejamento familiar. Em 1974, na Conferência de Bucareste, na qual o Brasil foi um dos signatários, reconheceu-se a liberdade dos casais de escolherem o tamanho de sua prole e de terem acesso a métodos contraceptivos. Apesar disso, postergou-se até os anos 80 para que o governo brasileiro começasse a se envolver em atividades relacionadas ao planejamento familiar (PASCUM, 2002:31).

A autora observa que em 1984 foi criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), sendo “considerado o mais importante programa governamental na área de saúde reprodutiva, que contou com efetivos esforços do movimento das mulheres brasileiras” (2002:31). Segundo COSTA (2002)<sup>23</sup>, esse programa ‘constituiu-se em um conjunto de princípios e diretrizes programáticas, abrangentes destinadas às mulheres nas diversas etapas e situação de sua vida, incluindo-se a fase reprodutiva’.

PASCUM ressalta que devido à prática indiscriminada de procedimentos médicos de esterilização feminina, em 1991, foi instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Esterilização. Segundo COSTA (2002)<sup>24</sup>, ‘comprovou-se a necessidade em regulamentar o procedimento médico da esterilização, bem como todas as ações para o planejamento familiar’.

Devido a pressões sociais, somente em 1996, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto de lei que regulamentava o exercício do direito reprodutivo e a esterilização no Brasil (SILVA, 2000; PASCUM, 2002:31).

---

<sup>23</sup> PASCUM (2002:31).

<sup>24</sup> PASCUM (2002:31).

PASCOM pondera, ainda, que com a Constituição Federal promulgada em 1988, no parágrafo 7 do artigo 226, estabelecem-se diretrizes para que não se vincule o direito e acesso aos serviços de planejamento familiar às políticas de controle demográfico. A liberdade de decisão do casal e a responsabilidade do Estado em oferecer os recursos para o exercício desse direito estabelecidos como direitos sociais de cada cidadão.

## **2.5 – Sumário**

As explicações para a transição da fecundidade são complexas em qualquer contexto. No caso do Brasil não é diferente. O país de dimensões continentais, as altas taxas de fecundidade observadas no país no início do século XX eram decorrentes de um padrão de casamento precoce e sem nenhum controle ou utilização de métodos contraceptivos.

Os principais fatores desestabilizadores do regime dos altos níveis de fecundidade no Brasil foram estimulados pelo processo de proletarização através de mudanças que ocorreram em três níveis:

- 1) monetarização da economia;
- 2) diversificação da cesta básica de consumo com a inclusão de bens industrializados; e
- 3) destruição da economia de base familiar (subsistência) e expansão e homogeneização do mercado de trabalho assalariado.

Embora no Brasil nunca se tenha observado ações governamentais intervencionistas ou programas de planejamento familiar para controlar o crescimento da população, o declínio da fecundidade foi intensificado por processos de mudanças institucionais relacionados às políticas públicas ocorridas pós 1964. Com destaque para quatro políticas que foram estratégicas e influenciaram direta ou indiretamente na redução da fecundidade do país:

- 1) Política de Crédito ao Consumidor;

- 2) Política de Previdência Social;
- 3) Política de Telecomunicações; e
- 4) Política de atenção à saúde.

Outra visão considera que nos anos setenta, o declínio da fecundidade marital foi o principal componente da queda da transição da fecundidade no Brasil e que se intensificou com a difusão dos métodos contraceptivos (pílula e esterilização), que favoreceram a diminuição do tamanho das famílias, principalmente entre os grupos de baixa renda. Somados a esse processo de mudanças de comportamento, destacam-se os fatores socioeconômicos que contribuíram para o declínio dos níveis de fecundidade no país:

- 1) aumento dos níveis educacionais e redução do analfabetismo para ambos os sexos, com destaque para as mulheres;
- 2) massiva participação feminina no mercado de trabalho; e
- 3) mudança no padrão de consumo através da inclusão de bens de consumo duráveis que se intensificaram nas três décadas seguintes.

Ressalta-se a importância dos anos médios de estudos da população brasileira, principalmente o das mulheres, fato que propicia a decisão sobre o número de filhos tidos, ou o seu adiamento em tê-los.

Dito isto, acredita-se que a fecundidade das mulheres brasileiras continuará caindo para taxas cada vez menores. No Brasil, as trajetórias de vida da mulher sofreram profundas transformações nas últimas décadas do século XX. A vida da mulher brasileira, hoje, é marcada por maior diversidade de papéis na família, crescente participação no mercado de trabalho e conquistas de novos direitos que vêm redefinindo, de forma importante, sua posição relativa na sociedade e condição de cidadania.

Embora a família brasileira, em suas diferentes modalidades, continue a executar as mesmas funções, isto é, o cuidado, a proteção e socialização dos seus membros, alterou-se a maneira como isto ocorre. Entre as razões disto, destacam-se as mudanças das trajetórias de vida das mulheres, que associadas à alteração de papéis da mulher e

melhoramento de seu nível educacional que as levaram a mudanças de seu papel junto à família e a sociedade como um todo.

Com base nos resultados do Censo Demográfico de 2000, o ritmo da queda da fecundidade brasileira e fluminense sofreu contínuas reduções nas últimas décadas. Tal declínio parece ter reflexos em fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais ocorridos nos últimos anos. Mudanças acentuadas foram observadas nos indicadores que dizem respeito à estrutura etária, descrevendo queda acumulada da fecundidade em mais de duas décadas, acrescida das alterações de padrões etários da mortalidade, modificando rapidamente a distribuição etária da população, notadamente, em relação ao peso relativo da população infanto-juvenil e da população idosa.

Em relação ao quesito que contabiliza o nível de escolaridade, observa-se que para as mulheres esse nível tem aumentado mais do que o dos homens ao longo dos últimos anos independente da raça/cor da mulher.

# CAPÍTULO 3

## METODOLOGIA UTILIZADA

### 3 – Introdução

O presente capítulo tem o objetivo de evidenciar a metodologia utilizada nesta dissertação. Este capítulo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, apresentam-se algumas observações sobre as coortes de nascimento. Na terceira, descreve-se a metodologia utilizada para a análise desta dissertação. Na quarta seção, descrevem-se as variáveis estudadas. E na quinta, discute-se a relação entre os indicadores propostos.

#### 3.1 – Informações sobre os dados

O IBGE realiza várias pesquisas domiciliares dentre as quais inclui-se o Censo Demográfico, realizado a cada 10 anos, que usa amostragem para obter dados sobre características selecionadas de pessoas, famílias e domicílios. Nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, foram adotadas duas frações amostrais<sup>25</sup> distintas: 20% para os municípios com população estimada até 15.000 habitantes e 10% para os municípios com mais de 15.000 habitantes.

Para a análise deste estudo foram construídos para cada ano pesquisado (1991 e 2000) dois conjuntos de dados desagregados pela localização do setor censitário: “normal” e “aglomerado subnormal”, segundo classificação do IBGE. No primeiro conjunto estão contidas as mulheres residentes em setores fora de “favelas”, e no segundo, os segmentos populacionais de mulheres residentes em “favelas e

---

<sup>25</sup> IBGE, 2003b.

assemelhados”. Doravante, nesta dissertação para efeito de análise, esses conjuntos serão denominados como cidade e favela, respectivamente.

### **3.2 – Processamento dos dados**

Para o processamento analítico dos dados foi utilizado o *software Redatam+SP*<sup>26</sup> desenvolvido pelo CELADE, Divisão de População da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) das Nações Unidas. O desenvolvimento da família de *software Redatam* recebeu suporte financeiro de CIID, ACIDI, Governo de Países Baixos, UNFPA, BID e do Orçamento regular das Nações Unidas. Este software processa e mapeia dados de censos e pesquisas para análises locais e regionais. A vantagem desse software é o tempo de resposta, que disponibiliza seus resultados com grande rapidez na tela do micro computador. Os cruzamentos programados são finalizados em tabelas (planilhas) que podem ser salvos na extensão EXCEL, e posteriormente alterados segundo necessidades do usuário.

No IBGE o *Redatam* foi implementando com grande sucesso como uma ferramenta ágil de análises em várias pesquisas desenvolvidas, a exemplo do Cadastro de Empresas de 2005; Censo Demográfico de 1970 a 2000; Contagem da População de 1996; Pesquisa Municipal de 2001 e 2002; Pesquisa Agrícola Municipal de 1981 a 2004; Pesquisa Pecuária Municipal de 1981 a 1998; Pesquisa Nacional de Amostragem Domicílio (PNAD) de 1990, 1992 a 2004; Pesquisa Orçamento Familiar de 1996 e 2003 e Registro Civil de 1989 a 2002.

### **3.3 – As coortes de nascimento**

Os Censos Demográficos brasileiros são realizados de dez em dez anos. Por problemas ocorridos no início do Governo Collor de Mello, o censo dos anos noventa foi realizado em 1991. Essa postergação, supostamente, mexeu com a estrutura decenal das coortes de nascimento em relação aos censos anteriores e posteriores. Para a análise

comparativa desta dissertação, tal ruptura de referência não inviabiliza comparações entre os dois censos. Apenas não facilita de imediato a visualização das coortes de nascimento analisadas, devido ao deslocamento de menos 1 ano em 1991, comparadas à 2000.

Como uma forma de corroborar o entendimento do que foi dito anteriormente, o Painel 1 apresenta o Diagrama de Lexis das mulheres de 35 a 49 anos de idade que estão com o ciclo reprodutivo “quase completo”, no qual pode-se observar as três dimensões da análise: idade, período e coortes de nascimento, bem como a correlação desta última com os grupos de idade.

O efeito do deslocamento no modelo pode ser verificado nas coortes de nascimento plotadas pelas gradações das linhas como processo de diferenciação geracional.

---

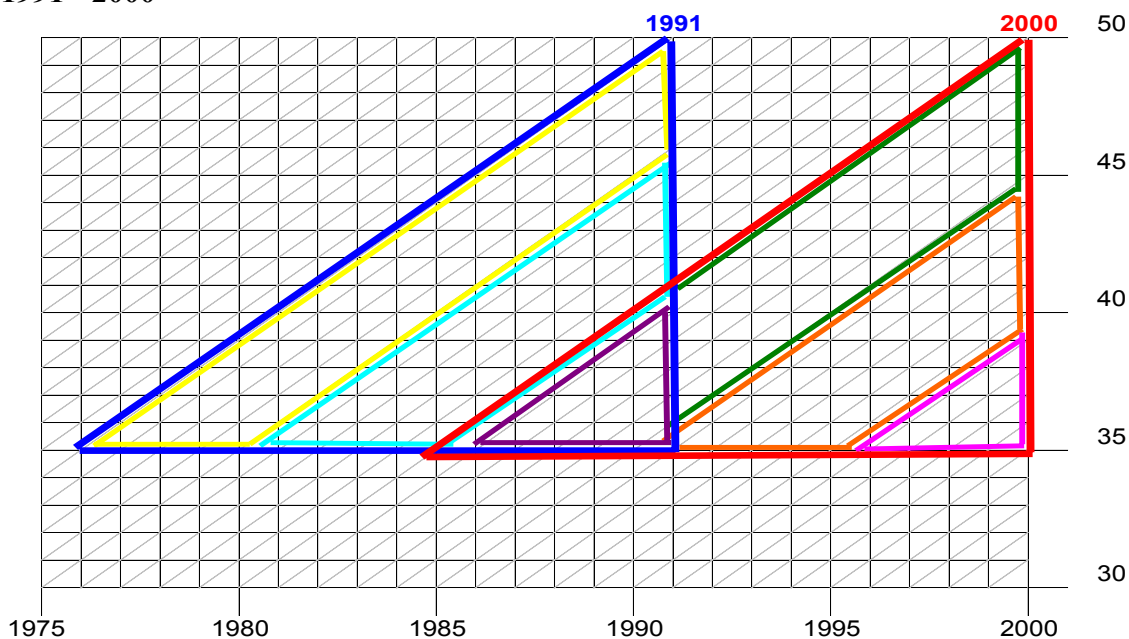
<sup>26</sup> Informações e atualizações deste software podem ser localizadas em <http://www.eclac.cl/celade/redatam>.



### Painel 1

Mulheres de 35 a 49 anos de idade que estão com o ciclo reprodutivo “quase completo”.

1991 - 2000



Grupos Etários	Coortes de Nascimento	
	1991	2000
35 a 39	1952 – 1956	1961 – 1965
40 a 44	1947 – 1951	1956 – 1960
45 a 49	1942 – 1946	1951 – 1955

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

### 3.4 – Método de Progressão de Parturição (cálculos das probabilidades de nascimentos de filhos vivos)

Com base em CAVENAGHI e GOLDANI (1993) sobre método de progressão de parturição<sup>27</sup>.

“Em 1953, Louis Henry já propunha medir a fecundidade através de probabilidades de aumento das famílias. O autor mostra que, em sociedades modernas e industrializadas, as mulheres, depois de terem

<sup>27</sup> Outros trabalhos sobre o assunto WONG, 1986; SANTOS, 1990; LEVY *et al.*, 1992; CARVALHO e WONG, 1996; HINDE, 1998, entre outros.

o número de filhos “desejado”, comportam-se como pouco fecundas e até mesmo como estéreis.

Esse tipo de medida “calcula a probabilidade de que uma mulher que já tenha tido  $n$  filhos tenha  $n+1$  filhos. O cálculo é feito a partir da distribuição do número de mulheres de uma coorte com descendência completa segundo o número de filhos tidos.

Assim, define-se  $m_{(i+)}$  como a proporção de mulheres que já tiveram pelo menos  $i$  filhos, pode-se calculá-la da seguinte forma:

$$m_{(i+)} = m_{(0+)} - m_{(i)}$$

Onde  $m_{(0+)} = 1$  e  $m_{(i)}$  é a proporção de mulheres que tiveram exatamente  $i$  filhos. Ou seja, dividindo-se o número de mulheres com  $i$  filhos pelo total de mulheres.

A partir das proporções de mulheres com pelo menos  $i$  filhos, calcula-se as probabilidades das mulheres terem outro filho como se observa a seguir:

$$P_{0-1} = m_{(1+)} / m_{(0+)}$$

$$P_{1-2} = m_{(2+)} / m_{(1+)}$$

$$P_{n-n+1} = m_{((n+1)+)} / m_{(n+)}$$

A série de probabilidades  $P_{0-1}, P_{1-2}, \dots, P_{n-n+1}$  permite a análise das diferentes etapas de nascimentos para mulheres em diferentes coortes.

A descendência média final pode ser calculada a partir desta série das probabilidades das mulheres terem  $n+1$  filhos, onde:

$$DMF = P_{0-1} + P_{0-1} * P_{1-2} + P_{0-1} * P_{1-2} * P_{2-3} + \dots + P_{0-1} * P_{1-2} * \dots * P_{n-n+1}$$

Ou, de outra forma:

$$DMF = m_{(1+)} + m_{(2+)} + m_{(3+)} + \dots + m_{(n+1+)}$$
 (CAVENAGHI e GOLDANI, 1993: 120-21).

## Painel 2

### Exemplo prático do método de progressão de parturição

Número de Filhos (i)	Mulheres Mi	Pi	Pi, i + 1	Po, i
0	33	903	0,9635	
1	77	870	0,9575	0,9635
2	38	833	0,9544	0,9225
3	33	795	0,9585	0,8804
4	65	762	0,9147	0,7719
5	85	697	0,8780	0,6777
6	91	612	0,8513	0,5770
7	117	512	0,7754	0,4474
8	108	404	0,7327	0,3278
9	101	296	0,6588	0,2159
10	91	195	0,5333	0,1152
11	41	104	0,6058	0,0698
12	37	63	0,4127	0,0288
13	12	26	0,5385	0,0155
14	9	14	0,3571	0,0055
15	2	5	0,6000	0,0033
16	2	3	0,3333	0,0011
17	1	1	0,0000	0,0000
18	0	0		

Descendência Média Final = 6,87

Pi é o número de mulheres com i filhos ou mais → acumulado inversamente a partir de Mi

$$P_{i, i+1} = P_{i+1} / P_i$$

$$P_{o, i} = P_i / P_o$$

$$DMF = \text{Soma } (P_{o, i})$$

Fonte: Tabela extraída: PRESTON, S. H., P. HEUVELINE, *et al.* Demography : measuring and modeling population processes. Malden, MA: Blackwell Publishers. 2001. xiii, 291 p.

### 3.5 – Variáveis analisadas

A análise desenvolvida neste capítulo compara a relação do descenso da fecundidade com uma série de diferenciais que ajudam a retratar as mudanças do padrão reprodutivo ocorridas no Município do Rio de Janeiro no intercuro censitário de 1991-2000. Resumidamente estes são:

#### Fecundidade

Mulheres de 35 a 49 anos que tiveram n filhos nascidos vivos

Número de filhos tidos nascidos vivos<sup>28</sup>

Raça/cor<sup>29</sup>

Branca	– para a pessoa que se autot classificou como branca; ou
Negra	– para a pessoa que se autot classificou como preta e/ou parda (mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça).

A Tabela 4 mostra a distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo total e grupos de idade.

<sup>28</sup> “Filho tido nascido vivo é aquele que, após a expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente do tempo de duração da gestação, manifestou algum sinal de vida (respiração, choro, movimento de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco, etc.), ainda que tenha falecido em seguida” (IBGE, 2002:46).

<sup>29</sup> a) IBGE, 2002:41.

b) Em seu estudo, BERCOVICH (1989) revela que a fecundidade das pretas é menor do que a de brancas e pardas, resultado este que se perderia caso a autora tivesse agrupado as categorias preta e parda.

c) Mesmo sabendo que a junção de duas ou mais categorias da variável raça/cor possa acarretar perdas de detalhes analíticos, conforme estudos de BERCOVICH (1989), optou-se para a análise deste trabalho o seguinte agrupamento: i) brancas; ii) Negras pela soma de pretas e pardas; iii) As mulheres que se declararam como amarelas, indígenas e sem declaração não foram consideradas nesta análise.

d) Por outro lado, como diz PACHECO (1989:203),

“O que se tem convencionado chamar de ‘negro’ nas análises dos dados do IBGE – apesar de esse termo não fazer parte das categorias dos levantamentos – é a reunião das categorias preto e pardo, realizada no sentido de oferecer uma melhor comparabilidade dos dados em termos de um enfoque racial, já que vários estudos têm mostrado que as duas categorias tendem a se aproximar sócio-economicamente quando em face da categoria dos brancos”.

e) WOOD e CARVALHO (1994) observam que no Brasil, os dados sobre raça/cor apresentam uma tendência de pessoas de pele escura a se autot classificarem como mais claras devido à estigmatização do preto. Os autores argumentam que quando as pessoas reclassificam sua cor, todos os cruzamentos entre raça/cor e qualquer outra variável, ao longo do tempo, estariam enviesados porque sobreestimam o grau de desigualdade entre raça/cor. Uma solução apresentada pelos autores é unindo as categorias preta e parda em uma única: negra ou não-brancas.

**Tabela 4**

**Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo total e grupos de idade**  
**Município do Rio de Janeiro - 1991 e 2000**

Total e grupos de idade das mulheres	Mulheres de 35 a 49 anos de idade							
	1991				2000			
	Cidade		Favela		Cidade		Favela	
	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras
Total	331784	182081	28173	47114	366272	208816	43622	64893
1952-1956	127497	73650	11989	19523	125580	72918	17269	25696
1947-1951	112306	60388	9213	15838	123909	72273	14764	22159
1942-1946	91981	48043	6971	11753	116783	63625	11589	17038

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Anos de estudo<sup>30</sup>

Sem instrução a 3 anos <sup>31</sup>	– para a pessoa que nunca freqüentou escola ou, embora tenha freqüentado, não concluiu o primeiro segmento do ensino fundamental;
4 a 7 anos	– para a pessoa que concluiu o primeiro segmento fundamental, mas ainda não concluiu o segundo;
8 a 10 anos	– para a pessoa que concluiu o ensino fundamental, mas ainda não concluiu o ensino médio; ou
11 anos ou mais	– para a pessoa que concluiu o ensino médio, ensino superior, mestrado e ou doutorado.

A Tabela 5 mostra a distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo anos de estudo e grupos de idade.

<sup>30</sup> IBGE (2002:43-45).

<sup>31</sup> Embora a literatura mostre que o acréscimo de mais 1 ano de estudo possa trazer uma diferença enorme em termos de comportamento social e reprodutivo, optou-se neste estudo por essa agregação devido à pequena variação das probabilidades entre as duas categorias originais, ou seja, sem instrução e menos de 1 ano, e de 1 a 3 anos.

**Tabela 5**  
**Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário raça/cor, segundo anos de estudo e grupos de idade**  
**Município do Rio de Janeiro - 1991 e 2000**

Anos de estudo, e grupos de idade das mulheres	Mulheres de 35 a 49 anos de idade							
	1991				2000			
	Cidade		Favela		Cidade		Favela	
	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras
Total	331755	181975	28146	47082	365183	208010	43393	64579
1952-1956	127482	73557	11967	19502	125231	72654	17216	25527
1947-1951	112291	60381	9208	15838	123503	71954	14681	22092
1942-1946	91981	48036	6971	11743	116448	63402	11496	16959
Sem Instr. a 3 anos								
1952-1956	7738	10562	3913	7202	5795	7082	3897	6085
1947-1951	8780	12036	4177	7063	6374	7976	3428	6478
1942-1946	9821	12710	3633	6492	7185	8944	3839	6064
4 a 7 anos								
1952-1956	23152	24955	5283	8816	14271	18289	6846	10573
1947-1951	25257	23229	3674	6817	17132	20432	6434	9746
1942-1946	24360	18667	2520	4346	18840	20112	4873	7418
8 a 10 anos								
1952-1956	19966	15339	1788	2223	19409	18062	3815	5083
1947-1951	18883	10376	876	1448	18719	16146	2937	3741
1942-1946	16148	8163	516	734	18142	13384	1782	2340
11 anos ou mais								
1952-1956	76627	22701	984	1260	85755	29221	2659	3786
1947-1951	59372	14739	481	510	81279	27399	1883	2129
1942-1946	41652	8496	302	170	72282	20962	1002	1137

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

### Estado Civil<sup>32</sup>

Casada <sup>33</sup>	– para a pessoa que tinha o estado civil de casada;
Solteira	– para a pessoa que tinha o estado civil de solteira; ou
Outros	– para a pessoa que tinha o estado civil de desquitada ou separada ou divorciada homologado por decisão judicial e ou viúva.

A Tabela 6 mostra a distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo estado civil e grupos de idade.

<sup>32</sup> IBGE (2003a:46).

<sup>33</sup> Inclusive as mulheres em uniões consensuais.

**Tabela 6****Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo estado civil e grupos de idade****Município do Rio de Janeiro - 1991 e 2000**

Estado Civil e grupos de idade das mulheres	Mulheres de 35 a 49 anos de idade							
	1991				2000			
	Cidade		Favela		Cidade		Favela	
	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras
Total	329567	180520	27891	46644	366272	208816	43622	64893
1952-1956	126617	73066	11868	19334	125580	72918	17269	25696
1947-1951	111565	59961	9118	15669	123909	72273	14764	22159
1942-1946	91385	47493	6904	11642	116783	63625	11589	17038
Casada								
1952-1956	88861	48838	9309	14314	66236	34291	8628	10495
1947-1951	77536	40058	6614	10584	66370	34661	8314	9755
1942-1946	61503	30034	4680	7758	64619	31488	6352	7685
Solteira								
1952-1956	18983	12281	978	1842	42585	31160	7235	13080
1947-1951	14104	8459	910	1425	33854	27030	4500	9719
1942-1946	10424	6803	422	1073	26349	20238	3082	6532
Outras								
1952-1956	18773	11947	1581	3178	16759	7466	1406	2121
1947-1951	19925	11443	1594	3661	23685	10582	1950	2686
1942-1946	19458	10656	1803	2811	25815	11898	2156	2820

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

**Condição de Atividade (Participação na atividade econômica)<sup>34</sup>**

Pessoas economicamente ativas	– para as pessoas economicamente ativas na semana de referência <sup>35</sup> compuseram-se das pessoas ocupadas e procurando trabalho nessa semana.; ou
Pessoas não-economicamente ativas	– para as pessoas que foram definidas como não-economicamente ativas na semana de referência – as pessoas que não foram classificadas nem como ocupadas nem procurando trabalho na semana.

A Tabela 7 mostra a distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo condição de atividade e grupos de idade.

<sup>34</sup> IBGE (2002:47-48).<sup>35</sup> Em 1991 o período de referência era de 12 meses (IBGE, 1991:23) Em 2000, a semana de referência era de 23 a 29 julho de 2000 (IBGE, 2002:31).

**Tabela 7****Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo condição de atividade e grupos de idade****Município do Rio de Janeiro - 1991 e 2000**

Condição de atividade e grupos de idade das mulheres	Mulheres de 35 a 49 anos de idade							
	1991				2000			
	Cidade		Favela		Cidade		Favela	
	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras	Brancas	Negras
Total								
1952-1956	127497	73650	11989	19523	125580	72918	15484	22967
1947-1951	112306	60388	9213	15838	123909	72273	13522	20099
1942-1946	91981	48043	6971	11753	116783	63625	10652	15395
Economicamente Ativa								
1952-1956	74181	42347	5831	11510	88613	50229	9381	15437
1947-1951	61267	33241	4607	9047	84740	48940	8059	13723
1942-1946	43517	25042	3121	6115	69408	38891	5915	9653
Não Economicamente Ativa								
1952-1956	53317	31302	6158	8013	36967	22688	6102	7531
1947-1951	51039	27148	4605	6791	39170	23333	5464	6375
1942-1946	48464	23001	3850	5637	47375	24734	4737	5742

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Classes de rendimento nominal mensal familiar em salários mínimos (SM)<sup>36</sup>

Sem rendimento até 1 SM
Mais de 1 a 2 SM
Mais de 2 a 3 SM
Mais de 3 SM

A Tabela 8 mostra a distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo classes de rendimento nominal mensal familiar e grupos de idade.

<sup>36</sup> “Considerou-se como rendimento nominal mensal familiar a soma dos rendimentos nominais mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas cuja condição na família fosse pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a)” (IBGE, 2002:51).



**Tabela 8**  
**Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo classes de rendimento nominal mensal familiar e grupos de idade**  
**Município do Rio de Janeiro - 1991 e 2000**

Classes de renda nominal mensal familiar e grupos de idade das mulheres	Mulheres de 35 a 49 anos de idade							
	1991				2000			
	Cidade		Favela		Cidade		Favela	
	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras
Total								
1952-1956	127497	73650	11989	19523	125473	72830	17269	25696
1947-1951	112306	60388	9213	15838	123695	72050	14764	22159
1942-1946	91981	48043	6971	11753	116506	63484	11589	17038
Sem rend. até 1 SM								
1952-1956	13495	15936	4264	7652	5372	6300	1783	3478
1947-1951	10948	11609	3187	5517	5181	5275	1369	2997
1942-1946	8479	9060	2272	3691	3805	4065	1304	2357
Mais de 1 a 2 SM								
1952-1956	60354	43512	6750	10282	5738	6953	2684	4594
1947-1951	52759	36149	5015	8853	4886	6190	1703	3557
1942-1946	41886	28183	3947	6746	4433	4701	1544	2489
Mais de 2 a 3 SM								
1952-1956	16484	5266	235	279	6599	7606	2609	4031
1947-1951	14472	5108	318	304	6153	6672	2058	3133
1942-1946	12274	3841	292	443	4830	5705	1577	2227
Mais de 3 SM								
1952-1956	37164	8936	741	1311	107764	51972	10194	13593
1947-1951	34127	7522	692	1164	107474	53913	9633	12472
1942-1946	29342	6958	459	873	103439	49013	7165	9965

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

### Religião<sup>37</sup>

Católica	– para a pessoa que professava a religião Católica Apostólica Romana, Católica Apostólica Brasileira e Católica Ortodoxa;
Evangélicas de Missão	– para a pessoa que professava a religião das Igrejas Evangélicas: Luterana, Presbiteriana, Metodista, Batista, Congregacional, Adventista e outras Igrejas Evangélicas de Missão;
Evangélicas de origem Pentecostal	– para a pessoa que professava a religião das Igrejas: Assembléia de Deus, Congregacional Cristã do Brasil, Brasil para Cristo, Evangelho Quadrangular, Universal do Reino de Deus, Casa da Bênção, Deus é Amor, Maranata, Nova Vida e outras Igrejas de origem Pentecostal;

<sup>37</sup> IBGE (2002:41, Anexo 1 (CD-ROM)).

Outras Religiões	– para a pessoa que professava a religião Cristã, outras religiões Cristãs, Igreja de Jesus Cristo dos santos dos últimos dias, Testemunhas de Jeová, Espírita, Espiritualista, Umbanda, Candomblé, Judaísmo, Hinduísmo, Islamismo, Budismo, Orientais, Tradições Esotéricas, Tradições Indígenas, Não determinadas e outras religiões; ou
Sem Religião	– para a pessoa que não professava nenhum tipo de religião.

A Tabela 9 mostra a distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo religião e grupos de idade.

**Tabela 9**  
**Distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e raça/cor, segundo religião e grupos de idade**  
**Município do Rio de Janeiro - 1991 e 2000**

Religião e grupos de idade das mulheres	Mulheres de 35 a 49 anos de idade							
	1991				2000			
	Cidade		Favela		Cidade		Favela	
	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras	Branças	Negras
Total								
1952-1956	139016	92850	11964	19423	142734	98491	17241	25657
1947-1951	121092	76009	9134	15818	138557	94377	14749	22131
1942-1946	98650	59594	6931	11692	128238	80529	11579	16977
Católica								
1952-1956	100626	63586	8456	13328	91702	55139	10171	14725
1947-1951	87506	51588	6285	10584	89732	55015	9155	12389
1942-1946	70520	39583	4566	7987	85317	47222	7005	9405
Evangélica de Missão								
1952-1956	5661	3803	454	585	8218	5995	820	1016
1947-1951	5290	3484	475	680	7582	6019	789	1176
1942-1946	4402	2866	472	441	6587	5281	785	961
Evangélica Pentecostal								
1952-1956	7158	9312	1602	2721	15805	18817	3650	5485
1947-1951	7010	8131	1287	2304	14921	17100	3050	4952
1942-1946	6089	6791	1026	1674	12902	14818	2649	4175
Outras Religiões								
1952-1956	14947	8775	476	1063	16047	8772	766	1514
1947-1951	13184	7881	400	991	16720	8932	573	1453
1942-1946	12480	6813	389	725	15517	8083	340	1088
Sem Religião								
1952-1956	10625	7375	977	1726	10962	9768	1834	2917
1947-1951	8101	4925	687	1260	9601	7310	1182	2161
1942-1946	5158	3539	479	865	7914	5125	800	1348

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

# CAPÍTULO 4

## **A DINÂMICA DEMOGRÁFICA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: 1991 - 2000**

### **4 – Introdução**

Nos capítulos 1 e 2, com base em diversas fontes da literatura demográfica sobre a reprodução humana, procurou-se reunir experiências, evidências e estudos gerais sobre a explicação da transição demográfica de altos a baixos níveis de fecundidade. Notadamente, as explicações sobre a variação desses níveis revelam que o fenômeno da transição da fecundidade pode variar e ocorrer em múltiplos contextos sociais, econômicos e culturais inseridos nas diferentes populações estudadas.

O presente capítulo tem o objetivo de traçar algumas características da dinâmica demográfica no Município do Rio de Janeiro no período de 1991-2000.

Está dividido em três seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, são analisadas algumas características da dinâmica demográfica do Município do Rio de Janeiro. Sendo que nesta seção, Na última seção, antes de se passar à análise do panorama de fecundidade, se fará uma breve contextualização demográfica do município, com uma concisa caracterização da cidade e da favela, em relação à dinâmica da fecundidade, servindo como encadeamento para a análise do capítulo 5.

### **4.1 – Dinâmica demográfica no Município do Rio de Janeiro**

Desde a década dos anos sessenta, o Brasil vem apresentando reduções em suas taxas de fecundidade. Dentre as vinte e sete Unidades da Federação, a população do estado do Rio de Janeiro se apresenta como precursora desse processo demográfico, onde, desde então, se observam as menores taxas de fecundidade do país. Dentro desse

contexto, o município do Rio de Janeiro é conhecido por “antecipar as tendências demográficas brasileiras”. “Assim foi durante o Império, assim continuou na República. As estatísticas disponíveis nesse começo de século XXI indicam que o Rio continua antecipando a imagem que o Brasil terá amanhã” (CAMARANO, 1996; EL GHAOURI, 2003:76).

O Município do Rio de Janeiro apresenta peculiaridades que o difere dos demais municípios brasileiros. Com base em LESSA (2001), CAVENAGHI e ALVES (2005:6) descrevem o panorama histórico da cidade.

“Em 1763, a cidade do Rio de Janeiro passou a sediar a capital do Brasil Colônia e, em 1808, com a fuga da Família Real de Portugal e a vinda para o Brasil, foi elevada à condição de capital do Império Português. Em 1834, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se Município Neutro e, no ano seguinte, Niterói tornou-se a capital da Província do Rio de Janeiro. Com o advento da República, em 1889, a cidade do Rio de Janeiro passou à condição de Distrito Federal e a cidade de Niterói passou à condição de capital do Estado do Rio de Janeiro. Em 1960, com a transferência da capital federal para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro se transformou em Estado da Guanabara. Em 1975, o atual Estado do Rio de Janeiro assumiu as suas feições atuais, quando se deu a fusão dos Estados da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro. A ex-capital federal passou a ser a sede administrativa e política do Estado Fluminense, em substituição à cidade de Niterói”.

Do ponto de vista territorial, observa-se que a cidade tem a extensão de 1.182,30 km<sup>2</sup>, correspondendo apenas 2,7% do território do estado do Rio de Janeiro. O Censo Demográfico de 2000 indicou uma densidade demográfica de 4.949,6 hab/Km<sup>2</sup>. Desde o censo de 1970, o município do Rio de Janeiro apresentava 100% de urbanização<sup>38</sup>. A população residente em 1991 era de 5.480.778, e em 2000, 5.851.914 habitantes. Para 2005 a população estimada gira em torno de 6.094.183 pessoas.

---

<sup>38</sup> A taxa de urbanização é um indicador demo-geográfico que dimensiona a parcela da população nacional ou regional que reside em áreas urbanas, e portanto, em tese, com maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infra-estrutura urbana e serviços sociais (JANNUZZI, 2001).

Embora a concentração demográfica observada no Rio de Janeiro seja alta, o município vem apresentando baixa taxa média geométrica anual de crescimento<sup>39</sup>, conforme mostra a Tabela 10. Ao longo de cinquenta anos, a taxa caiu mais de dois pontos percentuais. No intercurso de 2000/1991 a população do município cresceu a uma taxa de 0,74%. Esses resultados são decorrentes do menor número de filhos tidos nascidos vivos no seio das famílias residentes no município do Rio de Janeiro, e menor migração. A redução das taxas de crescimento populacional não se devem ao aumento das taxas de mortalidade, pois houve redução da mortalidade infantil e aumento da esperança de vida, em decorrência da melhoria dos indicadores sociais e nas condições sanitárias.

**Tabela 10**  
**Taxa média geométrica anual de crescimento**  
**Município do Rio de Janeiro**  
**1950 - 2000**

1960 / 1950	1970 / 1960	1980 / 1970	1991 / 1980	2000 / 1991
3,22	2,73	1,82	0,67	0,74

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Os dados da Tabela 11 mostram particularidades da população residente no município do Rio de Janeiro sobre os processos de rejuvenescimento e envelhecimento populacional verificados no período considerado:

- Razão de Sexo<sup>40</sup> é a relação do total de homens para cada grupo de cem mulheres. Em 2000, no município existiam 88 homens para cada 100 mulheres, enquanto que no estado do Rio de Janeiro e no Brasil, a média girava em torno de 92 e 97 homens para cada 100 mulheres, respectivamente. Observa-se que “tradicionalmente, as mulheres predominaram na migração para o Rio, a redução desse processo pode ter contribuído para que a queda da razão entre os sexos não fosse ainda mais expressiva. Por outro lado, a mais elevada mortalidade

<sup>39</sup> É expressa pela fórmula: 
$$\left( \left( \frac{Pop_i}{Pop_{i-1}} \right)^{\frac{1}{2-(i-1)}} - 1 \right) * 100$$

Onde i é o tempo em que a população se encontra.

<sup>40</sup> Cálculo obtido pela divisão do total de homens pelo total de mulheres, multiplicada por 100.

masculina na cidade contribui para a redução dessa razão” CAMARANO *et al.* (2004:19).

- Índice de Envelhecimento<sup>41</sup> exprime a proporção da população de 65 anos e mais em relação aos jovens com menos de 15 anos. Segundo o censo de 2000, o município do Rio de Janeiro apresentava 57 idosos para cada 100 jovens com menos de 15 anos de idade.
- Razão de Dependência<sup>42</sup> mede a participação relativa do contingente populacional inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população ativa (produtiva). Em 2000, o município apresentava uma relação de 55 pessoas inativas para cada 100 ativas, ainda descrevendo consideráveis encargos assistenciais para a sociedade, devido em parte pelo envelhecimento da população residente no Rio.

**Tabela 11**  
**Razão de sexo, Índice de envelhecimento e Razão de dependência**  
**Município do Rio de Janeiro**  
**1950 - 2000**

Ano	Razão de Sexo	Índice de Envelhecimento	Razão de Dependência
1950	95,8	21,6	52,7
1960	94,8	21,3	62,2
1970	91,7	26,2	61,6
1980	91,6	32,8	54,4
1991	89,2	44,6	57,4
2000	88,4	56,8	54,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

A Tabela 12 mostra em linhas gerais as mudanças ocorridas na estrutura das famílias residentes no município no período compreendido entre 1991 e 2000. Destacam-se como principais mudanças o crescimento do rendimento médio per capita, em salários mínimos, ao redor de 54%. O aumento na proporção de famílias chefiadas

<sup>41</sup> Cálculo obtido pela divisão da população de 65 anos e mais pela população com menos de 15 anos, multiplicada por 100.

<sup>42</sup> Cálculo obtido pela divisão da população com idade inferior a 15 anos e superior a 64 anos, dividida pela população com idade entre 15 e 64 anos, multiplicada por 100.

por mulheres, que cresceu nove pontos percentuais no período: de 26,5% para 35,3%. A escolaridade dos chefes de família aumentou em média 0,5 ano de estudo no período de nove anos. A família típica residente no Rio era composta pelo casal com filhos, que em 2000 representava 61% das famílias. Aumentaram também as participações das famílias monoparentais (compostas apenas por pai ou mãe) e por pessoas vivendo sozinhas “famílias unipessoais” (compostas por mulheres ou homens vivendo sozinhos). Segundo CAMARANO *et al.* (2004:22),

“o Rio de Janeiro possui a mais elevada proporção de homens e mulheres vivendo sozinhos de todo o país. O número equivale a quase o dobro da média nacional, provavelmente um reflexo do envelhecimento populacional, do peso das viúvas na cena demográfica carioca e do padrão migratório entre os indivíduos em idade ativa”.

Os dados do período considerado apontam, de modo geral, para a redução do crescimento populacional no município do Rio de Janeiro. Verifica-se que, a queda da fecundidade tem como consequência uma mudança na estrutura etária e um progressivo envelhecimento da população. Ressaltam-se, também, mudanças no padrão da organização familiar com a adoção de novos padrões de arranjos familiares, advindos de separações, divórcios entre a população residente.

**Tabela 12****Estrutura das famílias do Município do Rio de Janeiro - 1991 e 2000**

Características das Famílias	1991	2000
Perfil das famílias		
Tamanho médio	3,50	3,24
Nº médio de filhos	1,30	1,21
Rendimento Médio familiar per capita 1	2,55	3,93
Proporção média da renda que depende do chefe	70,6	68,1
Nº médio de pessoas que trabalham	1,42	1,30
Características do chefes de família		
Idade média do chefe (anos)	47,1	48,5
Proporção de chefes homens	73,5	64,7
Proporção de chefes mulheres	26,5	35,3
Número médio de anos de estudo dos chefes	7,9	8,4
Distribuição dos tipos de famílias (%)		
Total	100,00	100,00
Nucleares	70,36	67,63
Casal sem filhos	7,60	7,86
Casal com filhos	51,24	45,55
Mulher sozinha	1,83	2,50
Mãe com filhos	7,56	9,07
Homem sozinho	1,28	1,68
Pai com filhos	0,88	0,97
Extensas	29,64	32,37
Casal sem filhos	1,91	2,08
Casal com filhos	14,44	15,34
Mulher sozinha	2,89	2,97
Mãe com filhos	7,35	9,11
Homem sozinho	2,13	1,81
Pai com filhos	0,93	1,06

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censo Demográfico de 1991 e 2000.

Elaboração: IPEA

Nota: (1) O rendimento médio domiciliar per capita é a razão entre a renda domiciliar e o número de componentes do domicílio, calculados em número de salários mínimos na data de referência da pesquisa, cujo valor era de Cr\$ 36.161,80 em 1991 e R\$ 151,00 em 2000.

Tabela extraída: CAMARANO, A. A., KANSO, S., BELTRÃO, K. I., SUGAHARA, S. Tendências Demográficas do Município do Rio de Janeiro. In: Coleção Estudos da Cidade. pp. 21, Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, março, 2004.

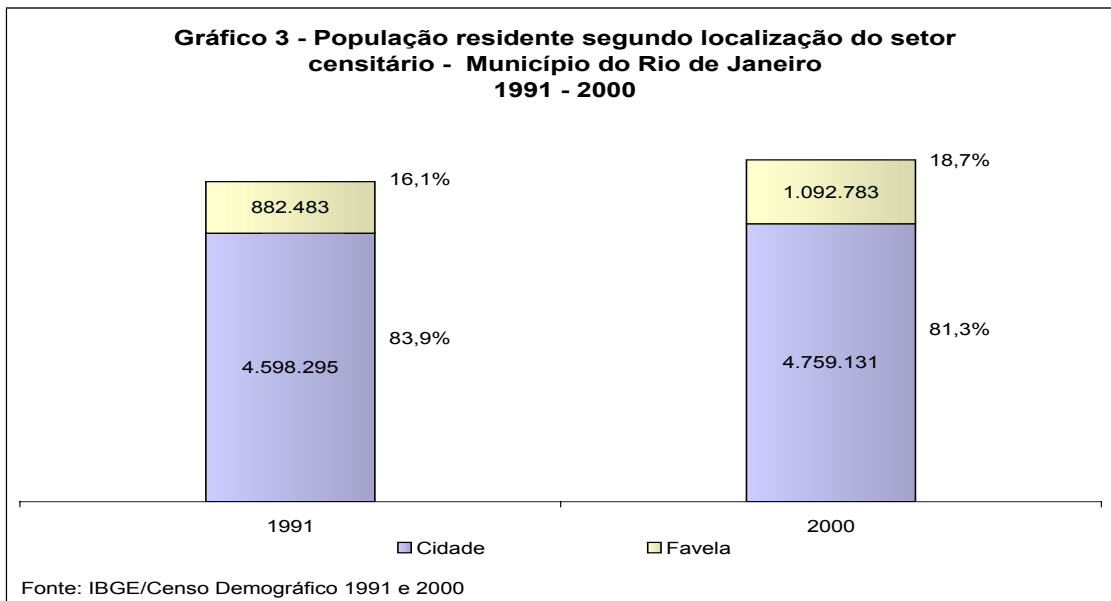
Em relação à ocupação e o uso do solo, os dados do censo de 2000 apontaram o crescimento de setores do município tradicionalmente associados às favelas ou outras formas de pobreza urbana. A taxa de crescimento dessas localidades foi de 2,40% ao ano, enquanto que o resto da cidade cresceu apenas 0,40%. Em outras palavras, as favelas crescem em um ano o que a cidade leva seis anos para crescer, no conjunto. Na década anterior, a população das favelas crescia 1,91% a.a.



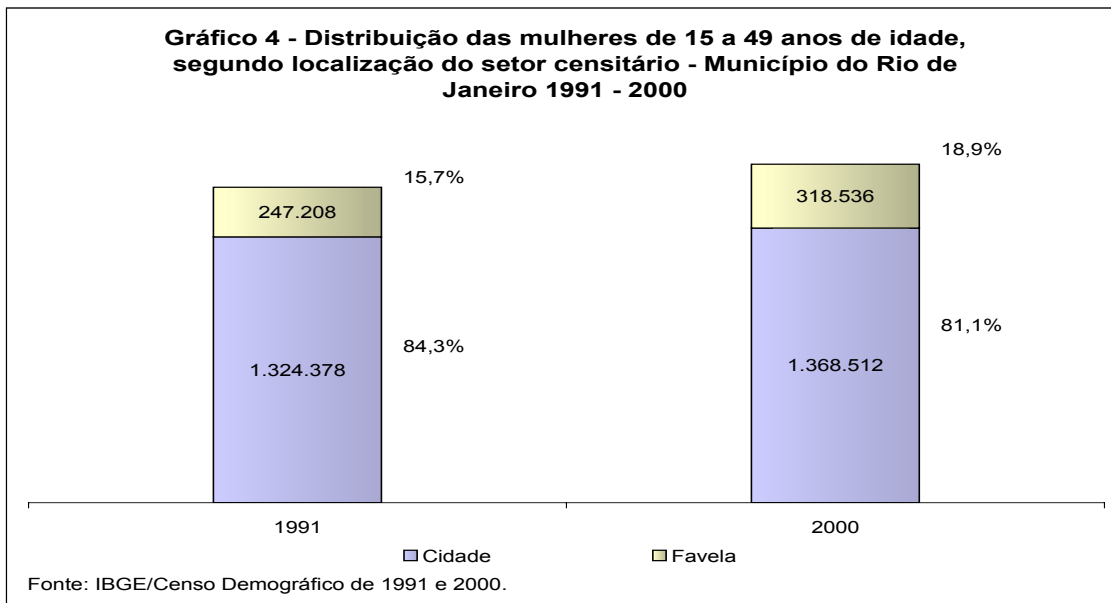
Cabe observar que o poeta Carlos Drummond de Andrade, já nos idos dos anos sessenta, descreveu em prosa, questões sociais que envolviam o crescimento desordenado das favelas cariocas.

“São 200, são 300 as favelas cariocas?  
O tempo gasto em contá-las é tempo de outras surgirem.  
800 mil favelados ou já passa de um milhão?  
Enquanto se contam, ama-se em barraco e  
a céu aberto, novos seres se encomendam  
ou nascem à revelia.  
Os que mudam, os que somem, os que são mortos  
a tiro são logo substituídos.  
Onde haja terreno vago, onde ainda não se ergueu  
um caixote de cimento esguio (mas vai-se erguer)  
surgem trapos e tarecos, sobe fumaça de lenha  
em jantar improvisado” (ANDRADE, Carlos Drummond de,  
1984:113-114).

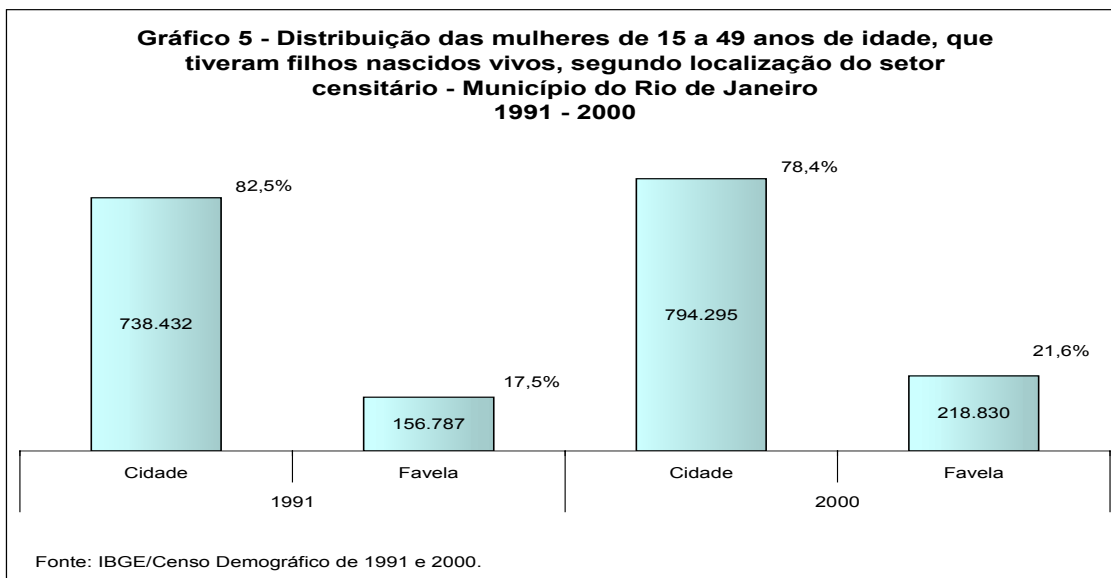
O Gráfico 3 apresenta a evolução do crescimento populacional da cidade e das favelas. Em resumo, havia 5.480.778 residentes no Rio em 1991, passando a ser 5.851.914 em 2000. Naquele ano o número de pessoas residentes nas favelas já passava de um milhão, representando 18,7% dos habitantes do município. Vale mencionar que, o processo de favelização é uma característica tipicamente urbana.



Observando as devidas proporções, o Gráfico 4 apresenta igual tendência de favelização entre as mulheres de 15 a 49 anos de idade, porém mais alta comparada à população total do município do Rio de Janeiro. Em 2000, o crescimento populacional das mulheres moradoras nas favelas girou em torno de 3,2% a mais do que entre as residentes na cidade. Segundo CEZAR (2002:3) o aumento percentual em 2000 de pessoas residindo em favelas seja devido à própria expansão do processo de favelização em curso no município e ao “despovoamento em bairros consolidados” do município, que em alguns casos a “população cresceu pouco ou até diminuiu”. Segundo o autor, dentre os possíveis motivos da expansão das favelas no município do Rio de Janeiro podem ser atribuídos a crescente migração de grupos de indivíduos, que por falta de recursos financeiros, mudaram os seus locais de residência da cidade para as favelas, bem como pelo aumento do número de filhos tidos nascidos vivos das mulheres residentes nessas localidades.



O Gráfico 5 apresenta a distribuição das mulheres de 15 a 49 anos de idade, que tiveram filhos nascidos vivos. Os dados de 2000 registraram um aumento de 4,1% da população das favelas que tiveram filhos. Sendo que, o incremento desse grupo aumentou 39,6%, enquanto que entre as residentes da cidade cresceu 7,6%.



#### **4.2 – Visão geral do panorama demográfico das mulheres de 35 a 49 anos de idade residentes no Município do Rio de Janeiro**

MARTINE e CAMARGO (1984) argumentam que não se pode esquecer que a queda da fecundidade coincide com o período de intensificação das transformações sociais e econômicas, decorrentes do processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira. Como características principais desse processo eles relacionam o aumento da renda per capita, o crescimento da população urbana, a redução da força de trabalho agrícola, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e o aumento da participação do setor industrial e de serviços na geração de renda interna.

No caso do Rio de Janeiro, provavelmente o município se beneficiou mais cedo dos progressos conquistados em todas as áreas, devido ao seu status de sede do governo no período do Império e na república até 1960. Além de ter sido o centro político, administrativo e econômico do país, o Rio sempre teve a postura de se antecipar à adoção de novos comportamentos. Nas primeiras décadas do século XX já se observava o declínio do número médio de filhos das mulheres residentes no município do Rio de Janeiro. Desde então, o município vem apresentando as menores taxas de fecundidade do país. A partir da década de sessenta, adiantou-se à disseminação e ao uso intensivo de métodos contraceptivos modernos (pílula, camisinha, esterilização feminina e masculina).

O município também é reconhecido como destaque no processo de desenvolvimento, industrialização e urbanização. No censo de 50, o Rio apresentava mais de 97% de área urbanizada e no censo de 70, esse patamar subiu para 100%. As esferas de governos no passado, como capital do Brasil, estado da Guanabara e ora município, sempre tiveram a preocupação de implantar políticas de melhoramento urbano (calçamento, limpeza das ruas, iluminação, esgotamento sanitário etc.).

A qualidade de vida e as oportunidades socioeconômicas disponibilizadas pelo desenvolvimento econômico transformaram o Rio em um pólo atrativo. A população cresceu em um ritmo mais acelerado do que as políticas habitacionais podiam atender. A classe mais pobre foi a parcela da população, que mais teve dificuldades em obter a casa própria em terrenos regularizados, o que acabou promovendo o nascimento de algumas das áreas mais desprovidas de investimentos do município, as favelas.

Segundo OLIVEIRA (1985:9) as primeiras evidências sobre "a presença das favelas no cenário das grandes cidades brasileiras" teria sido observadas no município do Rio de Janeiro "por volta de 1895 no Morro da Providência por antigos combatentes da Guerra de Canudos". Já com base nos estudos de ABREU (1993:188-189), a favela teve origem nos Morros de Santo Antônio e da Providência por volta de 1893/1894, devido em parte pela crise habitacional e por campanhas militares que "exigiram a arregimentação de tropas na Capital Federal naquela época, e isto veio agravar ainda mais o déficit habitacional da cidade" (ABREU, 1993:188). O autor argumenta que,

"A expansão da favela pelo tecido urbano carioca começou a ocorrer no início do século XX, e é explicada pela não resolução de contradições engendradas pela reforma urbana de 1903-1906, em especial pelo conflito entre a intensificação dos fluxos migratórios para a cidade e o agravamento do déficit habitacional causado pelas demolições em massa".

[...] "Não foi possível identificar a data exata em que os outros morros do Rio passaram a se tornar uma opção de moradia para as classes mais pobres".

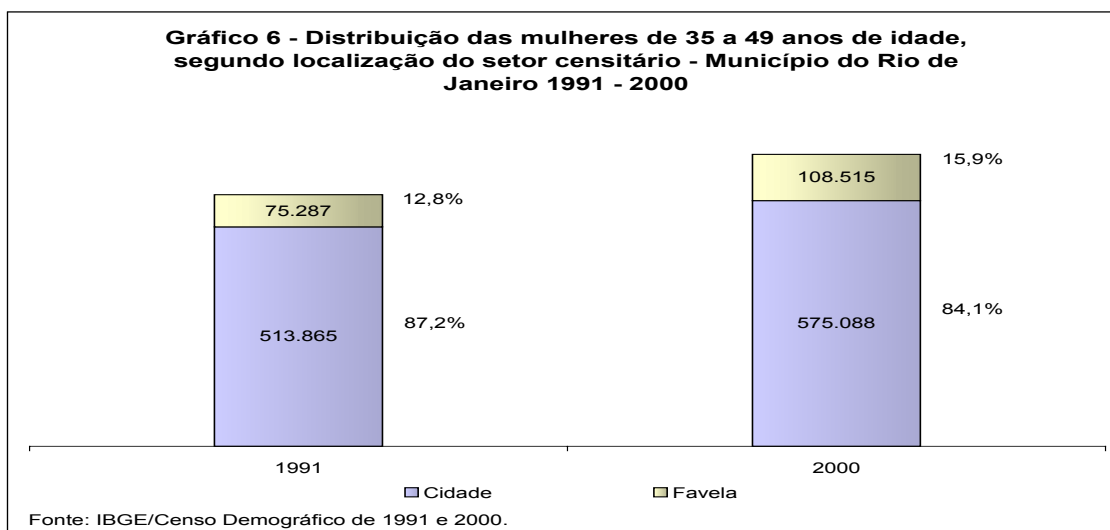
[...] "as favelas<sup>43</sup>, entretanto só foram reconhecidas oficialmente pelos poderes públicos a partir da década de 1940. É só a partir de então que elas passam a fazer parte dos mapas e estatísticas da cidade" (ABREU, 1993:189).

Num primeiro panorama sobre o conjunto de mulheres de 35 a 49 anos de idade, o Gráfico 6 apresenta a distribuição desse grupo populacional, segundo a localização do setor censitário. Observa-se que esse contingente era composto por 589.152 mulheres residentes no município do Rio de Janeiro em 1991, e passou a ser 683.603 em 2000, representando um aumento percentual de 16,0%. Naquele ano, 575.088 mulheres moravam na cidade, representando 84,1% da população feminina daquele grupo etário.

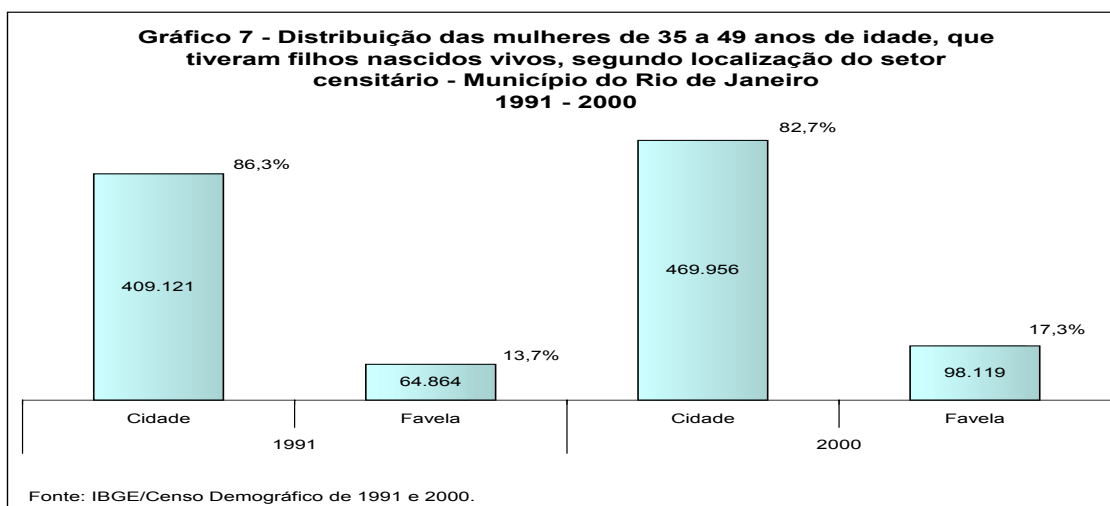
---

<sup>43</sup> "O levantamento cadastral, realizado por ocasião do Censo de 1920, indica a existência de 839 domicílios e 6 casas de negócios no Morro da Providência, de 190 domicílios no Morro do Salgueiro, 6 no Morro da Arrelia, 16 no Morro do Cantagalo, 59 no Morro da Babilônia e 63 no Morro de São João. Treze anos depois, os dados da Estatística Predial do Distrito Federal registraram 1,504 domicílios no já então denominado Morro da Favela, 609 no do Salgueiro, 33 no de Santo Antônio, 61 no do Chico, 73 no da Babilônia, 489 no de São Carlos e 712 no da Arrelia [...]" OLIVEIRA (1985:27).

Para aquelas que residiam nas favelas, esse montante era de 108.515 mulheres, correspondendo a 15,9%. Ressalta-se ainda que, no período considerado, a população das favelas aumentou 44,1%, enquanto que na cidade esse acréscimo foi de 11,9%.



Os dados sobre parturição dos anos prévios aos censos fornecem um primeiro perfil de reprodução e das mudanças que estavam ocorrendo no interior da população. Com a finalidade de melhor compreender as tendências reprodutivas no município do Rio de Janeiro, o Gráfico 7 resume os dados para o período compreendido entre 1991 e 2000 das mulheres que tiveram filhos nascidos vivos. No cômputo geral, esse acréscimo percentual foi de 2,65%, sendo maior entre as mulheres moradoras nas favelas, que girou em torno de 3,1%. No período considerado, o incremento desse conjunto de mulheres aumentou 51,3%, enquanto que as residentes da cidade cresceu 14,9%.



O Gráfico 8 apresenta a distribuição de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos de acordo com o número de filhos tidos. A coorte nascida entre 1951-1955 tinha baixa probabilidade de ter filhos após o ano 2000. As duas outras coortes ainda tinham alguma probabilidade de ter filhos, embora já tivessem ultrapassado as faixas etárias em que se concentra a fecundidade, ou seja, de 20 a 24 anos de idade. Todavia, nota-se uma nítida tendência de queda da fecundidade entre as coortes mais velhas e as mais jovens, tanto na cidade quanto nas favelas. Na cidade essa tendência é geral. Nas favelas existe uma diferença entre 1 e 2 filhos por mulher e, em menor extensão, 3 filhos.

O percentual de mulheres com zeros filhos (nulíparas) vem crescendo na cidade e nas favelas, embora o percentual das primeiras seja bem superior do que das segundas. Nas favelas, o percentual de mulheres de 35-49 anos sem filhos aumentou ligeiramente de 9% na coorte 1951-1955 para 10,5% na coorte 1961-1965. Na cidade, este percentual além de ser mais elevado, aumentou em ritmo mais acelerado, passando de 15,9% para a coorte 1951-1955 para 21,4% na coorte 1961-1965.

O percentual de mulheres com somente um filho também aumentou. Nas favelas, este percentual passou de 13,8% na coorte 1951-1955 para 19,2%, na coorte 1961-1965. Na cidade, o percentual de mulheres com apenas um filho que já era de 19,5% na coorte 1951-1955 chegou a 26,4% na coorte 1961-1965. Desta forma, o percentual de mulheres da coorte de 1961-1965 que possuíam parturição abaixo do nível de reposição (zero ou 1 filho) chegou a 30% nas favelas e 48% na cidade.

O percentual de mulheres com 2 filhos se manteve relativamente constante na cidade e nas favelas em decorrência do efeito de composição, pois as mulheres com

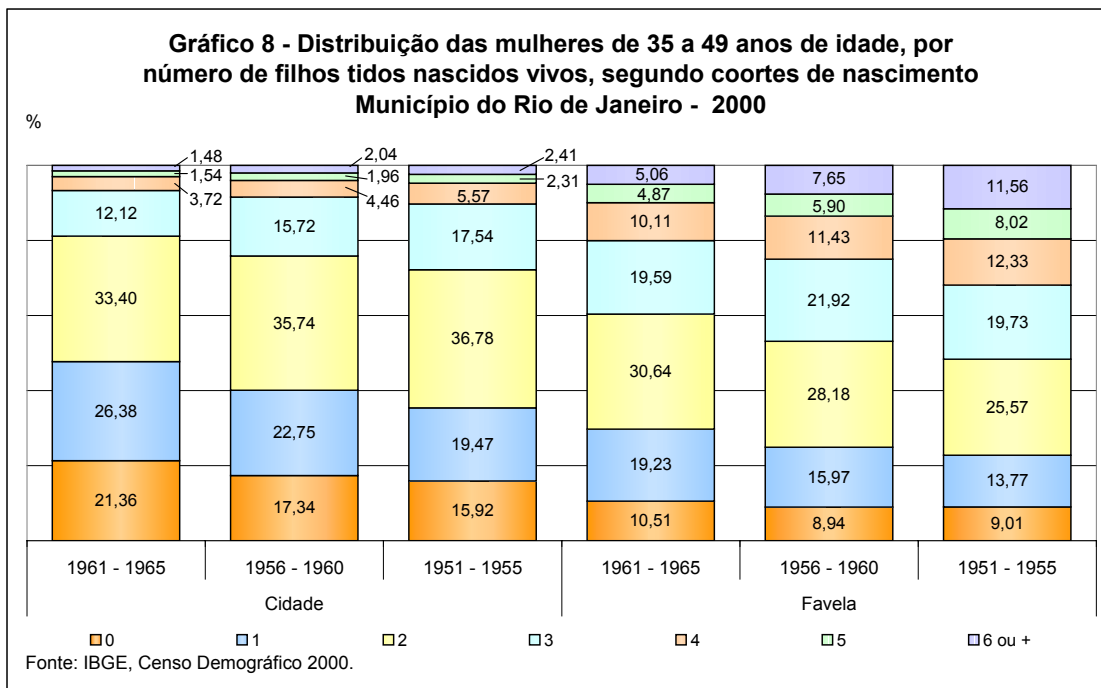
muitos filhos passaram a limitar a fecundidade. O percentual de mulheres com 3 e 4 filhos, por exemplo, nas favelas, passou de 20,3% na coorte 1951-1955 para 15% na coorte 1961-1965. Na cidade, a queda destes percentuais foi de 23% para 16%.

Estes dados mostram que existe uma tendência para a redução do tamanho das parturições das mulheres da cidade e das favelas. Famílias numerosas se tornam exceção. Este fato pode ser comprovado pela análise do percentual de mulheres das favelas com mais de 6 filhos, que passou de 11,6% na coorte 1951-1955 para 5% na coorte 1961-1965. Na cidade estes percentuais são mínimos (abaixo de 2,4%). Assim, seria incorreto considerar que existe uma predominância de mulheres com alta parturição nas favelas. Na verdade, cerca de 60% das mulheres da coorte 1961-1965 residentes nas favelas cariocas tinham no máximo 2 filhos, segundo o Censo Demográfico de 2000.

É certo que o percentual de mulheres da coorte 1961-1965, residentes na cidade, com até 2 filhos, estava em cerca de 80%. Ou seja, o percentual de mulheres residentes na cidade com poucos filhos é maior do que aquele da favela, e o percentual de mulheres com muitos filhos é menor na cidade. Mas os dados indicam uma tendência de redução do tamanho das parturições femininas em ambos os territórios.

Embora os dados globais do censo de 2000 revelem a redução generalizada da fecundidade das mulheres residentes no município do Rio de Janeiro, a desagregação por condição socioeconômica mostra que as proporções de mulheres, que tiveram mais filhos, foram maiores na população residente nas favelas. Evidenciando-se que, para esses subgrupos populacionais, a informação de como evitar a gravidez e o acesso aos métodos contraceptivos são, ainda, precários em relação aos grupos de melhor poder aquisitivo, existindo um desequilíbrio entre demanda e oferta de serviços contraceptivos, bem como de um sistema de saúde que atenda integralmente as necessidades reprodutivas das mulheres de classes mais pobres da população.





A tabela 13 sintetiza as probabilidades com base nos dados obtidos sobre parturições progressivas das mulheres (totalização) de 35 a 49 anos de idade, considerando-se os níveis e padrões da fecundidade das mulheres residente no Rio, observados em 2000. Os resultados demonstram que a probabilidade das mulheres terem pelo menos um filho diminuiu tanto em termos transversais, quanto longitudinais. Em 1991, a coorte nascida entre 1942-1946 tinha uma probabilidade de ter pelo menos 1 filho de 82% e a coorte nascida em 1952-1956 possuía uma probabilidade de 76,4%. Segundo o censo de 2000, a coorte nascida em 1951-1955 tinha probabilidade de 78% e a coorte de 1961-1965 de 68,8%.

As probabilidades aqui apontadas indicam que, as novas gerações de mulheres tendem a ter menos filhos, comparadas a gerações mais velhas. Em outras palavras, a cada nova geração de mulheres, as famílias residentes no município do Rio de Janeiro estão diminuindo o número de seus membros, com uma nítida tendência para limitar a fecundidade ao máximo de dois filhos.

**Tabela 13**  
**Probabilidades de ter pelo menos 1 filho para as coortes de mulheres**  
**de 35 a 49 anos de idade, por coortes de nascimento**  
**Município do Rio de Janeiro**  
**1991 - 2000**

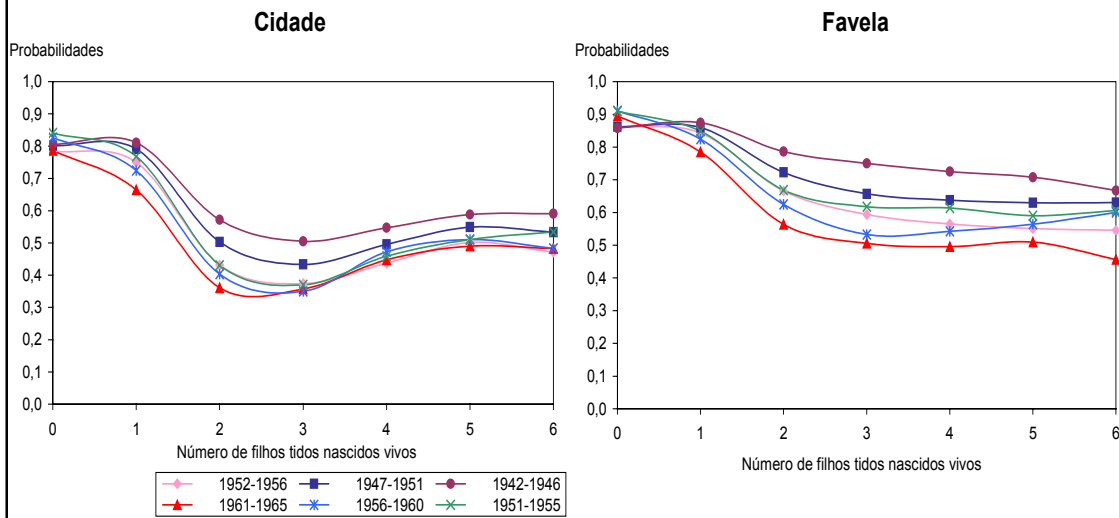
Coortes de nascimento			
1991		2000	
1952-1956	76,4	1961-1965	68,8
1947-1951	80,0	1956-1960	74,2
1942-1946	81,8	1951-1955	78,0

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991 e 2000.

O Gráfico 9 apresenta as probabilidades do primeiro ao último nascimento como eventos que fixam os limites para a fase de “expansão” ou “retração” do tamanho das famílias no período considerado, segundo a localização do setor censitário. Embora esses eventos variem entre as coortes, as mulheres residentes na cidade que detinham as menores probabilidades de terem o primeiro, não só mantiveram a tendência, como também, diminuíram ainda mais as probabilidades de terem o terceiro filho, comparadas ao conjunto das moradoras das favelas.

Em 2000, as probabilidades das mulheres residentes na cidade terem o primeiro filho foi, em média, de 82% (79% para a coorte de 1961-1965, 83% para a coorte de 1956-1960 e 84% para a coorte de 1951-1955). Já para o segundo filho girou em torno de 72% (66% para a coorte de 1961-1965, 72% para a coorte de 1956-1960 e 77% para a coorte de 1951-1955). Para o terceiro filho, essa média foi de 40% (36% para a coorte de 1961-1965, 40% para a coorte de 1956-1960 e 43% para a coorte de 1951-1955), e a partir do quarto, 36% de probabilidade (36% para a coorte de 1961-1965, 35% para a coorte de 1956-1960 e 37% para a coorte de 1951-1955). Para as mulheres residentes nas favelas essas probabilidades, em média, eram maiores que as da cidade, ou sejam, 91% em terem o primeiro filho (89% para a coorte de 1961-1965 e 91% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955), 82% em terem o segundo filho (79% para a coorte de 1961-1965, 82% para a coorte de 1956-1960 e 85% para a coorte de 1951-1955), 62% em terem o terceiro filho (56% para a coorte de 1961-1965, 62% para a coorte de 1956-1960 e 67% para a coorte de 1951-1955) e 55% em terem o quarto filho ou mais (51% para a coorte de 1961-1965, 53% para a coorte de 1956-1960 e 62% para a coorte de 1951-1955), respectivamente.

**Gráfico 9 - Probabilidades de aumento da família para coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e coortes de nascimento, segundo número de filhos tidos nascidos vivos**  
**Município do Rio de Janeiro**  
**1991 - 2000**



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991 e 2000.

Nota: Na escala do número de filhos tidos nascidos vivos, "6" significa 6 ou mais filhos.

# CAPÍTULO 5

## PANORAMA DOS DIFERENCIAIS DE FECUNDIDADE NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: 1991-2000

### 5 – Introdução

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama dos diferenciais da fecundidade do Município do Rio de Janeiro, levando-se em conta a distribuição de mulheres que estão com o ciclo reprodutivo “quase completo”, segundo o número de filhos tidos nascidos vivos. A análise deste estudo contempla os diferentes perfis socioeconômicos das mulheres de 35 a 39 anos de idade por raça/cor, anos de estudo, estado conjugal, condição de atividade, classes de rendimento nominal mensal familiar e religião. Por conseguinte, objetiva-se medir o efeito dessas variáveis<sup>44</sup> sobre a fecundidade dos segmentos populacionais femininos residentes nas favelas e fora delas no período 1991-2000.

Ressalta-se, ainda, que a relevância da escolha desta área geográfica deve-se ao motivo de ser uma região de grande expressão do fenômeno de redução da fecundidade brasileira e por exercer influência econômica, política e social no restante do país. Além de estar situado na Região Sudeste, a de maior desenvolvimento do Brasil e de maior concentração populacional.

Este capítulo está dividido em sete seções, incluindo esta introdução. A partir da segunda seção, são apresentadas as análises dos dados propostos como forma de visualização geral do contexto dos diferenciais sociais como possíveis fatores impulsionadores do descenso dos níveis da fecundidade das mulheres residentes no município do Rio de Janeiro.

---

<sup>44</sup> Observa-se que anos de estudo, estado conjugal, condição de atividade, classes de rendimento nominal mensal familiar e religião podem apresentar mudanças ao longo do tempo.

## 5.1 – Raça/cor

Estudos sobre as relações sociais apontam, no geral, para a persistência de desigualdades sociais quando medidas por indicadores, principalmente, como a raça/cor da população brasileira, cuja origem está na formação histórica do país. As diferenças sociais ganham novos contornos e as desigualdades são ampliadas, sobretudo quando se observa a situação de grupos historicamente excluídos, como as mulheres negras, que possuem os piores indicadores de condições socioeconômicas na sociedade brasileira (educação, mercado de trabalho, acesso a bens e serviços, entre outros).

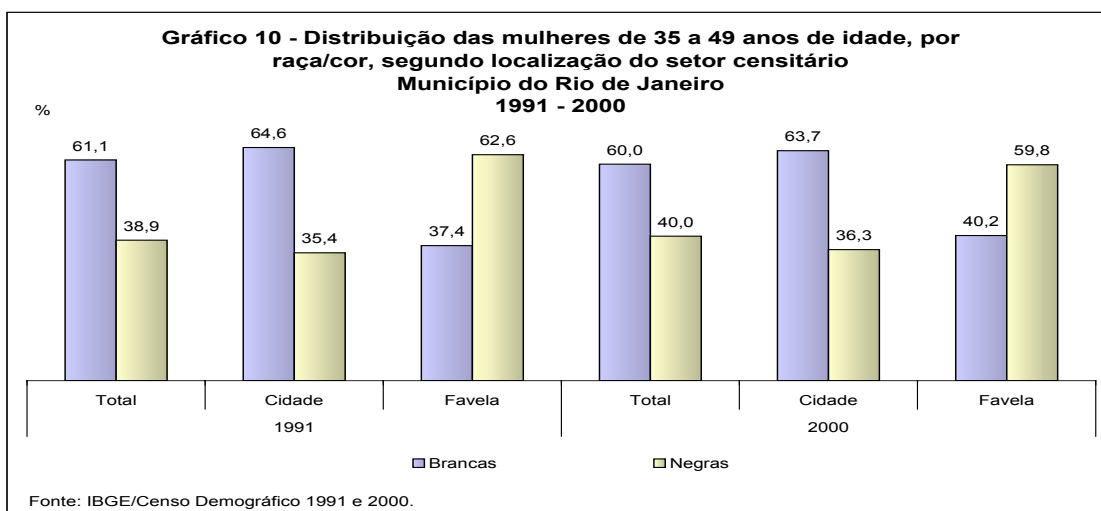
No âmbito desses indicadores, observa-se que, mesmo entre a população pobre, as negras continuam a ocupar os piores empregos, ter as piores condições econômicas e a frequentar as piores escolas, entre outras questões. A perpetuação dessas diferenças são marcadas por baixas taxas de conclusão escolar, desemprego e baixa renda repetidas geração após geração<sup>45</sup>.

O Gráfico 10 apresenta a composição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, segundo a raça/cor e a localização geográfica no município do Rio de Janeiro. Em 2000, daquelas que moravam na cidade, 63,7% se autotransformaram como brancas e 36,3% como negras. Para aquelas que eram residentes nas favelas, 40,2% se declararam como brancas e 59,8% como negras. Isso significa dizer que, mais da metade da população feminina residente nas favelas, compreendida nessa faixa etária, é negra e, sofre com as desigualdades educacionais, de mercado de trabalho, de renda e de serviços, entre outras questões. Observa-se, ainda, no cálculo geral, um aumento de 1,1% entre as mulheres que se declararam negras do que as computadas em 1991. Observa-se a tendência de branqueamento<sup>46</sup> nítida na favela com o aumento percentual de 7,5% de mulheres brancas e uma queda de 5% em relação ao contingente de negras.

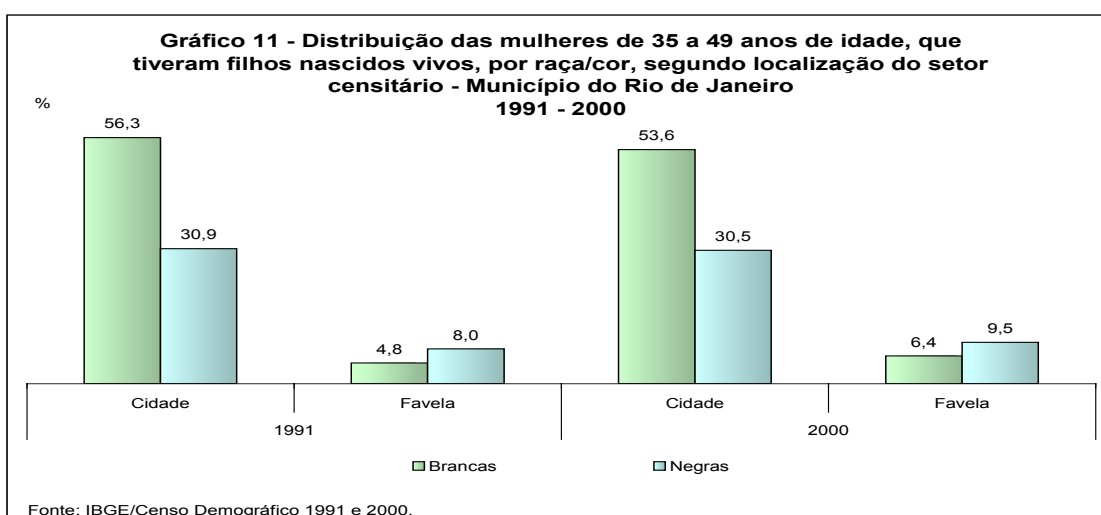
---

<sup>45</sup> Ver estudo sobre os diferenciais de renda e ocupação no mercado de trabalho realizado por OLIVEIRA *et al.* (1981) entre outros.

<sup>46</sup> Ver SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993; WOOD e CARVALHO, 1994; MONTES, 1996; GUIMARÃES, 1999; CARVALHO, WOOD e ANDRADE, 2000; entre outros.

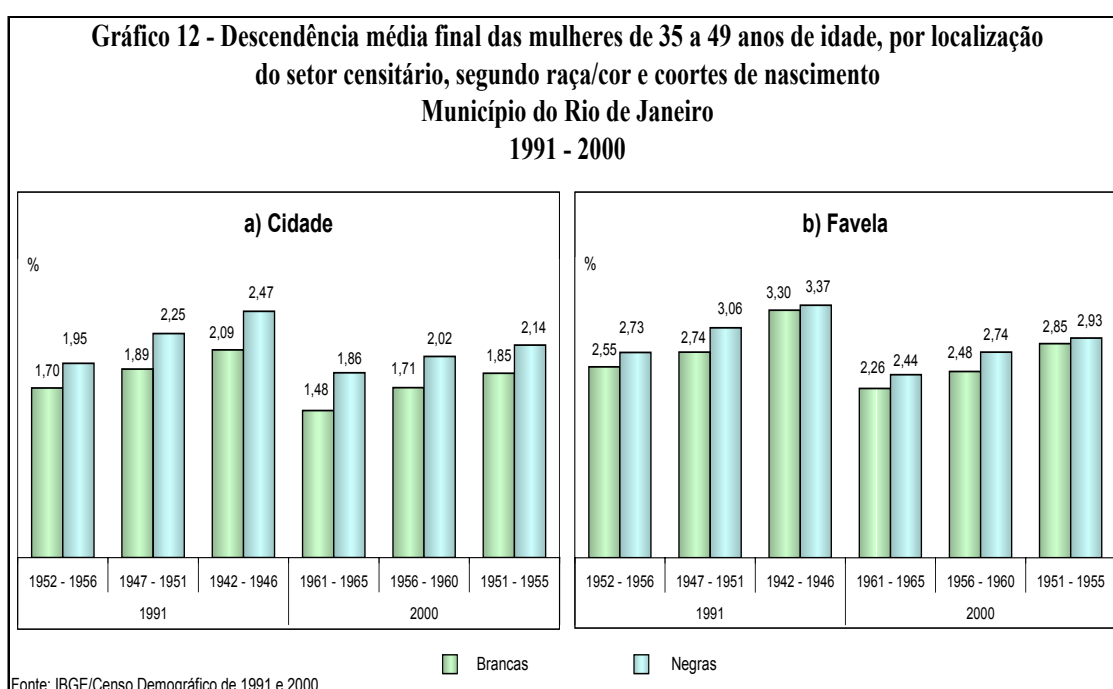


Em relação à distribuição das mulheres que tiveram filhos no período considerado, os dados do Gráfico 11 demonstram que, percentualmente, 3,1% a mais de mulheres residentes nas favelas tiveram filhos, em comparação com as residentes na cidade, sendo que entre as brancas, esse aumento foi de 1,6% e 1,5% para as negras. Situação oposta apontada para as moradoras da cidade, que registraram decréscimos de 2,7% e 0,5%, respectivamente. Isso sugere que no período não houve diferencial de aumento entre brancas e negras residentes em favelas, ao passo que o diferencial de queda foi maior para as brancas moradoras da cidade.



Como resultado do padrão da distribuição das parturições, segundo a raça/cor, observa-se uma queda generalizada da descendência média final (DMF) para todas as

coortes, resultando diferentes ritmos de fecundidade, independente da localização geográfica. O gráfico 12 mostra essa evidência. Embora a tendência de queda, em 2000, seja percebida em todos os estratos, o conjunto de mulheres moradas nas favelas continuou registrando as maiores descendências, principalmente entre as negras. Por outro lado, as mais baixas foram observadas entre as brancas residentes na cidade. Nota-se, ainda, uma diferença de menos 1 filho tido na coorte de mulheres brancas nascidas em 1951-1955 e moradoras da cidade em relação as brancas moradoras nas favelas. Em resumo, as mulheres residentes na cidade tiveram em média de 1 a 2 filhos, enquanto que para as moradoras das favelas essa média girou em torno de 2 a 3 filhos.



O Gráfico 13 apresenta as probabilidades de aumento das famílias residentes no município do Rio de Janeiro, a partir do movimento de uma parturição a outra, segundo a raça/cor e as coortes de nascimento. Este movimento sugere mudanças na composição familiar. De acordo com os dados do censo de 2000, as mais expressivas probabilidades das mulheres de 35 a 49 anos terem o primeiro filho, foram verificadas entre as moradoras das favelas, que apresentaram entre as brancas, em média, 91% de probabilidade (90% para a coorte de 1961-1965, 92% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955). Para as negras essa probabilidade girou, em média, de 90% (89% para a coorte de 1961-1965, 91% para a coorte de 1956-1960 e 90% para de 1951-1955), em

comparação com as negras residentes na cidade que tiveram, em média, 83% de probabilidade (81% para a coorte de 1961-1965, 84% para a coorte de 1956-1960 e 85% para a coorte de 1951-1955). Para as brancas residentes na cidade essa probabilidade girou em torno de 81% (77% para a coorte de 1961-1965, 82% para a coorte de 1956-1960 e 84% para a coorte de 1951-1955).

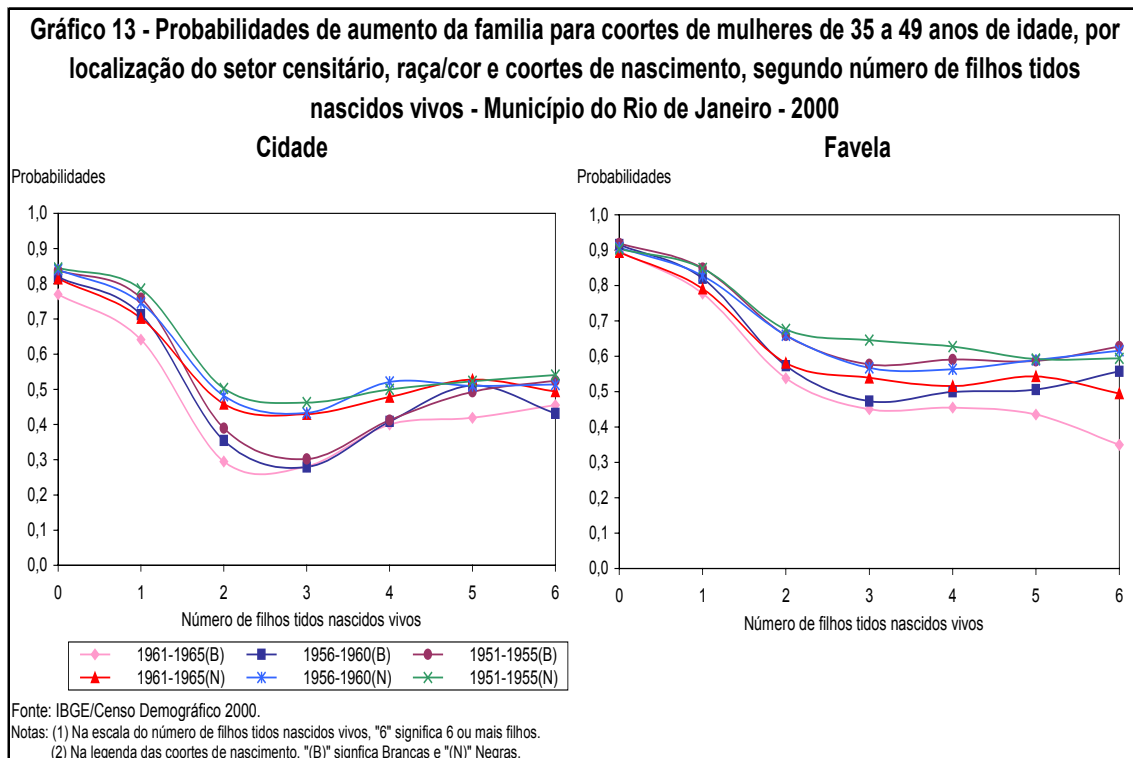
Com relação às probabilidades das mulheres de 35 a 49 anos de idade terem o segundo filho, as moradoras brancas e negras das favelas apresentaram em média 82% de chances. Para as brancas essas probabilidades foram (78% para a coorte de 1961-1965, 82% para a coorte de 1956-1960 e 85% para a coorte de 1951-1955). Para as negras essas chances foram (79% para a coorte de 1961-1965, 83% para a coorte de 1956-1960 e 85% para a coorte de 1951-1955). Para as negras residentes na cidade a probabilidade de terem o segundo filho foi, em média, 74% (70% para a coorte de 1961-1965, 75% para a coorte de 1956-1960 e 79% para a coorte de 1951-1955). Para as brancas residentes na cidade terem o segundo filho, a probabilidade girou, em média, de 70% (64% para a coorte de 1961-1965, 71% para a coorte de 1956-1960 e 76% para a coorte de 1951-1955).

Com relação às probabilidades das mulheres de 35 a 49 anos de idade terem o terceiro filho ou mais, as moradoras negras das favelas apresentaram em média 64% de chances (58% para a coorte de 1961-1965, 66% para a coorte de 1956-1960 e 68% para a coorte de 1951-1955). A probabilidade das brancas residentes em favelas terem o terceiro filho ou mais, foi, em média, de 59% (54% para a coorte de 1961-1965, 57% para a coorte de 1956-1960 e 66% para a coorte de 1951-1955). Para as negras residentes na cidade terem o terceiro filho ou mais, essa probabilidade foi, em média, de 48% (46% para a coorte de 1961-1965, 48% para a coorte de 1956-1960 e 50% para a coorte de 1951-1955). Já para as brancas moradoras na cidade terem o terceiro filho, essa probabilidade foi, em média, de 35% (30% para a coorte de 1961-1965, 35% para a coorte de 1956-1960 e 39% para a coorte de 1951-1955). Ressalta-se que a diferença é bem mais expressiva entre favela e cidade, quando se trata do terceiro filho ou mais em comparação ao primeiro filho.

As curvas das probabilidades de aumento da família (Gráfico 13) indicam um generalizado declínio das probabilidades de crescimento da família a partir dos nascimentos de ordem 1. Demonstra que as probabilidades apontam para um padrão de



constituição familiar pequeno, com preferência por um tamanho de família de 1 a 2 membros, em especial para as famílias de mulheres brancas moradoras na cidade (nas três coortes estudadas). Já para as negras (coorte nascida entre 1951-1955), essa tendência girou entre 2 a 3 filhos. As probabilidades entre as residentes nas favelas (coorte nascida entre 1951-1955) giraram em torno de 2 a 3 filhos entre as brancas, e de 3 a 4 filhos para as negras.

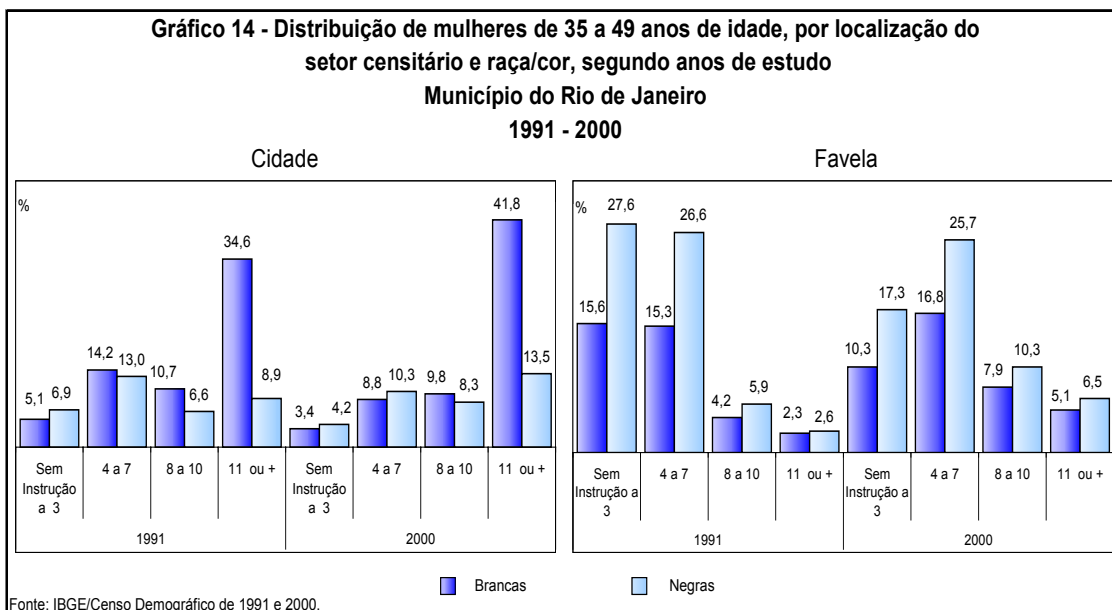


## 5.2 – Anos de estudo

O número de anos de estudo aponta para uma das maiores desigualdades sociais que pode ser expressa na vulnerabilidade socioeconômica da mulher. O nível de escolaridade não se constitui em apenas um dos fatores, que condicionam a inserção da mulher no mercado de trabalho, mas também, de grande influência, que condiciona as atitudes e práticas relacionadas com seu comportamento reprodutivo e tamanho desejado de família. Além disto, a educação apresenta alta correlação com a renda, que também é um fator importante para explicar as variações nos níveis de fecundidade. Por outro lado, maiores níveis de educação estão associados com maior idade ao casar e

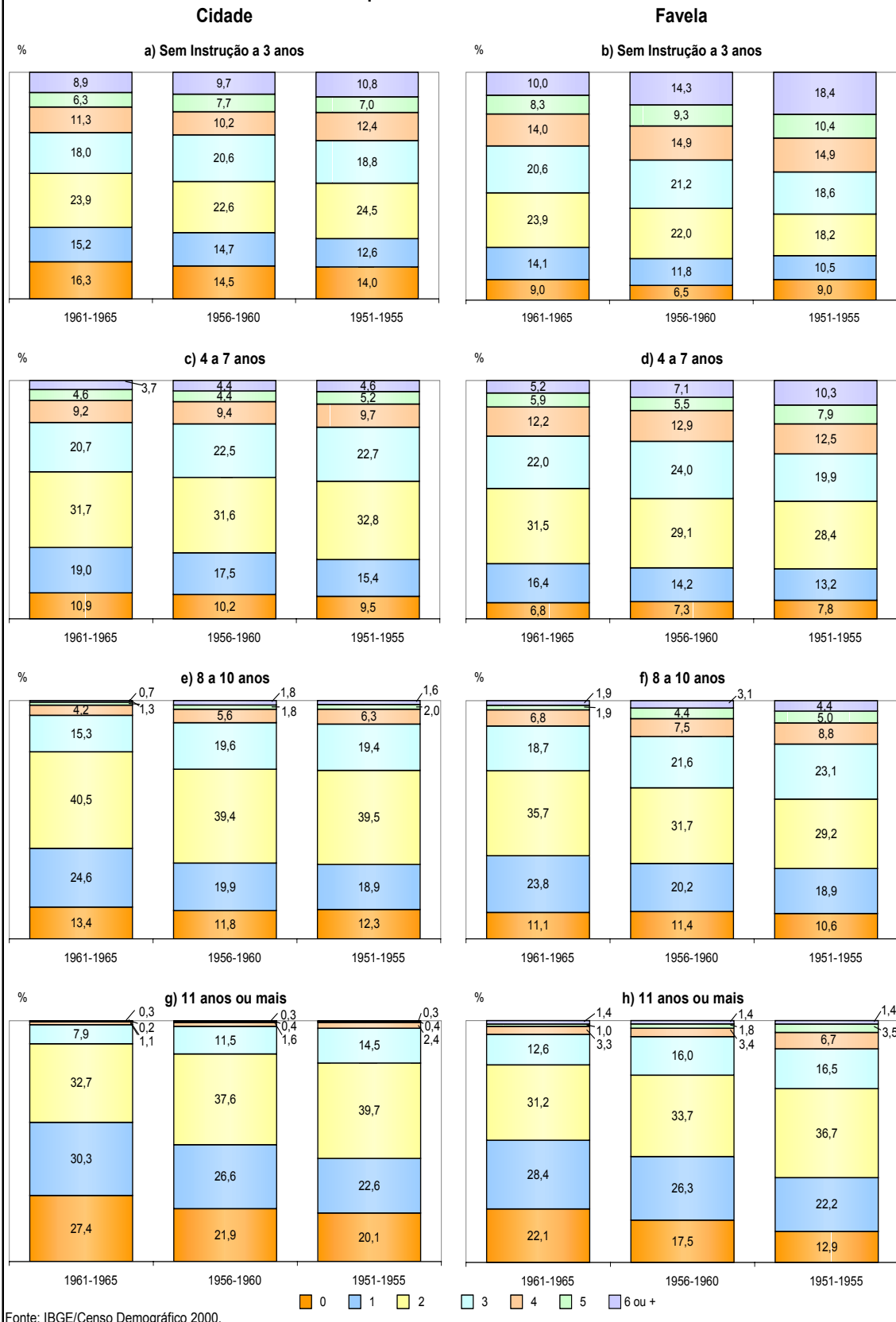
maior uso de meios contraceptivos, e em consequência, com menores taxas de fecundidade, independentemente da participação ou não da mulher no mercado de trabalho (ALVES, 1994: 172).

A distribuição total do conjunto feminino de 35 a 49 anos de idade, segundo raça/cor e anos de estudo pode ser observada no Gráfico 14, que compara as mulheres residentes em favelas ou não. O gráfico ilustra a dimensão do processo de democratização da educação no município Rio de Janeiro. Em 2000, os dados apontam uma significativa melhora na escolaridade desse grupo de mulheres, independente da localização geográfica. Apesar da conquista generalizada de mais anos de estudo, as mulheres brancas, seguidas pelas negras, ambas residentes na cidade, detinham mais anos de estudo do que as moradoras da favela, o que demonstra que as condições socioeconômicas é um dos fatores determinantes na queda da fecundidade. Analisando mais detidamente os dados, entre as moradoras da cidade, verifica-se que as brancas (12%) foram superadas percentualmente pelas negras (14,5%) até 7 anos de estudo. A partir de 8 anos ou mais de estudo, a situação se inverte, ao redor de 51,6% eram brancas e apenas 21,8% eram negras que conseguiram adquirir mais anos de estudo. Com relação às mulheres residentes nas favelas, observa-se que, 70% dessa população conquistou no máximo 7 anos de estudo. Desse contingente 43% eram negras e 27% eram brancas. daquelas que concluíram 8 anos ou mais de estudo, esse percentual girou em torno de 30%, sendo que, 16,9% eram negras e 13,1% eram brancas. Observa-se a inversão com as negras apresentando vantagem educacional em relação às brancas. Isso não tem haver com o embranquecimento observado na favela, quando na verdade eram as negras que se declaravam como brancas. Esse quadro já era observado em 1991, mas com menor intensidade.



A associação de anos de estudo com parturição pode ser observada no Gráfico 15, que estampa a distribuição das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização geográfica, número de filhos tidos nascidos vivos e anos de estudo. O gráfico assinala que as mulheres com níveis de instrução mais elevados apresentaram fecundidade relativamente mais baixa comparada com as demais. Nota-se que no período considerado, o percentual de mulheres com oito anos ou mais de estudo que não tiveram nenhum filho, girou acima de 20% em todas as coortes de mulheres residentes na cidade. Já para as moradoras das favelas, esses percentuais foram de 13% para a coorte nascida entre 1951-1955, 18% para a coorte 1956-1960 e 22% para a coorte 1961-1965. Por outro lado, as maiores quedas percentuais ocorreram entre as mulheres sem instrução a 3 anos de escolaridade. Apesar deste aspecto de declínio, esse conjunto de mulheres ainda detinha o maior número de filhos tidos nascidos vivos em todas as coortes consideradas, ou seja, 3 filhos para as residentes na cidade e 4 filhos para as moradoras em favelas.

**Gráfico 15 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e número de filhos tidos nascidos vivos, segundo anos de estudo e coortes de nascimento**  
**Município do Rio de Janeiro - 2000**



Ainda sobre o Gráfico 15, essa pequena diferença em relação ao número de filhos tidos nascidos vivos entre a população de mulheres moradoras em favelas e as residentes na cidade, possa ser devida, por um lado, pelas melhores condições socioeconômicas e ao acesso a serviços de controle reprodutivo (público ou privado) por parte das mulheres residentes na cidade; e por outro, pela difusão e a ineficiência ao acesso a métodos contraceptivos entre as moradoras das favelas.

Com relação à descendência média final segundo anos de estudo, verifica-se uma queda generalizada em todas as coortes e seguimentos de escolaridade no período considerado. A Tabela 14 mostra que, embora essa tendência, em 2000, possa ser percebida em todas as coortes, o conjunto de mulheres com oito anos ou mais de estudo apresentou as menores descendências médias finais, oscilando abaixo do nível de reposição. As mais elevadas DMFs são verificadas entre as mulheres sem instrução a 3 anos de estudo, tanto para as residentes na cidade quanto para as moradoras nas favelas.

**Tabela 14**  
**Descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário, anos de estudo e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro**  
**1991 - 2000**

Cor/raça, Anos de estudo, e coortes de nascimento das mulheres	Descendência média final 1991		Coortes de nascimento das mulheres	Descendência média final 2000	
	Cidade	Favela		Cidade	Favela
<b>Total</b>					
Sem Instr. a 3 anos					
1952-1956	2,46	3,10	1961-1965	2,52	2,87
1947-1951	2,72	3,29	1956-1960	2,64	3,20
1942-1946	2,93	3,58	1951-1955	2,72	3,36
4 a 7 anos					
1952-1956	2,24	2,64	1961-1965	2,29	2,57
1947-1951	2,41	2,80	1956-1960	2,36	2,70
1942-1946	2,51	3,21	1951-1955	2,45	2,87
8 a 10 anos					
1952-1956	1,91	2,15	1961-1965	1,79	2,00
1947-1951	1,99	2,35	1956-1960	2,01	2,21
1942-1946	2,11	2,63	1951-1955	2,02	2,37
11 anos ou mais					
1952-1956	1,42	1,56	1961-1965	1,27	1,56
1947-1951	1,58	1,97	1956-1960	1,47	1,73
1942-1946	1,70	2,05	1951-1955	1,59	1,99

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991 e 2000.

Estudos sobre fecundidade demonstram que, geralmente, quanto mais anos de estudo adquirem as mulheres, menores são as probabilidades de terem uma prole numerosa. As evidências corroboram que, os intervalos entre os nascimentos podem acontecer em espaços mais longos para aquelas com melhor escolaridade. Por outro lado, as famílias com um número elevado de membros estariam correlacionadas ao

conjunto daquelas com menores níveis de instrução e os espaços entre os nascimentos de seus filhos tenderiam a serem mais curtos.

“A educação, além de indiretamente retardar a idade ao contrair matrimônio e proporcionar maior acesso ao mercado de trabalho, provoca diretamente uma “nova” racionalidade reprodutiva, motivada pelas aspirações de se criar e educar melhor os filhos e pela maior capacidade de se obter informações sobre métodos contraceptivos eficazes e a forma adequada de utilizá-los” (BERQUÓ *et al.* 1985).

No caso do município do Rio de Janeiro, os dados, em geral, apontam que independente do nível de escolaridade da mulher ou de sua condição socioeconômica, as mulheres de 35 a 49 anos de idade tiveram menos filhos nascidos vivos no período de 1991-2000, o que demonstra o efeito da idade nas curvas de fecundidade. Os grupos de mulheres que adquiriram maiores níveis de instrução, provavelmente, não se negaram ao desejo de maternidade, mas sim contribuíram ao máximo em suas chances de realização com melhores possibilidades individuais e sociais.

O Gráfico 16 mostra que, em 2000, as menores probabilidades de mulheres, que tiveram o primeiro filho, são verificadas entre aquelas com 8 anos ou mais de estudo, apontando a preferência por um tamanho familiar de 1 ou 2 filhos, em especial para mulheres moradoras na cidade, e de 2 filhos para as residentes nas favelas. Para o conjunto de mulheres sem instrução a 3 anos de estudo, as probabilidades do tamanho da família giraram em torno de 3 filhos para as moradoras da cidade e de 4 filhos para residentes nas favelas.

No período analisado, as probabilidades de se ter o primeiro filho foram maiores em 2000 do que em 1991. Com relação às probabilidades de se ter o segundo ou mais filhos, essas chances foram menores em 2000 nas duas áreas pesquisadas, em todas as coortes pesquisadas.

Chama a atenção que entre as mulheres moradoras em favelas com 8 anos ou mais de estudo, a disparidade das probabilidades entre o número de filhos (4 e 5 filhos).

Este fato supõe-se estar associado a problemas de declaração e/ou ao erro amostral influenciando a precisão da amostra<sup>47</sup>.

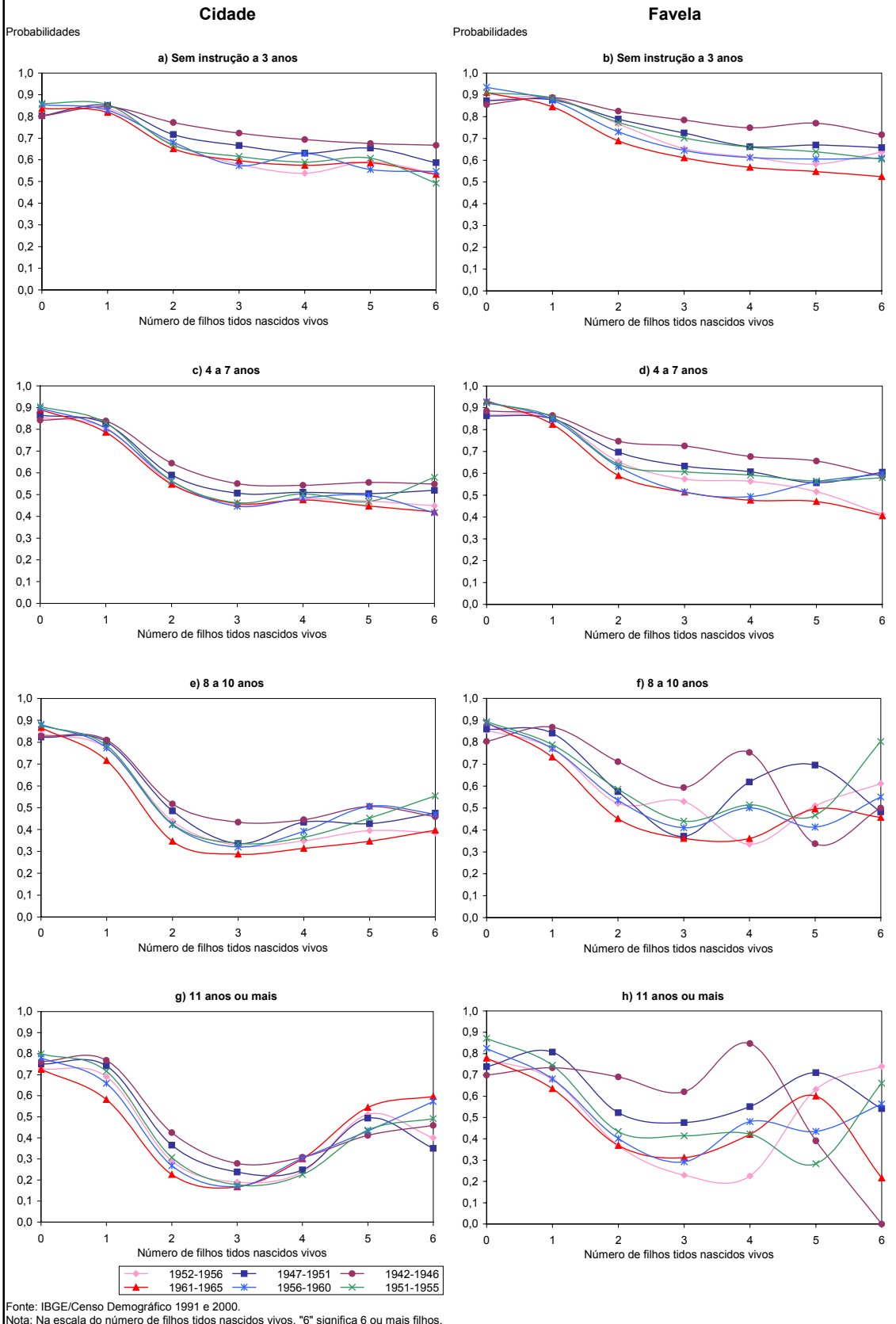
O Gráfico 17 mostra as estratégias de formação familiar no município do Rio de Janeiro, segundo a raça/cor e anos de estudo. O gráfico demonstra também que na cidade, em 2000, as mulheres brancas com 8 anos ou mais de estudo tinham, em média, 82% de probabilidades de terem o primeiro filho (79% para a coorte de 1961-1965 e 83% para as coortes de 1956-1960 e 1951-1955) e 31% de terem o terceiro filho ou mais (25% para a coorte de 1961-1965, 33% para a coorte de 1956-1960 e 36% para a coorte de 1951-1955). Para aquelas sem instrução a 3 anos de estudo, as probabilidades giraram em torno de 83% de terem o primeiro filho (79% para a coorte de 1961-1965, 84% para a coorte de 1956-1960 e 87% para a coorte de 1951-1955) e 62% de terem o terceiro filho ou mais (56% para a coorte de 1961-1965, 66% para a coorte de 1956-1960 e 65% para a coorte de 1951-1955). Entre as mulheres negras com 8 anos ou mais de estudo essas tendências são identificadas como 82% de terem o primeiro filho (80% para a coorte de 1961-1965, 83% para a coorte de 1956-1960 e 82% para a coorte de 1951-1955) e 36% de terem o terceiro filho ou mais (33% para a coorte de 1961-1965 e 38% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955). Para aquelas sem instrução a 3 anos de estudo, essas chances foram, em média, de 86% de terem o primeiro filho (88% para a coorte de 1961-1965, 86% para a coorte de 1956-1960 e 85% para a coorte de 1951-1955) e 70% de probabilidade de terem o terceiro filho ou mais (71% para a coorte de 1961-1965, 70% para a coorte de 1956-1960 e 68% para a coorte de 1951-1955).

Com relação às brancas moradoras nas favelas com 8 anos ou mais de estudo, essas mulheres tinham, em média, 86% de probabilidade de terem o primeiro filho (83% para a coorte de 1961-1965, 87% para a coorte de 1956-1960 e 88% para a coorte de 1951-1955) e 43% de terem o terceiro filho ou mais (38% para a coorte de 1961-1965, 42% para a coorte de 1956-1960 e 49% para a coorte de 1951-1955). daquelas que não tinham instrução a 3 anos de estudo, a probabilidade de terem o primeiro filho girou em torno de 93% (93% para a coorte de 1961-1965, 95% para a coorte de 1956-1960 e 92% para a coorte de 1951-1955) e 71% de terem o terceiro filho (65% para a coorte de 1961-1965, 67% para a coorte de 1956-1960 e 80% para a coorte de 1951-1955).

---

<sup>47</sup> Esta observação é válida também para o Gráfico 17.

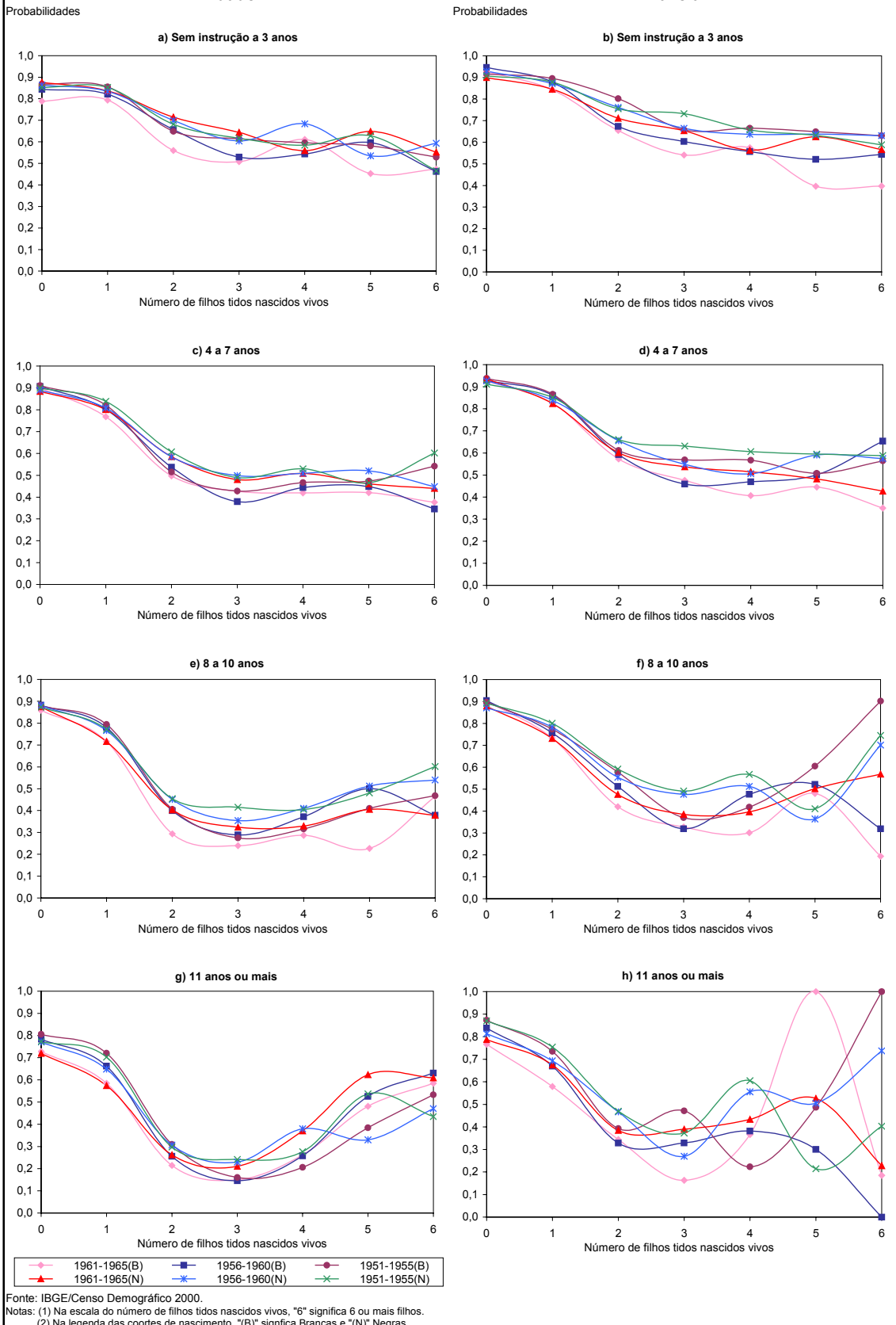
**Gráfico 16 - Probabilidades de aumento da família para coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e anos de estudo, segundo coortes de nascimento e número de filhos tidos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro 1991 - 2000**



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991 e 2000.  
 Nota: Na escala do número de filhos tidos nascidos vivos, "6" significa 6 ou mais filhos.



**Gráfico 17 - Probabilidades de aumento da família para coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e anos de estudo, segundo coortes de nascimento, raça/cor e número de filhos tidos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro - 2000**



Ainda sobre o Gráfico 17, entre as negras residentes nas favelas as probabilidades de terem o primeiro filho giraram, em média, de 85% (83% para a coorte de 1961-1965, 84% para a coorte de 1956-1960 e 88% para a coorte de 1951-1955) e 49% de chances de terem o terceiro ou mais (43% para a coorte de 1961-1965, 51% para a coorte de 1956-1960 e 53% para a coorte de 1951-1955) para as mulheres com 8 anos ou mais. Para aquelas que não tinham instrução a 3 anos de estudo, essas tendências foram de 91% de terem o primeiro filho (90% para a coorte de 1961-1965, 93% para a coorte de 1956-1960 e 91% para a coorte de 1951-1955) e 74% de terem o terceiro filho ou mais (71% para a coorte de 1961-1965, 76% para a coorte de 1956-1960 e 75% para a coorte de 1951-1955).

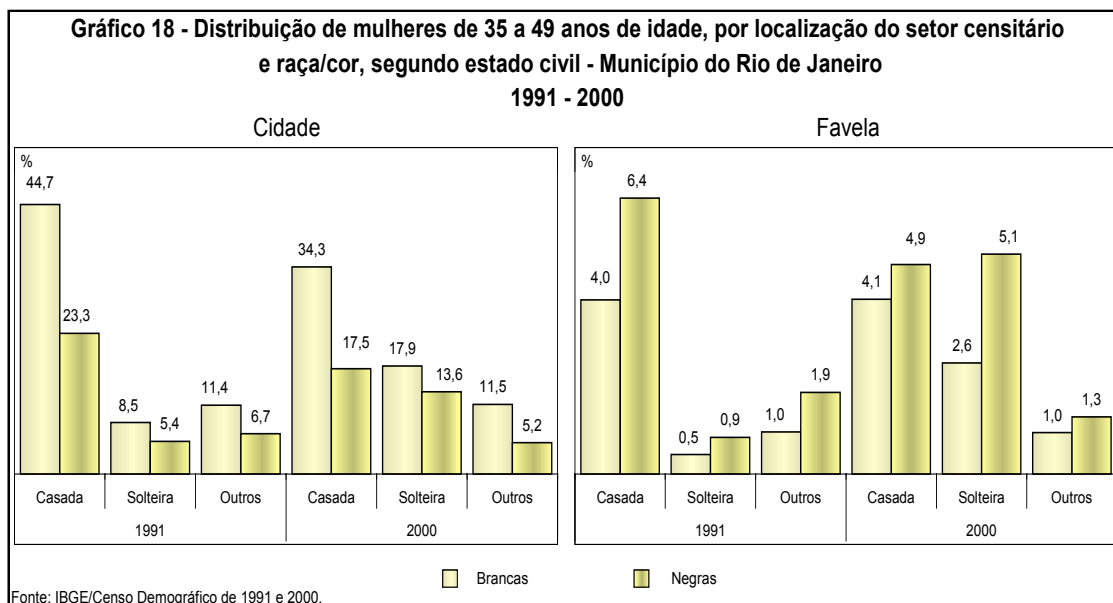
De modo geral, a probabilidade das mulheres residentes na cidade de terem o primeiro filho é praticamente a mesma para as mulheres com maior educação, independente da raça/cor. Tendência semelhante é observada na favela entre aquelas com até 3 anos de estudo, porém não é tão expressivo para o primeiro filho, quanto para o terceiro filho ou mais. A probabilidade de se ter o terceiro filho é consistentemente mais alta entre as negras, independente da localização do setor censitário e do nível de instrução.

### **5.3 – Estado Civil**

Embora o casamento legal continue sendo a forma preferida de união, a diminuição do seu peso relativo no total das uniões aponta para mudanças nas regras do comportamento familiar e suas conseqüências para a sociedade e os indivíduos (LAZO, 2002).

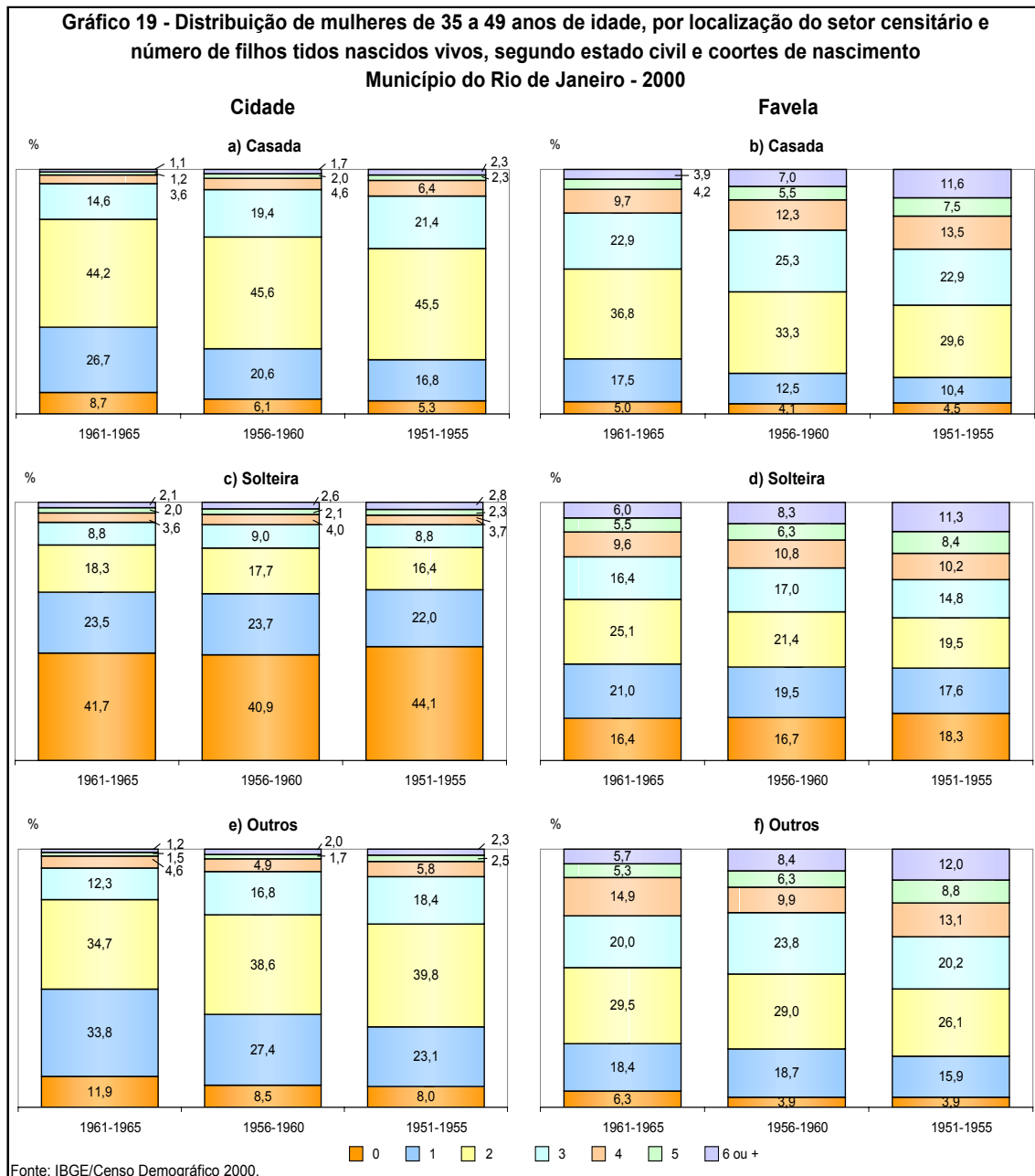
No município do Rio de Janeiro conforme o Gráfico 18, que demonstra a localização geográfica, por raça/cor e estado civil, observa-se que a proporção de mulheres solteiras aumentou no período analisado, intensificando mais que duas vezes o seu peso relativo entre as mulheres brancas e negras residentes na cidade, e aumentando mais que cinco vezes entre as moradoras das favelas, segundo as mesmas categorias de raças. Por outro lado, a proporção de mulheres casadas diminuiu consideravelmente, em especial entre as mulheres moradoras da cidade. Essa queda foi percebida em 10,4%

para brancas e 5.8% para as negras e em proporção menor (1,5%) entre as negras moradoras nas favelas, o que demonstra que possivelmente a união legalizada não significa necessariamente estabilidade familiar.



O Gráfico 19 apresenta os movimentos do comportamento familiar em 2000, segundo a raça/cor e estado civil. Observa-se de imediato que dentre as mulheres solteiras, residentes na cidade e de 35 a 49 anos, apresentam percentuais expressivos de mulheres que não tiveram nenhum filho. Eventos que giraram em 41,7% para a coorte nascida entre 1961-1965, 40,9% para a coorte de 1956-1960 e 44,1% para as de 1951-1955. Entre as moradoras das favelas esses percentuais eram em média, duas vezes e meia menores, ou seja, 16,4%, 16,7% e 18,3%, respectivamente. Provavelmente, os altos percentuais de mulheres solteiras, residentes na cidade e que não tiveram nenhum filho, sejam devidos, por um lado, ao maior nível de escolarização do que o das moradoras nas favelas. Por outro, a exposição a desejos de qualificação e os ditames do mercado trabalho, possivelmente, sejam dentre outros motivos para apresentarem as menores taxas de fecundidade. Visto que, a preferência daquelas que tiveram filhos, foi de 1 a 2 filhos tidos. Para as solteiras moradoras nas favelas, esses percentuais giraram entre 1 a 3 filhos.

Com relação ao conjunto de mulheres casadas e com outros tipos de estado civil<sup>48</sup>, observam-se baixos percentuais de mulheres que não geraram filhos, principalmente entre as moradoras da cidade.



Por outro lado, o gráfico 19 mostra que a maioria das mulheres casadas residentes na cidade tinham, em média, dois filhos (70,9% para a coorte de 1961-1965, 66,2% para a coorte de 1956-1960 e 62,3% para a coorte de 1951-1955). Para as

<sup>48</sup> Ver definição de outros tipos de estado civil no capítulo 3, seção 3.3.

casadas moradoras das favelas, essa tendência era, em média, de três filhos (77,2% para a coorte de 1961-1965, 71,1% para a coorte de 1956-1960 e 62,9% para a coorte de 1951-1955).

Entre as mulheres que declararam outros tipos de estado civil, foram observadas iguais tendências ao das casadas quanto ao número de filhos tidos nascidos vivos, respectivamente, para cada área geográfica. De modo que, a distribuição das mulheres moradoras na cidade e com dois filhos foi de 68,5% para a coorte de 1961-1965, 66,0% para a coorte de 1956-1960 e 62,9% para a coorte de 1951-1955. Para as residentes em favelas com três filhos, os percentuais observados foram de 67,9% para a coorte de 1961-1965, 71,5% para a coorte de 1956-1960 e 62,2% para a coorte de 1951-1955. No geral as moradoras em favelas tinham sistematicamente 1 filho a mais do que as moradoras da cidade.

A Tabela 15 apresenta a descendência média final para o conjunto das mulheres de 35 a 49 anos residentes no município do Rio de Janeiro, segundo estado civil e localização geográfica. Em 2000, observa-se que as mais altas descendências médias finais se encontravam entre as mulheres residentes em favelas (2 a 3 filhos). As mulheres solteiras e residentes na cidade detinham as menores DMFs, que giraram em torno de 1 filho. Por outro lado, verifica-se que, as maiores quedas das DMFs são verificadas entre as mulheres que declararam outros tipos de estado civil.

**Tabela 15**  
**Descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário, segundo estado civil e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro 1991 - 2000**

Cor/raça, Estado civil, e coortes de nascimento das mulheres	Descendência média final 1991		Coortes de nascimento das mulheres	Descendência média final 2000	
	Cidade	Favela		Cidade	Favela
<b>Total</b>					
Total					
1952-1956	1,78	2,62	1961-1960	1,61	2,34
1947-1951	2,00	2,89	1956-1960	1,81	2,61
1942-1946	2,19	3,27	1951-1955	1,94	2,85
<b>Casada</b>					
1952-1956	2,09	2,76	1961-1960	1,85	2,42
1947-1951	2,29	3,04	1956-1960	2,08	2,75
1942-1946	2,48	3,37	1951-1955	2,23	3,02
<b>Solteira</b>					
1952-1956	0,36	0,92	1961-1960	1,24	2,22
1947-1951	0,38	1,25	1956-1960	1,28	2,39
1942-1946	0,41	1,83	1951-1955	1,24	2,54
<b>Outros</b>					
1952-1956	1,85	2,89	1961-1960	1,73	2,58
1947-1951	2,10	3,12	1956-1960	1,95	2,72
1942-1946	2,35	3,50	1951-1955	2,08	2,99

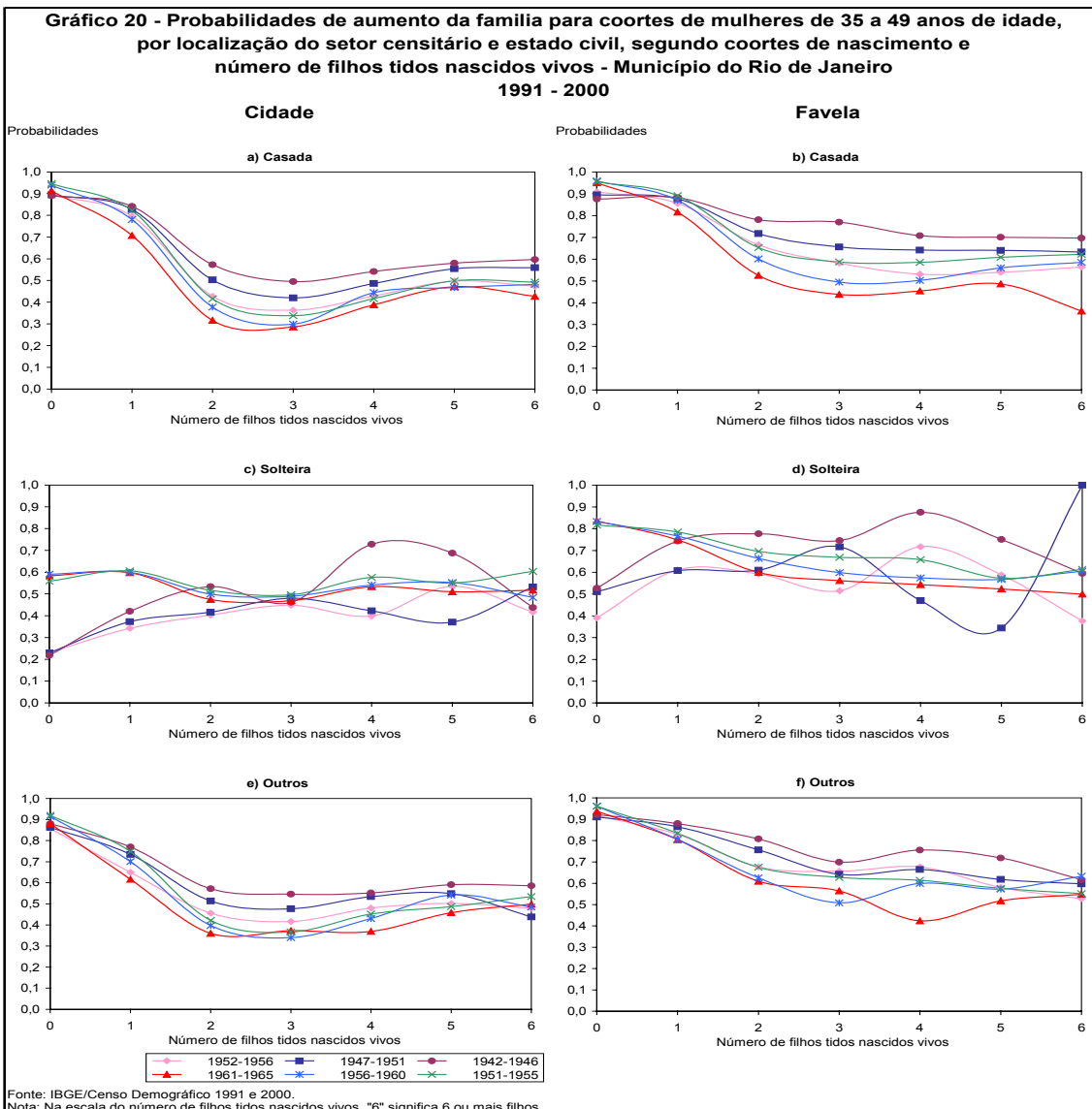
Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991 e 2000.

Com relação às probabilidades de aumento da família da população nessa faixa etária, segundo estado civil, o Gráfico 20 mostra que, as probabilidades das mulheres da cidade terem o primeiro filho, foram menores comparadas com as moradoras em favelas. No período analisado, as curvas indicam que, houveram aumentos generalizados das probabilidades das mulheres de 35 a 49 anos terem o primeiro filho. Nota-se que, os maiores aumentos dessas probabilidades foram percebidos entre as solteiras que residiam em favelas. Esse conjunto de mulheres teve, em média, 35% mais oportunidades de terem o primeiro filho do que as residentes na cidade. Em 2000, as moradoras em favelas tinham em torno de 83% de probabilidades (84% para a coorte de 1961-1965, 83% para a coorte de 1956-1960 e 82% para a coorte de 1951-1955) contra 58% para as moradoras da cidade (58% para a coorte de 1961-1965, 59% para a coorte de 1956-1960 e 56% para a coorte de 1951-1955), ou seja, uma diferença 25% maior. Com relação ao segundo filho, as probabilidades diminuem para 77% entre as mulheres residentes em favelas (75% para a coorte de 1961-1965, 77% para a coorte de 1956-1960 e 79% para a coorte de 1951-1955) e 60% entre as mulheres moradoras da cidade (60% para as coortes de 1961-1965 e de 1956-1960 e 61% para a coorte de 1951-1955), e para o terceiro filho ou mais, essas probabilidades foram de 65% entre as residentes em favelas (60% para a coorte de 1961-1965, 66% para a coorte de 1956-1960 e 70% para a coorte de 1951-1955) e 50% entre as moradoras da cidade (47% para a coorte de 1961-1965, 50% para a coorte de 1956-1960 e 52% para a coorte de 1951-1955).

Para as casadas da cidade as probabilidades de terem o primeiro filho, em 2000, foram, em média, de 93% (91% para a coorte de 1961-1965, 94% para a coorte de 1956-1960 e 95% para a coorte de 1951-1955), 77% para o segundo filho (71% para a coorte de 1961-1965, 78% para a coorte de 1956-1960 e 82% para a coorte de 1951-1955) e 37% para o terceiro filho ou mais (32% para a coorte de 1961-1965, 38% para a coorte de 1956-1960 e 42% para a coorte de 1951-1955). Para as moradoras nas favelas essas probabilidades foram de 96% de terem o primeiro filho (95% para a coorte de 1961-1965, 96% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955), 86% de terem o segundo filho (82% para a coorte de 1961-1965, 87% para a coorte de 1956-1960 e 89% para a coorte de 1951-1955) e 59% de terem o terceiro filho ou mais (53% para a coorte de 1961-1965, 60% para a coorte de 1956-1960 e 65% para a coorte de 1951-1955).

Para as que declararam outros tipos de estado civil e moravam na cidade, as probabilidades de terem o primeiro filho foram, em média, de 90% (88% para a coorte de 1961-1965, 91% para a coorte de 1956-1960 e 92% para a coorte de 1951-1955), 69% de terem do segundo filho (62% para a coorte de 1961-1965, 70% para a coorte de 1956-1960 e 75% para a coorte de 1951-1955) e o terceiro filho ou mais de 39% (36% para a coorte de 1961-1965, 40% para a coorte de 1956-1960 e 42% para a coorte de 1951-1955), enquanto que as moradoras nas favelas tiveram, em média, 95% de probabilidade de terem o primeiro filho (94% para a coorte de 1961-1965, 96% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955), 81% de terem o segundo filho (80% para a coorte de 1961-1965, 81% para a coorte de 1956-1960 e 83% para a coorte de 1951-1955) e 64% de terem o terceiro filho ou mais (61% para a coorte de 1961-1965, 63% para a coorte de 1956-1960 e 68% para a coorte de 1951-1955).

De modo geral, as coortes mais antigas tinham probabilidades maiores de terem o primeiro filho do que as gerações mais jovens. Chamou a atenção na cidade que a probabilidade das mulheres casadas terem o terceiro filho ou mais, é menor do que a das solteiras, o mesmo se verifica na favela, porém com menor intensidade. Por outro lado, provavelmente, o aumento na proporção de mulheres solteiras e daquelas que declararam outros tipos de estado civil e, que tiveram filhos, possa ser atribuído ao acréscimo de famílias chefiadas pelo conjunto das mulheres brasileiras.



O Gráfico 21 mostra às probabilidades de aumento da família, segundo a raça/cor e estado civil. O gráfico demonstra que na cidade, em 2000, as mulheres brancas solteiras tinham, em média, 51% de probabilidade de terem o primeiro filho (52% para as coortes de 1961-1965 e de 1956-1960 e 50% para a coorte de 1951-1955) e 42% de terem o terceiro filho ou mais (39% para a coorte de 1961-1965, 44% para a coorte de 1956-1960 e 43% para a coorte de 1951-1955). Já para as negras, as probabilidades giraram em torno de 83% de terem o primeiro filho (83% para a coorte de 1961-1965, 82% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955) e 61% de terem o terceiro filho (54% para a coorte de 1961-1965, 59% para a coorte de 1956-1960 e 69% para a coorte de 1951-1955). Nas favelas, entre as brancas essas tendências são

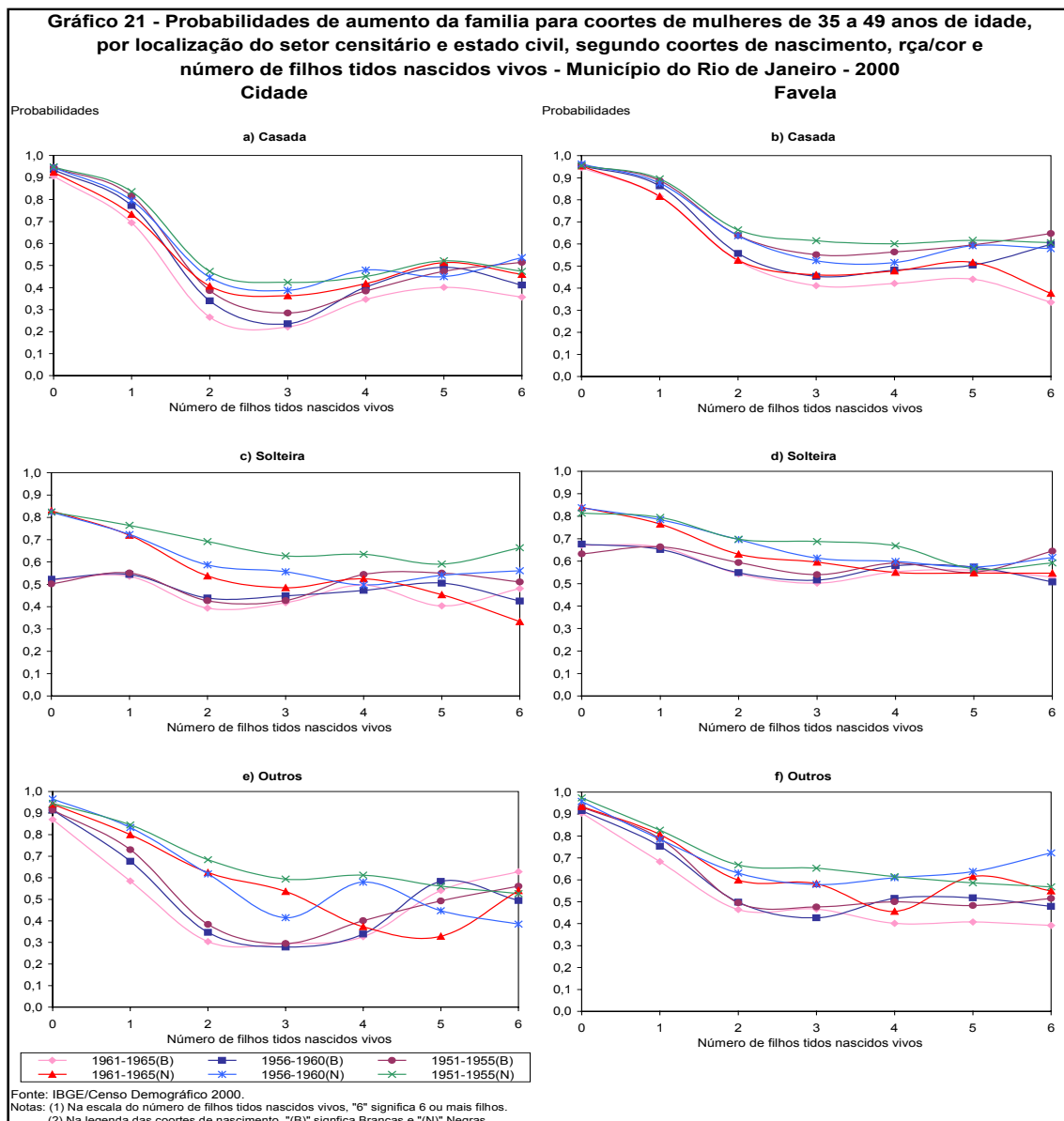


identificadas como 66% de terem o primeiro filho (67% para a coorte de 1961-1965, 68% para a coorte de 1956-1960 e 63% para a coorte de 1951-1955) e de 56% de terem o terceiro filho (54% para a coorte de 1961-1965, 55% para a coorte de 1956-1960 e 59% para a coorte de 1951-1955). Para as negras essas probabilidades giraram em torno de 83% de terem o primeiro filho (84% para as coortes de 1961-1965 e de 1956-1960 e 81% para a coorte de 1951-1955) e 68% de terem o terceiro filho ou mais (63% para a coorte de 1961-1965, 70% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955).

Com relação às mulheres brancas residentes na cidade, casadas e que declararam outros tipos de estado civil, em média, esse conjunto tinha 93% de probabilidade de terem o primeiro filho (91% para a coorte de 1961-1965, 94% para a coorte de 1956-1960 e 95% para a coorte de 1951-1955) e 33% de terem o terceiro filho ou mais (27% para a coorte de 1961-1965, 34% para a coorte de 1956-1960 e 39% para a coorte de 1951-1955). Para as negras essas probabilidades aumentavam para 94% de terem o primeiro filho (92% para a coorte de 1961-1965, 95% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955) e 44% de terem o terceiro filho ou mais (41% para a coorte de 1961-1965, 45% para a coorte de 1956-1960 e 47% para a coorte de 1951-1955). Para o conjunto de mulheres brancas residentes em favelas, essas probabilidades se elevam para 95% de terem o primeiro filho (95% para as coortes de 1961-1965 e de 1956-1960 e 96% para a coorte de 1951-1955) e 57% de terem o terceiro filho (52% para a coorte de 1961-1965, 56% para a coorte de 1956-1960 e 64% para a coorte de 1951-1955). Entre as negras essas chances são ligeiramente mais altas, 95% de terem o primeiro filho (95% para a coorte de 1961-1965, 96% para a coorte de 1956-1960 e 95% para a coorte de 1951-1955) e 61% de terem o terceiro filho ou mais (53% para a coorte de 1961-1965, 64% para a coorte de 1956-1960 e 66% para a coorte de 1951-1955).

Em geral, comparando-se o conjunto de mulheres negras residentes tanto na cidade quanto em favelas sobre o quesito raça/cor, observa-se que não existem grandes diferenças probabilísticas. Já quando se compara às brancas da cidade com as da favela, a diferença se destaca. Também é possível perceber que as diferenças nas probabilidades de se ter o terceiro filho são menores entre as negras do que entre as brancas. Essas questões podem ser resultantes da declaração, ou seja, negras que se declararam como brancas. Isso se reforça ainda mais pelo que é considerado em relação à próxima variável analisada – condição de atividade, que mostra para o conjunto de

mulheres brancas residentes em favelas uma participação menor no mercado de trabalho do que as negras.

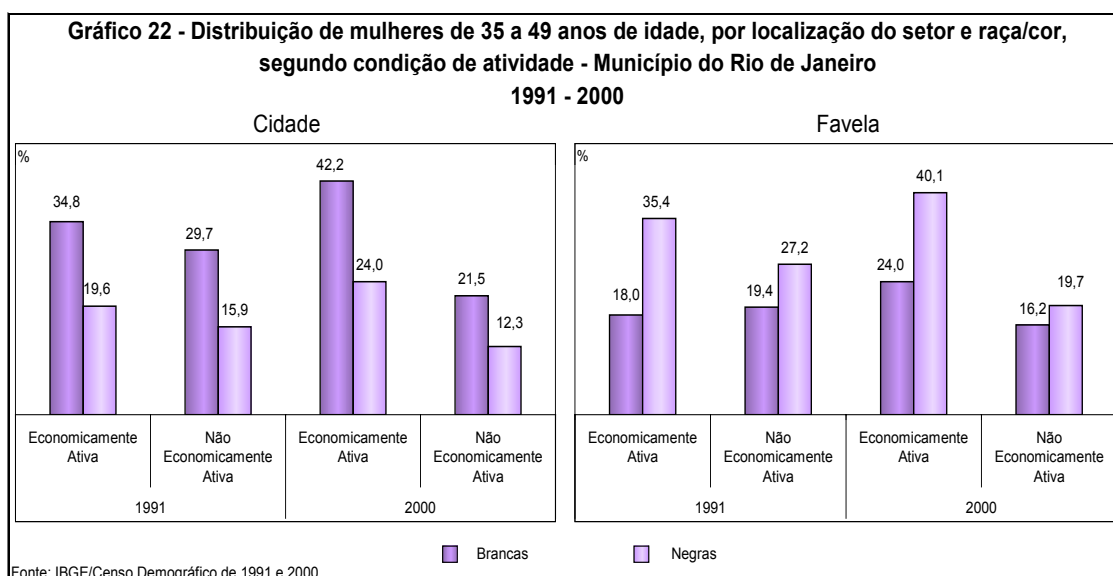


## 5.4 – Condição de atividade

Do ponto de vista social e da família é importante observar o nível de inserção das mulheres no mercado de trabalho a partir da condição de atividade, considerando a sua crescente participação. Ressalta-se que o exercício de atividade remunerada aumenta as probabilidades da mulher postergar ou espaçar gravidezes, em relação às

mulheres que não trabalham. Por outro lado, pode-se dizer que, o uso intenso de métodos contraceptivos modernos de alta eficácia, ao diminuir o número de filhos, possibilitou o ingresso, cada vez mais, de mulheres ao mercado de trabalho, onde a sua presença vem se destacando na participação dos rendimentos familiares.

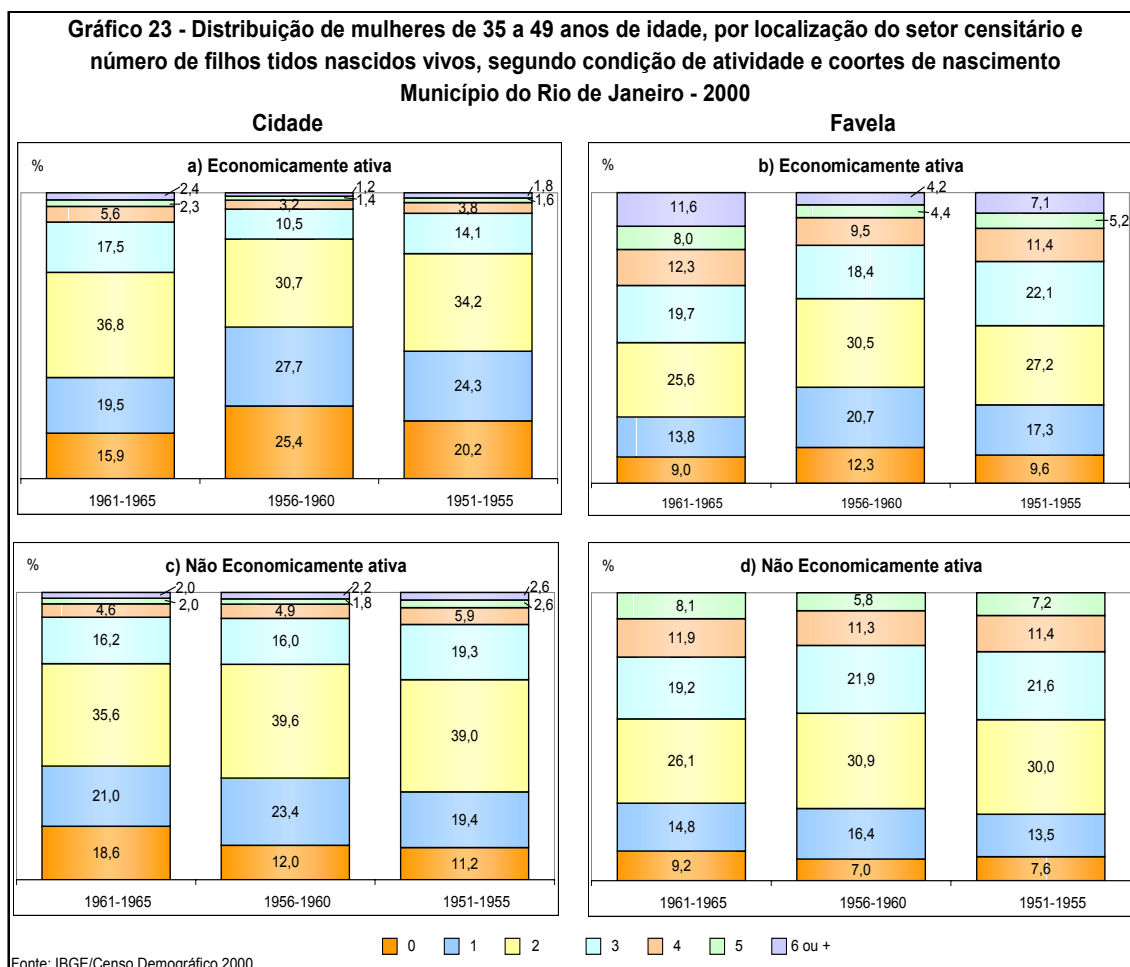
O Gráfico 22 mostra que no Município do Rio de Janeiro, no período pesquisado, o conjunto de mulheres de 35 a 49 anos de idade aumentou a sua participação no mercado de trabalho. As mulheres brancas residentes na cidade apresentaram o maior peso relativo da população economicamente ativa (PEA). O inverso acontece entre as moradoras em favelas, onde o conjunto de mulheres negras apresenta maior participação no mercado de trabalho, embora entre as brancas se observem os mais intensos acréscimos de mulheres que estavam trabalhando ou procurando trabalho. Neste período de 1991-2000 houve mudanças na economia brasileira com influência na reestruturação do mercado de trabalho onde as atividades de serviços tiveram um aumento considerável, com predominância da mão-de-obra feminina.



As evidências acima confirmam que ter alguma renda, mesmo pequena, pode significar a possibilidade, inclusive, de negociar a tomada de decisões sobre a própria maternidade. Segundo GOLDANI (1994) resultados empíricos sobre a relação entre atividade feminina e níveis de fecundidade têm reforçado a hipótese de que, quanto maior o poder econômico da mulher, maior seu poder de barganhar nas relações entre o

casal e de controle sobre os eventos em sua trajetória familiar, ao contrário de mulheres dedicadas exclusivamente a tarefas domésticas, que teriam pouco ou nenhum poder decisório.

O Gráfico 23 apresenta a distribuição de mulheres que participavam ou não do mercado de trabalho e que tiveram filhos nascidos vivos. O gráfico evidencia, por um lado que, em 2000, os maiores acréscimos percentuais foram entre aquelas que não participavam do mercado de trabalho. Por outro, as trabalhadoras residentes na cidade apresentaram os mais elevados percentuais de mulheres que não tiveram nenhum filho. Sendo de 25,4% a maior taxa verificada na coorte de 1956-1960, seguida pelas nascidas entre 1951-1955 com 20,2% e 15,9% pelas de 1961-1965. Para aquelas que não trabalhavam, essas porcentagens giraram em torno de 18,6% para a coorte de 1961-1965, 12,0% para a de 1956-1960 e 11,2% para as nascidas entre 1951-1955. As mulheres moradoras em favelas e economicamente ativas também apresentaram o mesmo fenômeno. Na coorte de 1956-1960, essa taxa girou ao redor de 12,3%.



A Tabela 16 apresenta a descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos idade, segundo a condição de atividade. Como já era de se esperar as mais baixas DMFs são verificadas entre as mulheres economicamente ativas. As mulheres residentes na cidade detinham, em 2000, as menores DMFs, oscilando entre 1,5 filho (35 a 39 anos) a 1,8 filho (44 a 49 anos) para as que participavam da PEA, e 1,9 filho a 2,1 filhos para as que não trabalhavam, respectivamente. Para o conjunto das moradoras em favelas, essas DMFs oscilavam entre 2,3 a 2,8 filhos para as que participavam da PEA e de 2,6 a 3,0 filhos para as que não eram economicamente ativas, respectivamente. Demonstrando que as mulheres que faziam parte da PEA e estavam trabalhando, tinham, em média, mais filhos em relação as que não estavam trabalhando ou procurando trabalho, sendo este aspecto mais acentuado para as mulheres residentes em favelas, o que, sobrecarregaria na sua dupla ou tripla jornada de trabalho, além da criação dos filhos.

**Tabela 16**

**Descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário, condição de atividade e coortes de nascimento**

**Município do Rio de Janeiro**

**1991 - 2000**

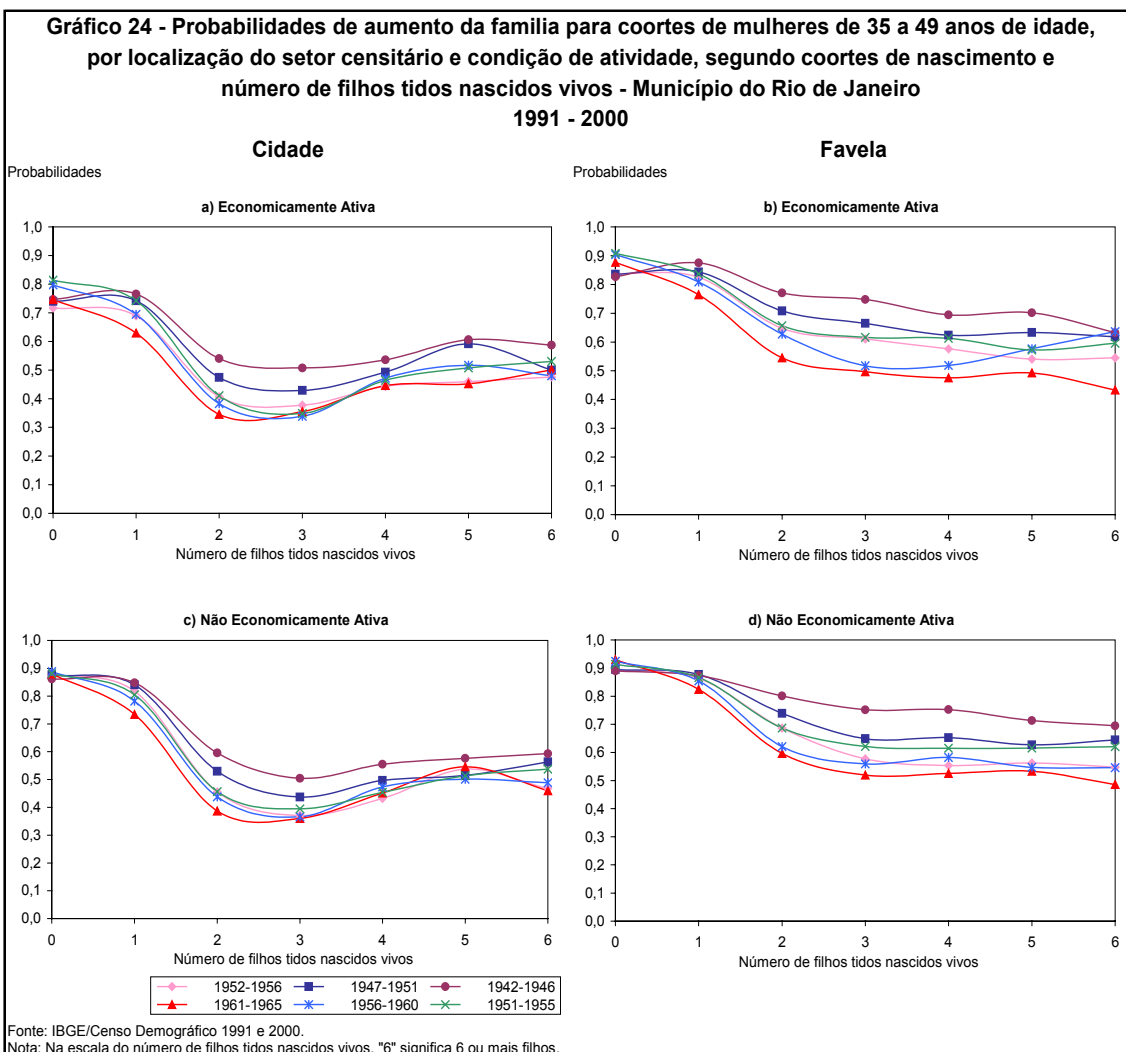
Cor/raça, Condição de atividade, e grupos de idade das mulheres	Descendência média final 1991		Coortes de nascimento das mulheres	Descendência média final 2000	
	Cidade	Favela		Cidade	Favela
Total					
Economicamente Ativa					
1952-1956	1,54	2,54	1961-1965	1,48	2,24
1947-1951	1,77	2,79	1956-1960	1,70	2,57
1942-1946	1,95	3,14	1951-1955	1,82	2,83
Não Economicamente Ativa					
1952-1956	2,14	2,82	1961-1965	1,94	2,61
1947-1951	2,33	3,13	1956-1960	2,09	2,77
1942-1946	2,48	3,54	1951-1955	2,14	3,00

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991 e 2000.

Com relação às probabilidades de aumento da família, segundo condição de atividade, o Gráfico 24 mostra que as probabilidades das mulheres de 35 a 49 anos de idade terem o primeiro filho não varia muito quando se compara cidade e favela, apesar de que as economicamente ativas da cidade têm uma probabilidade bem menor do que as da favela. As diferenças são mais aguçadas quanto ao terceiro filho ou mais. De modo geral, as probabilidades dessas mulheres terem o primeiro filho aumentaram, em média, 0,65%, no período considerado. A partir do segundo filho ou mais, as probabilidades tenderam a leves quedas ao redor 0,5%. A diminuição nas probabilidades entre um e dois filhos, supõe-se que esteja associada ao padrão familiar

de dois filhos por família. Em 2000, para o conjunto das mulheres que participavam da PEA, e moravam na cidade, as suas probabilidades de terem o primeiro filho eram de 77% (75% para a coorte de 1961-1965, 80% para a coorte de 1956-1960 e 81% para a coorte de 1951-1955) e o terceiro filho ou mais, em média, eram de 38% (35% para a coorte de 1961-1965, 38% para a coorte de 1956-1960 e 41% para a coorte de 1951-1955). Entre as moradoras em favelas, essas probabilidades foram de 90% de terem o primeiro filho (88% para a coorte de 1961-1965, 90% para a coorte de 1956-1960 e 91% para a coorte de 1951-1955) e 80% de terem o terceiro filho ou mais (76% para a coorte de 1961-1965, 81% para a coorte de 1956-1960 e 84% para a coorte de 1951-1955).

Para aquelas que não trabalhavam, e residiam na cidade, essas probabilidades foram de 88% de terem o primeiro filho (88% para a coorte de 1961-1965, 89% para a coorte de 1956-1960 e 88% para a coorte de 1951-1955) e 43% de terem o terceiro filho ou mais (39% para a coorte de 1961-1965, 44% para a coorte de 1956-1960 e 46% para a coorte de 1951-1955), enquanto que para as moradoras em favelas, essas probabilidades foram de 92% de terem o primeiro filho (93% para a coorte de 1961-1965, 92% para a coorte de 1956-1960 e 91% para a coorte de 1951-1955) e 63% de terem o terceiro filho ou mais (60% para a coorte de 1961-1965, 62% para a coorte de 1956-1960 e 67% para a coorte de 1951-1955). Em resumo, as mulheres não economicamente ativas, moradoras em favelas tinham um tamanho familiar de 2 a 3 filhos, enquanto que para as residentes na cidade, essa tendência girou em torno de 2 filhos.



Ainda sobre o Gráfico 24, observa-se que a probabilidade de se ter o primeiro filho não varia muito quando se compara cidade e favela, apesar de que as economicamente ativas da cidade têm a probabilidade bem menor do que as das favelas. As diferenças são mais aguçadas quanto ao terceiro filho ou mais.

O Gráfico 25 mostra as probabilidades de aumento da família, segundo a raça/cor e condição de atividade. O gráfico demonstra que na cidade, em 2000, as mulheres brancas trabalhadoras tinham, em média, 77% de probabilidades de terem o primeiro filho (72% para a coorte de 1961-1965, 79% para a coorte de 1956-1960 e 81% para a coorte de 1951-1955), 37% de terem o terceiro filho (28% para a coorte de 1961-1965, 34% para a coorte de 1956-1960 e 37% para a coorte de 1951-1955) e 27%

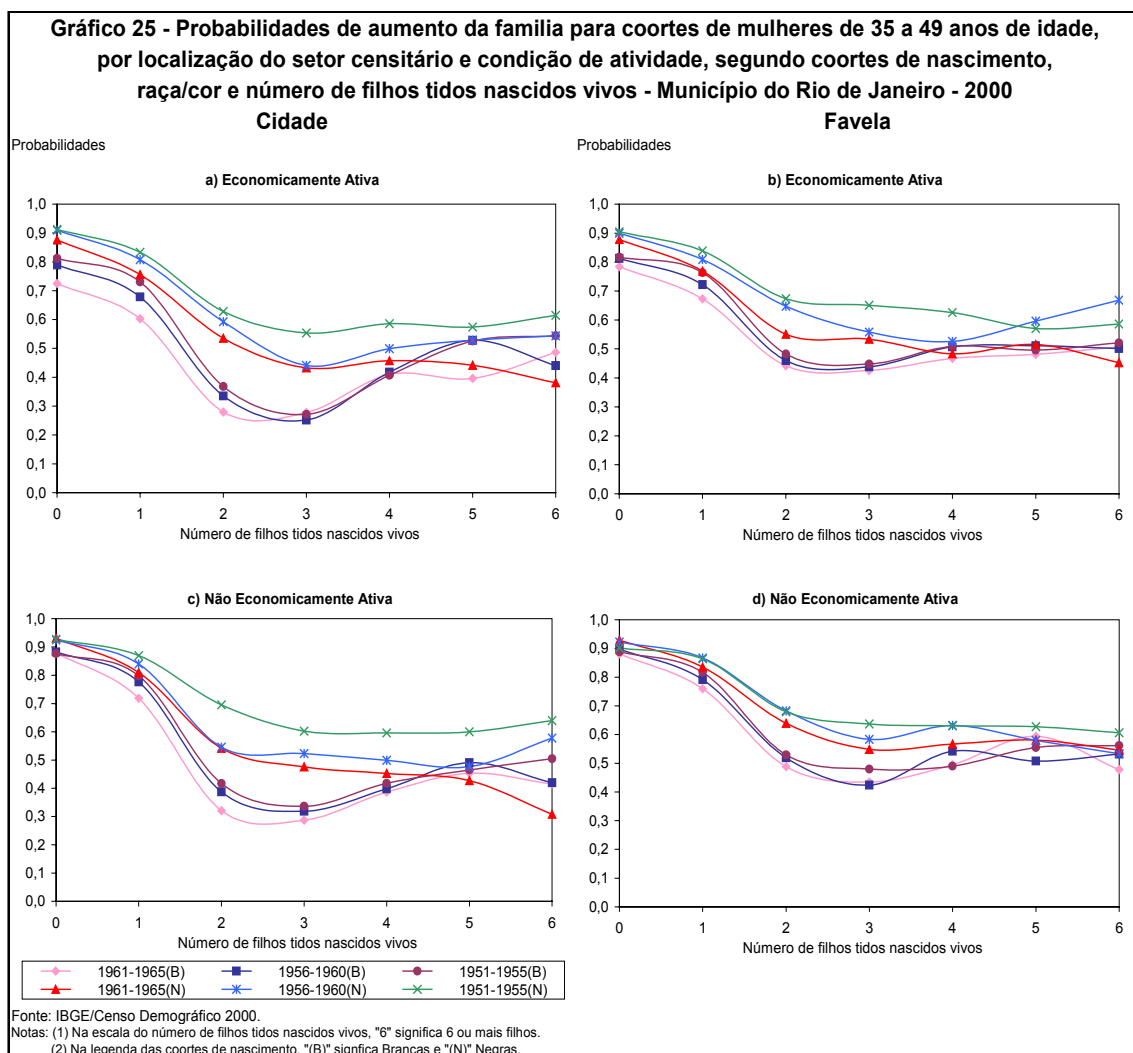
o quarto filho ou mais (28% para a coorte de 1961-1965, 25% para a coorte de 1956-1960 e 27% para a coorte de 1951-1955). Para as negras, as probabilidades giraram em torno de 90% de terem o primeiro filho (88% para a coorte de 1961-1965, 91% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955), 57% de terem o terceiro filho (54% para a coorte de 1961-1965, 59% para a coorte de 1956-1960 e 63% para a coorte de 1951-1955) e 47% de terem o quarto filho ou mais (43% para a coorte de 1961-1965, 44% para a coorte de 1956-1960 e 55% para a coorte de 1951-1955). Para as brancas residentes em favelas essas tendências são identificadas como 80% de terem o primeiro filho (78% para a coorte de 1961-1965, 81% para a coorte de 1956-1960 e 82% para a coorte de 1951-1955), 46% de terem o terceiro filho (44% para a coorte de 1961-1965, 46% para a coorte de 1956-1960 e 48% para a coorte de 1951-1955) e 44% de terem o quarto filho ou mais (43% para a coorte de 1961-1965, 44% para a coorte de 1956-1960 e 45% para a coorte de 1951-1955), enquanto que para as negras essas probabilidades foram, em média, de 89% de terem o primeiro filho (88% para a coorte de 1961-1965, 90% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955), 62% de terem o terceiro filho (55% para a coorte de 1961-1965, 65% para a coorte de 1956-1960 e 67% para a coorte de 1951-1955) e 58% de terem o quarto filho ou mais (53% para a coorte de 1961-1965, 56% para a coorte de 1956-1960 e 65% para a coorte de 1951-1955).

Com relação às mulheres que não eram economicamente ativas, moravam na cidade e eram brancas, tinham, em média, 88% de probabilidades de terem o primeiro filho (88% para as coortes de 1961-1965, 1956-1960 e de 1951-1955), 38% de terem o terceiro filho (32% para a coorte de 1961-1965, 39% para a coorte de 1956-1960 e 42% para a coorte de 1951-1955) e 32% de terem o quarto ou mais (29% para a coorte de 1961-1965, 32% para a coorte de 1956-1960 e 34% para a coorte de 1951-1955). Entre as negras, as probabilidades giraram em torno de 93% de terem o primeiro filho (93% para as coortes de 1961-1965, 1956-1960 e de 1951-1955), 60% de terem o terceiro filho (54% para a coorte de 1961-1965, 55% para a coorte de 1956-1960 e 70% para a coorte de 1951-1955) e 53% de terem o quarto filho ou mais (48% para a coorte de 1961-1965, 52% para a coorte de 1956-1960 e 60% para a coorte de 1951-1955). Entre moradoras em favelas, para as brancas essas probabilidades giraram, em média, de 89% de terem o primeiro filho (88% para a coorte de 1961-1965, 90% para a coorte de 1956-1960 e 89% para a coorte de 1951-1955), 56% de terem o terceiro filho (49% para a



coorte de 1961-1965, 52% para a coorte de 1956-1960 e 53% para a coorte de 1951-1955) e 44% de terem o quarto filho ou mais (43% para a coorte de 1961-1965, 42% para a coorte de 1956-1960 e 48% para a coorte de 1951-1955), enquanto que as negras tinham 92% de terem o primeiro filho (93% para a coorte de 1961-1965, 92% para a coorte de 1956-1960 e 90% para a coorte de 1951-1955), 67% de terem o terceiro filho (64% para a coorte de 1961-1965, 68% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955) e 59% probabilidade de terem o quarto filho ou mais (55% para a coorte de 1961-1965, 58% para a coorte de 1956-1960 e 64% para a coorte de 1951-1955).

Em geral, na cidade, as probabilidades são consistentemente mais baixas. Na favela, as negras sempre apresentam as maiores probabilidades. Por outro lado, comparando-se raça/cor, as brancas residentes em favelas têm maiores probabilidades do que as que residem na cidade, a mesma tendência é observada entre as negras.



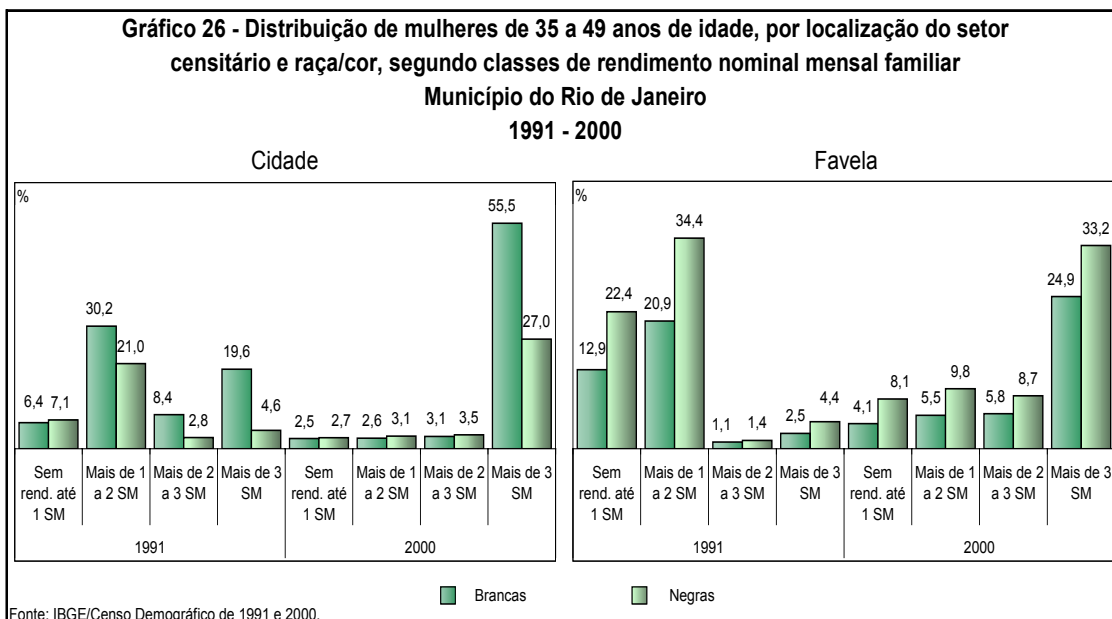
## 5.5 – Classes de rendimento nominal mensal familiar

Malthus (1983) foi o primeiro teórico a estabelecer uma relação clara entre renda e fecundidade. Para ele existia uma relação direta ente essas duas variáveis, pois uma redução da renda provocaria uma redução das taxas de fecundidade total, não pela queda da fecundidade marital, mas pelo adiamento da idade ao casar e a redução das taxas de nupcialidade. Além de contrariar essa visão, a história mostrou que não existe uma relação direta entre as variáveis renda e fecundidade, mas sim uma relação inversa, pois quanto maior a renda do casal menor é o número provável de filhos (ALVES, 1994: 185).

A evolução dos rendimentos ao longo do período 1991-2000 está apresentada no Gráfico 26. Pode-se observar uma grande melhora nos rendimentos para o conjunto de mulheres de 35 a 49 anos de idade. As mulheres residentes na cidade conquistaram melhores rendimentos em relação às moradoras das favelas, em especial as brancas. Visto que, em 1991, 19,6 % desse contingente percebia mais de 1 a 2 salários mínimos e, em 2000, 55,5% recebia mais de 3 salários. Para as negras essas conquistas foram mais moderadas, de 4,6% para 27,0%, respectivamente. Nota-se que entre aquelas que perceberam até dois salários mínimos, os maiores percentuais foram observados entre as mulheres residentes em favelas, denotando assim a favela, de modo geral, como a expressão da pobreza. Em 2000, entre as moradoras em favelas, as negras recebiam melhores rendimentos<sup>49</sup> do que as brancas. Para aquelas que recebiam mais de 3 salários mínimos, 33,2% eram negras e 24,9% eram brancas. De modo geral, observa-se uma melhora considerável tanto na cidade quanto nas favelas, especialmente com maior expressão na cidade.

---

<sup>49</sup> Provavelmente isso ocorre devido a existência de um número maior de mulheres negras moradoras em favelas do que de brancas.



O Gráfico 27 apresenta a distribuição de mulheres que tiveram filhos, segundo as classes de rendimento nominal mensal familiar. No período pesquisado, observa-se que independente da classe de rendimento percebido, de modo geral, as mulheres residentes na cidade tiveram, em média, 3 filhos, enquanto que as moradoras em favelas tiveram, em média, 4 filhos (Gráfico 27). Os maiores percentuais da distribuição estavam plotados entre aquelas que tiveram dois filhos nas duas áreas geográficas, o que demonstra que a renda percebida interfere na decisão sobre o número de filhos, independente da localização geográfica. Por outro lado, os maiores percentuais registrados de mulheres que não tiveram filhos se encontravam entre as residentes na cidade e com renda de mais de três salários mínimos.

**Gráfico 27 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e número de filhos tidos nascidos vivos, segundo Classes de rendimento nominal mensal familiar e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro - 2000**



A Tabela 17 apresenta a descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos idade, segundo as classes de rendimento nominal mensal familiar. Observa-se que a maior renda está associada à menor fecundidade. Em 2000, verifica-se que as mais baixas DMFs estavam entre as mulheres residentes dos setores da cidade, onde o conjunto dessas mulheres apresentou níveis de fecundidade próximos ou abaixo ao de reposição. Desde 1991, das mulheres residentes na cidade estavam expostas a terem no máximo 2 filhos, independente da sua renda. Esta exposição entre as mulheres moradoras em favelas giraram em torno de 2 a 3 filhos.

**Tabela 17**  
**Descendência média final das mulheres de 35 a 45 anos de idade, por localização do setor censitário, classes de rendimento nominal mensal familiar e coortes de nascimento - Município do Rio de Janeiro**  
**1991 - 2000**

Cor/raça, Classes de rendimento nominal mensal familiar e grupos de idade das mulheres	Descendência média final 1991		Coortes de nascimento das mulheres	Descendência média final 2000	
	Cidade	Favela		Cidade	Favela
<b>Total</b>					
Sem rend. até 1 SM					
1952-1956	2,08	2,69	1961-1965	2,12	2,81
1947-1951	2,20	2,74	1956-1960	2,13	2,84
1942-1946	2,34	3,04	1951-1955	2,27	3,14
Mais de 1 a 2 SM					
1952-1956	1,86	2,67	1961-1965	2,05	2,52
1947-1951	2,12	3,00	1956-1960	2,12	2,64
1942-1946	2,33	3,53	1951-1955	2,21	2,75
Mais de 2 a 3 SM					
1952-1956	1,59	2,62	1961-1965	1,96	2,41
1947-1951	1,77	3,50	1956-1960	2,25	2,68
1942-1946	2,12	3,80	1951-1955	2,27	2,88
Mais de 3 SM					
1952-1956	1,56	2,42	1961-1965	1,52	2,21
1947-1951	1,81	3,27	1956-1960	1,75	2,59
1942-1946	2,00	2,98	1951-1955	1,90	2,89

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991 e 2000.

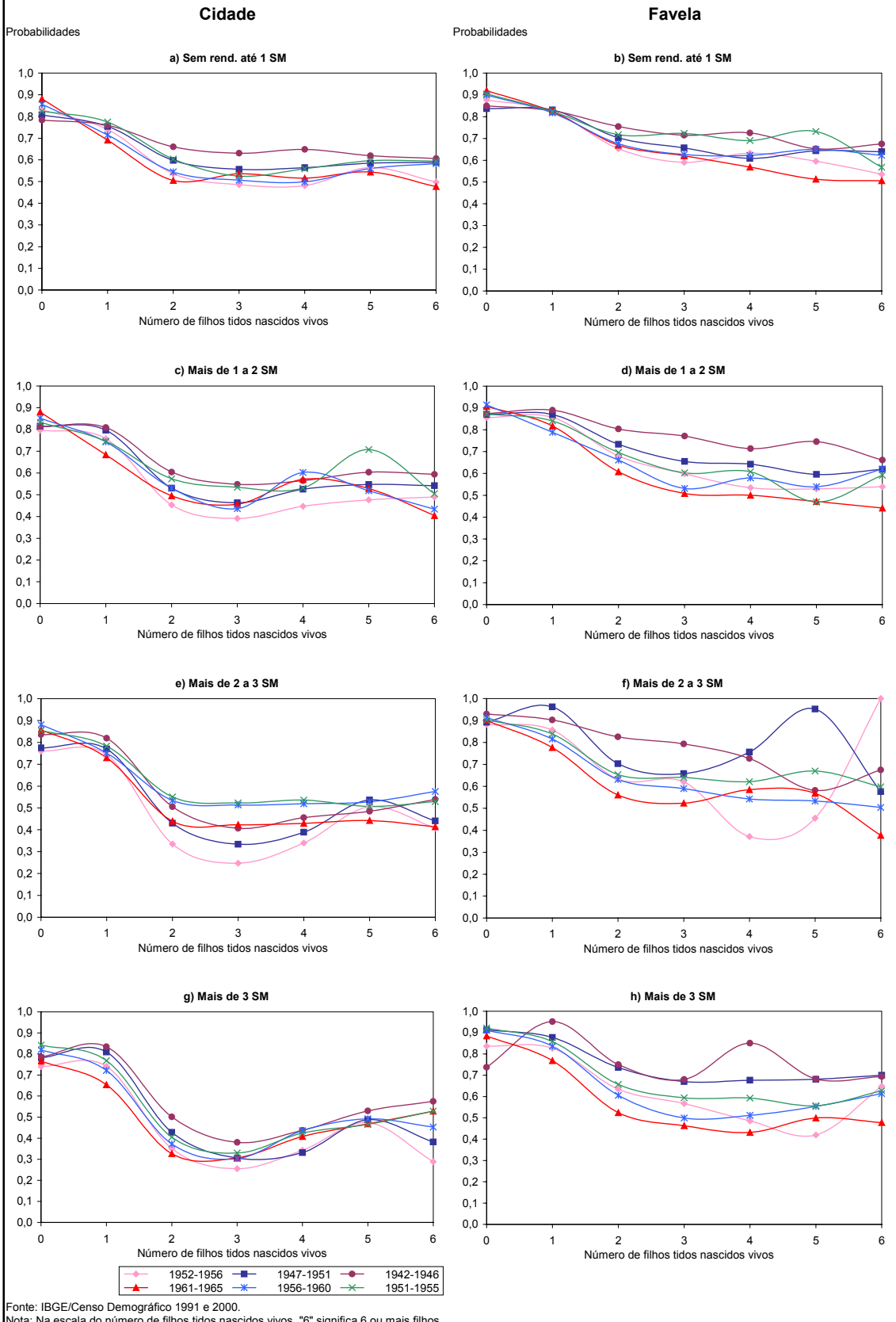
O Gráfico 28 mostra as probabilidades de aumento da família, segundo as classes de rendimento nominal mensal familiar. O gráfico demonstra que, as probabilidades das mulheres residentes no município do Rio de Janeiro terem o primeiro filho, não só aumentaram em comparação a 1991, como também eram bem próximas umas das outras para todos os grupos pesquisados. Mas, vale lembrar que, as mulheres residentes em favelas apresentaram as mais elevadas probabilidades neste sentido. Para o grupo de mulheres que percebiam mais de 2 salários mínimos, essas probabilidades parecem ter se estabilizado no período pesquisado. As curvas indicam que, conforme a renda aumentava, as probabilidades das mulheres terem o segundo filho ou mais iam diminuindo. Portanto, há evidências que existe uma relação entre a participação das mulheres no mercado de trabalho, a renda percebida e a procriação.

O Gráfico 29 mostra as probabilidades de aumento da família, segundo a raça/cor e as classes de rendimento nominal mensal familiar. O gráfico demonstra que as probabilidades das mulheres brancas, residentes na cidade, terem o primeiro filho ou mais, eram as menores em relação aos outros grupos. As probabilidades para aquelas que percebiam mais de 3 salários mínimos, terem o primeiro filho giraram, em média, de 81% (76% para a coorte de 1961-1965, 82% para a coorte de 1956-1960 e 84% para a coorte de 1951-1955). E com relação ao terceiro filho ou mais essas probabilidades giraram, em média, de 33% (27% para a coorte de 1961-1965, 33% para a coorte de 1956-1960 e 37% para a coorte de 1951-1955). Para as mulheres negras, essas probabilidades eram, em média, de 82% de terem o primeiro filho (78% para a coorte de 1961-1965, 83% para a coorte de 1956-1960 e 84% para a coorte de 1951-1955) e 45% de terem o terceiro filho ou mais (42% para a coorte de 1961-1965, 45% para a coorte de 1956-1960 e 47% para a coorte de 1951-1955). Entre as brancas residentes em favelas, as probabilidades de terem o primeiro filho, giraram, em média, de 91% (89% para a coorte de 1961-1965, 92% para a coorte de 1956-1960 e 94% para a coorte de 1951-1955). Em relação ao terceiro filho ou mais essas probabilidades giraram, em média, de 58% (52% para a coorte de 1961-1965, 57% para a coorte de 1956-1960 e 64% para a coorte de 1951-1955). Para as mulheres negras, essas probabilidades foram, em média, de 90% de terem o primeiro filho (88% para a coorte de 1961-1965, 91% para a coorte de 1956-1960 e 91% para a coorte de 1951-1955) e 61% de terem o terceiro filho ou mais (53% para a coorte de 1961-1965, 63% para a coorte de 1956-1960 e 69% para a coorte de 1951-1955). Mesmo com rendimentos idênticos, as probabilidades das mulheres residentes em favelas aumentavam suas probabilidades de terem filhos comparados às moradoras da cidade.

Na cidade, para as brancas sem rendimento até 1 salário mínimo, as probabilidades dessas mulheres terem o primeiro filho giraram, em média, de 83% (85% para a coorte de 1961-1965, 83% para a coorte de 1956-1960 e 80% para a coorte de 1951-1955). Já o terceiro filho ou mais, as probabilidades giraram, em média, de 47% (41% para a coorte de 1961-1965, 46% para a coorte de 1956-1960 e 56% para a coorte de 1951-1955). Para as negras, essas probabilidades eram, em média, de 88% de terem o primeiro filho (91% para a coorte de 1961-1965, 88% para a coorte de 1956-1960 e 85% para a coorte de 1951-1955) e 62% de terem o terceiro filho ou mais (58% para a

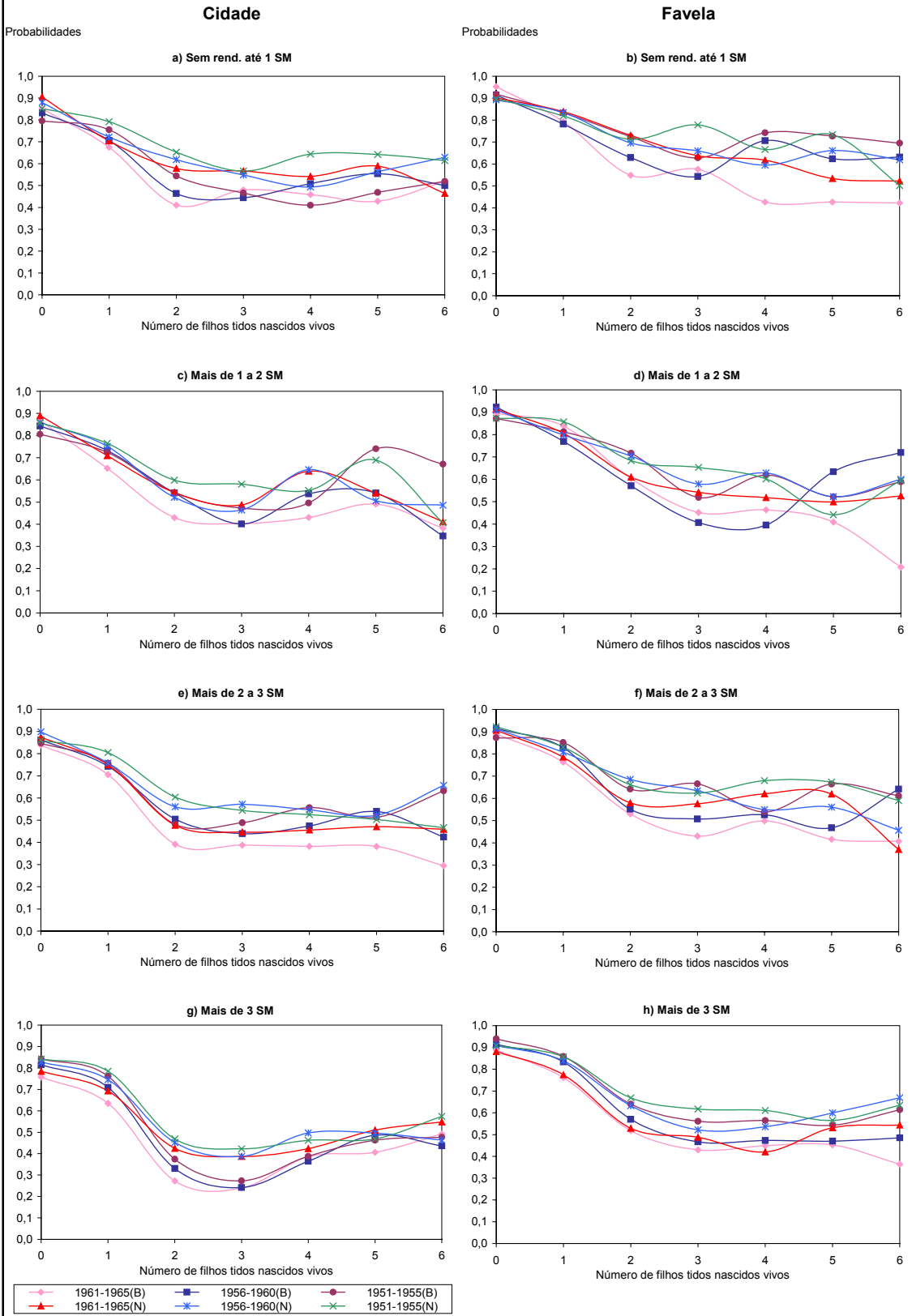
coorte de 1961-1965, 62% para a coorte de 1956-1960 e 65% para a coorte de 1951-1955). Para as mulheres brancas residentes nas favelas, essas probabilidades aumentam para 93% de terem o primeiro filho (95% para a coorte de 1961-1965, 91% para a coorte de 1956-1960 e 92% para a coorte de 1951-1955) e 63% de terem o terceiro filho ou mais (55% para a coorte de 1961-1965, 63% para a coorte de 1956-1960 e 72% para a coorte de 1951-1955), enquanto que, para as negras, essas probabilidades eram, em média, 90% de terem o primeiro filho (90% para a coorte de 1961-1965, 89% para a coorte de 1956-1960 e 90% para a coorte de 1951-1955) e 71% de terem o terceiro filho ou mais (73% para a coorte de 1961-1965, 70% para a coorte de 1956-1960 e 71% para a coorte de 1951-1955).

**Gráfico 28 - Probabilidades de aumento da família para coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e classes de rendimento nominal mensal familiar, segundo coortes de nascimento e número de filhos tidos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro 1991 - 2000**





**Gráfico 29 - Probabilidades de aumento da família para coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e classes de rendimento nominal mensal familiar, segundo coortes de nascimento, raça/cor e número de filhos tidos nascidos vivos**  
Município do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000.  
Notas: (1) Na escala do número de filhos tidos nascidos vivos, "6" significa 6 ou mais filhos.  
(2) Na legenda das coortes de nascimento, "(B)" significa Brancas e "(N)" Negras.

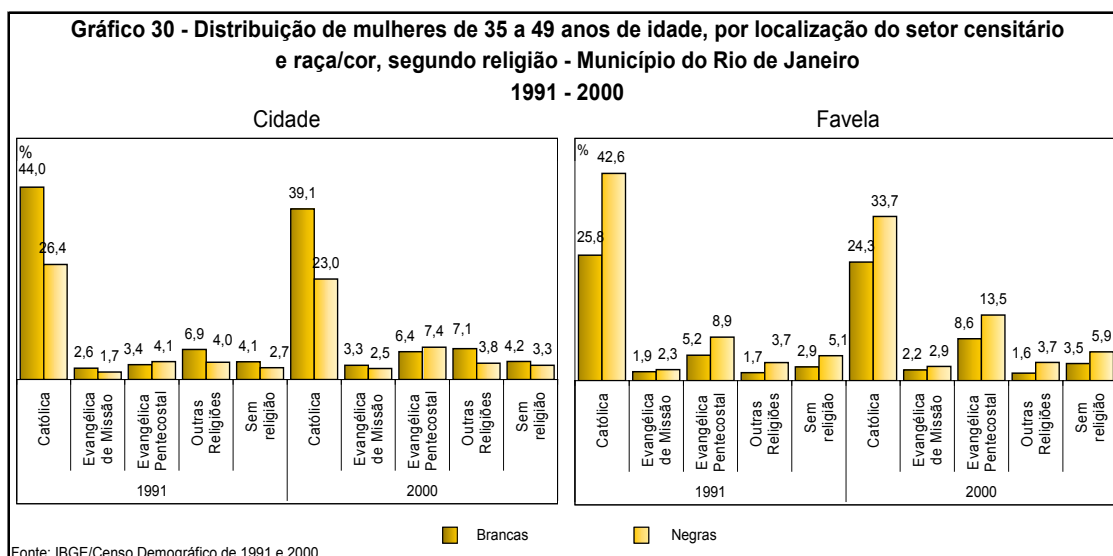
## 5.6 – Religião

As religiões, como instituições sociais, representam um papel relevante no campo da regulação da sexualidade e dos direitos reprodutivos. Alguns seguimentos religiosos mais tradicionais ditam condutas comportamentais muito rígidas em relação às práticas sexuais e reprodutivas: não admitem que seus membros façam sexo por prazer e pregam, usualmente, a abstinência sexual antes ou fora do casamento. Outras incentivam os casais a terem uma família grande formada por vários filhos, já que uma prole grande significa o aumento de sua influência. São radiais a prática de controle reprodutivo, e nem estimulam o uso da camisinha para evitar doenças sexualmente transmissíveis, pois esse método contraceptivo poderia estimular as pessoas a terem menos filhos.

Enfim, o impacto da importância da religião sobre práticas e comportamentos sexuais são de grande complexidade, já que implicam em diferentes normas de conduta e de regulação ou não da fecundidade.

A dinâmica da religião ao longo do período 1991-2000 está apresentada no Gráfico 30. Pode-se observar que a religião católica era a crença de maior penetração no município do Rio de Janeiro. Embora venha perdendo membros para outros credos, continua soberana entre as mulheres brancas e negras residentes na cidade. E pelas negras e brancas, nessa ordem, nas favelas. A maior queda foi registrada de 8,9% entre negras moradoras em favelas.

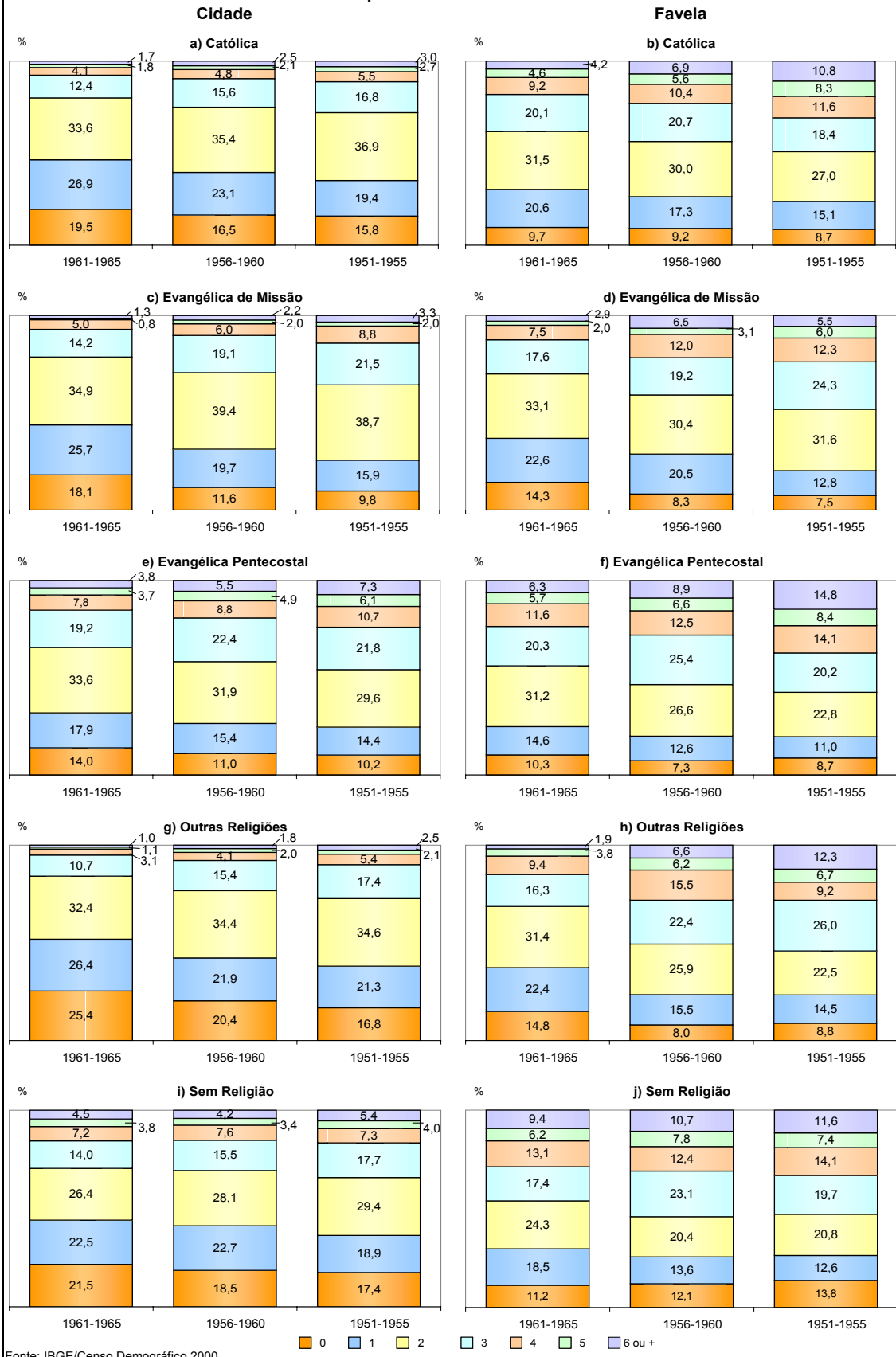
Chama atenção o crescimento das praticantes evangélicas nas duas áreas geográficas, mas com destaque para as evangélicas pentecostais entre as moradoras em favelas. Interessante observar também que, em torno 7,5% da população feminina residente na cidade não praticava nenhuma religião. Já entre as residentes em favelas, esse percentual sobe para 8,5%.



O Gráfico 31 apresenta a distribuição de mulheres que tiveram filhos, segundo a religião. No período pesquisado, verifica-se que a religião segue tendência parecida às classes de renda, na qual observou-se, de modo geral, que as mulheres residentes na cidade tiveram, em média, 3 filhos, enquanto que, as moradoras em favelas tiveram, em média, 4 filhos. Tanto para as moradoras da cidade quanto para as das favelas, os maiores percentuais dessa distribuição estavam plotados entre aquelas que tiveram dois filhos.

Os maiores percentuais de mulheres que tiveram zeros filhos, foram verificados entre as praticantes de outras religiões (25,4% para a coorte de 1961-1965, 20,4% para a coorte de 1956-1960 e 16,8% para a coorte de 1951-1955). Além do mais, a proporção de mulheres com muitos filhos é menor entre aquelas praticantes de outras religiões. As que declararam não terem nenhuma religião (21,5% para a coorte de 1961-1965, 18,5% para a coorte de 1956-1960 e 17,4% para a coorte de 1951-1955), as católicas (19,5% para a coorte de 1961-1965, 16,5% para a coorte de 1956-1960 e 15,8% para a coorte de 1951-1955) e entre as evangélicas de missão (18,1% para a coorte de 1961-1965), todas residentes na cidade.

**Gráfico 31 - Distribuição de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e número de filhos tidos nascidos vivos, segundo religião e coortes de nascimento**  
Município do Rio de Janeiro - 2000



A Tabela 18 apresenta a descendência média final das mulheres de 35 a 49 anos idade, segundo a religião. Verifica-se que as mais baixas DMFs estão entre as mulheres residentes na cidade, praticantes de outras crenças, seguidas pelas católicas. Nas favelas, as menores DMFs eram observadas entre as praticantes evangélicas de missão, seguidas pelas católicas. Por outro lado as maiores DMFs são verificadas entre as evangélicas pentecostais, que residiam em favelas. Nota-se que as mulheres moradoras em favelas tinham, em média, 1 filho a mais do que as residentes na cidade, independente da religião praticada.

**Tabela 18**  
**Descendência média final das mulheres de 35 a 45 anos de idade, por localização do setor censitário, religião e coortes de nascimento**  
**Município do Rio de Janeiro**  
**1991 - 2000**

Cor/raça, Religião e grupos de idade das mulheres	Descendência média final 1991		Coortes de nascimento das mulheres	Descendência média final 2000	
	Cidade	Favela		Cidade	Favela
<b>Total</b>					
Católica					
1952-1956	2,13	2,96	1961-1965	1,68	2,31
1947-1951	2,36	3,28	1956-1960	1,87	2,54
1942-1946	2,60	3,75	1951-1955	1,98	2,84
Evangélica de Missão					
1952-1956	2,30	2,68	1961-1965	1,70	1,99
1947-1951	2,47	2,92	1956-1960	2,04	2,45
1942-1946	2,94	3,93	1951-1955	2,25	2,66
Evangélica Pentecostal					
1952-1956	2,75	3,14	1961-1965	2,17	2,53
1947-1951	3,16	3,69	1956-1960	2,42	2,85
1942-1946	3,50	4,39	1951-1955	2,60	3,13
Outras Religiões					
1952-1956	2,02	3,14	1961-1965	1,47	2,03
1947-1951	2,23	2,93	1956-1960	1,75	2,70
1942-1946	2,49	3,62	1951-1955	1,91	2,87
Sem Religião					
1952-1956	2,32	3,36	1961-1965	1,95	2,64
1947-1951	2,67	3,55	1956-1960	2,01	2,83
1942-1946	1,75	3,45	1951-1955	2,15	2,84

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 1991 2000.

O Gráfico 32 apresenta as probabilidades de aumento da família, segundo a religião. O gráfico demonstra que, as probabilidades das mulheres residentes no município do Rio de Janeiro terem o primeiro filho, diminuíram ligeiramente em todas as categorias de religião, considerando os outros diferenciais apresentados anteriormente. Em 2000 destaca-se o grupo de mulheres, que declararam terem outras religiões (75% para a coorte de 1961-1965, 80% para a coorte de 1956-1960 e 83% para a coorte de 1951-1955). As mulheres moradoras na cidade detinham as menores probabilidades de terem filhos, independente da religião praticada.

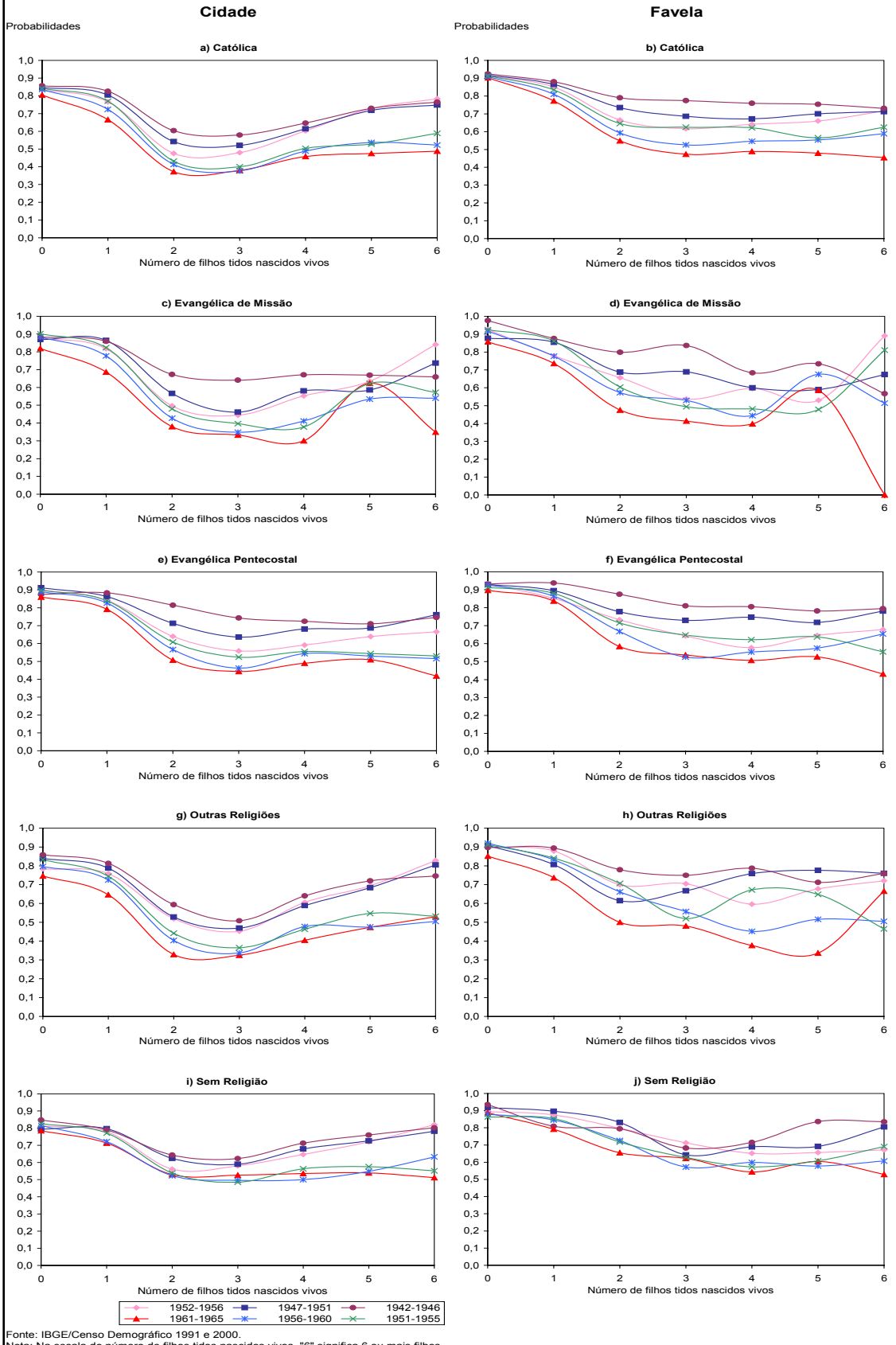
Ainda com relação ao gráfico 32, as probabilidades das mulheres de 35 a 49 anos de idade terem o segundo filho ou mais entre aquelas que residiam na cidade, foram, em média, de 88% para as evangélicas pentecostais (86% para a coorte de 1961-1965, 89% para a coorte de 1956-1960 e 90% para a coorte de 1951-1955), 83% para as católicas (80% para a coorte de 1961-1965, 84% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955), 81% para as que não praticavam nenhuma religião (78% para a coorte de 1961-1965, 81% para a coorte de 1956-1960 e 83% para a coorte de 1951-1955), 79% para aquelas que declararam outras religiões (75% para a coorte de 1961-1965, 80% para a coorte de 1956-1960 e 83% para a coorte de 1951-1955), e, 76% para as evangélicas de missão (69% para a coorte de 1961-1965, 78% para a coorte de 1956-1960 e 82% para a coorte de 1951-1955). Para as moradoras em favelas, as probabilidades de terem o segundo filho ou mais, foram, em média, de 91% para as evangélicas pentecostais (90% para a coorte de 1961-1965, 93% para a coorte de 1956-1960 e 91% para a coorte de 1951-1955), 91% para as católicas (90% para a coorte de 1961-1965, 91% para as coortes de 1956-1960 e de 1951-1955), 89% para aquelas que declararam outras religiões (85% para a coorte de 1961-1965, 92% para a coorte de 1956-1960 e 91% para a coorte de 1951-1955), 88% para as sem religião (89% para a coorte de 1961-1965, 88% para a coorte de 1956-1960 e 86% para a coorte de 1951-1955) e, 79% para as evangélicas de missão (74% para a coorte de 1961-1965, 78% para a coorte de 1956-1960 e 86% para a coorte de 1951-1955).

O Gráfico 33 evidencia as probabilidades de aumento da família, segundo a raça/cor e religião. Observa-se que, as probabilidades das mulheres terem o primeiro e segundo filho, eram bem próximas, em média, para todas as categorias de religião. Sendo essas probabilidades ligeiramente mais altas entre as mulheres brancas e negras moradoras em favelas, girando em torno de 92% para o primeiro filho e 86% para o segundo filho. Para o conjunto dessas mulheres, as brancas apresentaram as menores probabilidades desses eventos terem acontecido em relação às negras. Na cidade, essas probabilidades, em média, giraram em torno de 86% e 82%, respectivamente. Em ambas as áreas geográficas, as mulheres que declararam outras religiões e por aquelas que não praticavam nenhuma religião apresentaram as menores probabilidades de terem

o primeiro e o segundo filho. Seguidas pelas mulheres católicas, evangélicas de missão e evangélicas pentecostais.

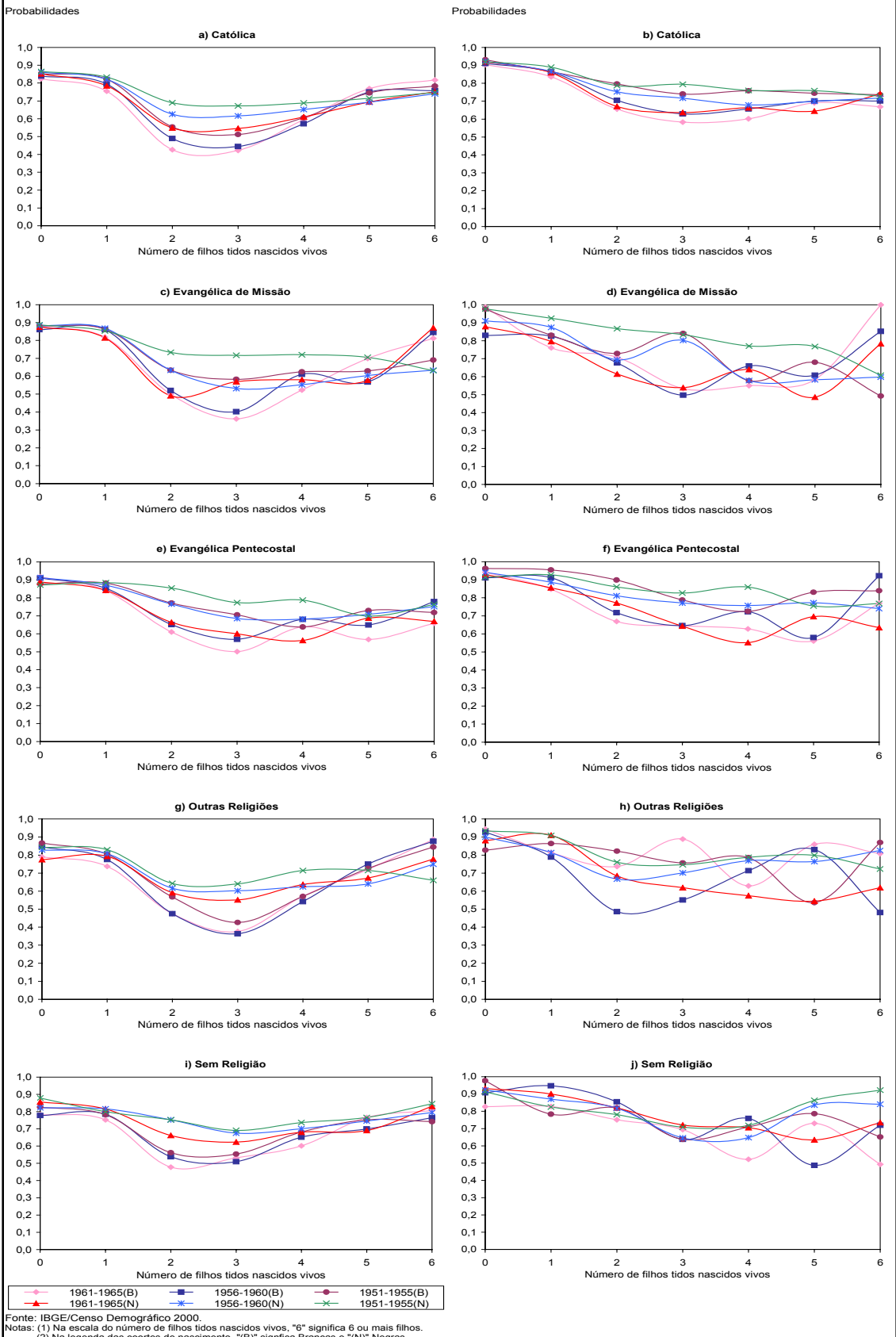
Com relação ao terceiro filho ou mais, o gráfico 33 demonstra que as probabilidades diminuíram drasticamente em todas as categorias de religião, especialmente entre as brancas moradoras na cidade. As católicas apresentaram as menores probabilidades, que giraram, em média, de 49% (43% para a coorte de 1961-1965, 49% para a coorte de 1956-1960 e 55% para a coorte de 1951-1955). Seguidas por aquelas que declararam outras religiões 50% (47% para a coorte de 1961-1965, 47% para a coorte de 1956-1960 e 55% para a coorte de 1951-1955). Entre as negras, as probabilidades de terem o terceiro filho ou mais, eram, em média, 62% para as católicas, evangélicas de missão e por aquelas que declararam outras religiões. Nas favelas, as diferenças observadas dessas probabilidades foram de menor intensidade. As mulheres brancas apresentaram as menores probabilidades de terem o terceiro filho ou mais comparadas às negras. Aquelas que declararam outras religiões tinham, em média, 68% de chances (74% para a coorte de 1961-1965, 49% para a coorte de 1956-1960 e 82% para a coorte de 1951-1955). Seguidas pelas católicas (61% para a coorte de 1961-1965, 70% para a coorte de 1956-1960 e 80% para a coorte de 1951-1955) e evangélicas de missão (71% para a coorte de 1961-1965, 68% para a coorte de 1956-1960 e 73% para a coorte de 1951-1955), que tiveram, em média, 70% de chances em ambos os seguimentos religiosos. Entre as negras, aquelas que declararam outras religiões tiveram as menores probabilidades de terem o terceiro filho ou mais, ou seja, suas chances giraram, em média, de 70% (68% para a coorte de 1961-1965, 67% para a coorte de 1956-1960 e 76% para a coorte de 1951-1955). Seguidas pelas evangélicas de missão com 72% de chances (61% para a coorte de 1961-1965, 69% para a coorte de 1956-1960 e 87% para a coorte de 1951-1955) e pelas católicas com 74% de chances (67% para a coorte de 1961-1965, 75% para a coorte de 1956-1960 e 79% para a coorte de 1951-1955).

**Gráfico 32 - Probabilidades de aumento da família para coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e religião, segundo coortes de nascimento e número de filhos tidos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro 1991 - 2000**





**Gráfico 33 - Probabilidades de aumento da família para coortes de mulheres de 35 a 49 anos de idade, por localização do setor censitário e religião, segundo coortes de nascimento, raça/cor e número de filhos tidos nascidos vivos - Município do Rio de Janeiro - 2000**  
**Cidade Favela**



## CAPÍTULO 6

### CONCLUSÕES

Neste estudo procurou-se responder as questões inicialmente propostas que envolvem as trajetórias de declínio da fecundidade das mulheres de 35 a 49 anos de idade residentes no Município do Rio de Janeiro no período de 1991-2000, tendo como eixo principal de análise os diferenciais de fecundidade por: raça/cor, localização do setor censitário, anos de estudo, estado civil, condição de atividade, classes de rendimento nominal mensal familiar e religião, dessa população. Ressalta-se que essas podem ter variando no tempo, ou seja, deve-se levar em consideração o fator mudança de status ao longo do período pesquisado. Em outras palavras, as mulheres podem estar apresentando probabilidades de terem n filhos quando elas ainda moravam na cidade e posteriormente moravam em favelas ou vice versa; ou tinham menos anos de estudo e passaram a ter mais; ou eram solteiras, passaram a ser casadas, se separaram e novamente voltaram a se casar; ou não trabalhavam em 1991 e em 2000 estava no mercado de trabalho ou em sentido oposto; ou tinham menor ou maior ou em sentido inverso; ou ainda, professavam uma religião anteriormente e passaram a cultuar outra crença.

Do ponto de vista demográfico, se buscou verificar a partir do conjunto de mulheres residentes em favelas ou não, qual o segmento populacional apresentava os maiores ou menores níveis de parturição e em que espaço geográfico prevalecia essas condições. Pelo lado social, constataram-se evidências de que o declínio das taxas de fecundidade são reflexos das mudanças nas estruturas sociais conquistadas pelas mulheres brasileiras, principalmente, em relação a uma maior inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e pela obtenção de melhores níveis educacionais nas últimas décadas do século XX. Essas mudanças refletiram-se, de modo diferenciado, em todos os setores da sociedade brasileira, e, em particular, no município do Rio de

Janeiro. Como se pode inferir, já que se constata o declínio nas taxas de fecundidade, inclusive nos segmentos mais pobres da população e residentes em favelas.

As análises neste estudo demonstraram que o comportamento reprodutivo das mulheres de 35 a 49 anos de idade residentes no município do Rio de Janeiro é um fenômeno complexo e dinâmico, pelo fato que apresenta múltiplas facetas que influenciam a fecundidade dessas mulheres, pois delineiam pesos decisivos sobre o número de filhos tidos. O comportamento reprodutivo é dinâmico porque está relacionado à estrutura social, cultural, econômica e política que influem direta ou indiretamente na dinâmica reprodutiva e nos processos constituídos da organização social e familiar. Por exemplo, campanhas contraceptivas, educação sexual, o custo econômico dos filhos, entre alguns aspectos que afetam a reprodução humana e a organização familiar, num determinado contexto social.

Os efeitos das variáveis consideradas sobre os níveis de fecundidade apresentaram a direção esperada, e confirmada em outros estudos sociais e demográficos, a exemplo de MERRICK e BERQUÓ, (1983); LAM *et al.*, (1992); MARTINE *et al.*, (1994); CARVALHO e WONG, (1996); CAMARANO, (1996); PERPÉTUO e WONG, (1999); PATARRA, (2000), entre outros.

Destacando-se, ainda, a raça/cor, independentemente de suas características demográficas, socioeconômicas ou culturais como fonte diretiva para o cruzamento das possíveis características diretamente ligadas ao declínio dos níveis de fecundidade. Isto é, mesmo considerando os diferenciais existentes entre as categorias dessas variáveis, a predominância de maiores parturições foram verificadas no conjunto das mulheres negras, independentemente da localização do espaço geográfico, em relação às brancas residentes na cidade ou na favela.

Interessante observar que, a relação entre a queda da fecundidade e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, bem como a conquista de mais anos de escolaridade e melhores condições econômicas, são fenômenos que ocorrem com grande intensidade no Brasil desde os anos setenta. Nota-se que o ingresso de mulheres casadas no mercado de trabalho não impossibilitou, apesar das dificuldades familiares, que elas tivessem seus filhos, só que passaram a ter um número menor de filhos perante as novas oportunidades de trabalho.

Vale lembrar que, o uso de métodos contraceptivos de alta eficácia permitiu, não só, o exercício da sexualidade, como também propiciou a emancipação das mulheres como população economicamente ativa. Visto que, o aumento da proporção de mulheres chefes de família foi observado no censo de 2000. Isto se deve a um processo amplo e irrestrito de democratização e universalização dos direitos civis e sociais conquistado pelas mulheres, via trabalho, assim como o surgimento de uma nova constituição familiar.

Nesta dissertação observa-se que as mulheres que participavam do mercado de trabalho apresentavam as maiores probabilidades de não terem filhos, em relação as que não estavam trabalhando, durante o período de 1991-2000, independente da localização geográfica (residentes em favelas ou não). O conjunto daquelas com maior escolaridade (8 anos ou mais) tinham, em média, menos filhos comparadas as com menos de 7 anos de estudo. E entre aquelas que detinham os melhores rendimentos, se observaram também as menores probabilidades dessas mulheres terem uma família numerosa, independente da localização geográfica.

Constatou-se, também, que independente da condição socioeconômica e cultural, as probabilidades do conjunto das mulheres de 35 a 49 anos terem o primeiro filho aumentaram ligeiramente no período de 1991-2000. Por outro lado, uma proporção maior de mulheres residentes no município do Rio de Janeiro estava tendo menos filhos.

De modo geral, as mulheres brancas têm menos filhos do que as negras, independente da localização do setor censitário. Essa tendência girou em torno de 1 a 2 filhos para as residentes na cidade e de até 3 filhos para as moradoras nas favelas. Vale ressaltar que a melhoria observada nos indicadores está, provavelmente, associada ao resultado dos esforços feitos pelas três esferas de governo na implementação de programas voltados para a promoção da saúde reprodutiva da mulher.

A análise da relação entre a maternidade e os diferenciais propostos neste estudo nos sugerem que os níveis de fecundidade poderão continuar a diminuir, quaisquer que sejam as dificuldades advindas da condição familiar e da localização geográfica das mulheres. No entanto, a explicação para esta persistência deveria ser buscada principalmente na valorização do trabalho feminino e nos novos papéis desempenhados pelas mulheres na sociedade, do que na implantação de condições concretas que eliminem a relativa incompatibilidade que existe entre a maternidade e o trabalho

feminino. Pois estas condições pouco se alteraram, seja no interior da família, na qual os papéis seguem sendo desigualmente distribuídos, seja na sociedade, cujos equipamentos sociais (públicos e privados) continuam muito aquém das necessidades das mulheres em relação, principalmente, às creches, puericultura, acesso aos serviços de saúde para realização do pré-natal e parto que estão diretamente ligados a sua conseqüente inserção na sociedade, entre outras questões. É por isso que qualquer política social que tenha por finalidade beneficiar as mulheres deveria buscar não só a igualdade no mercado de trabalho e a proteção para aquelas que são mães, mas também criar mecanismos que viabilizem uma nova divisão de papéis na família, com todos os seus integrantes partilhando tanto as responsabilidades profissionais quanto as domésticas na criação dos filhos.

Fica patente que apesar de se reconhecer às limitações de uma análise baseada em diferenciais de fecundidade, acredita-se que as evidências apontadas, ao longo deste estudo, sejam sugestivas para mostrar o alcance da perspectiva teórica adotada nesta dissertação, que poderá ser aprofundada em trabalhos futuros.

As evidências encontradas nos diferenciais de fecundidade permitem que se levante novas questões sobre o declínio da fecundidade, principalmente nos segmentos populacionais menos favorecidos econômica e socialmente. Neste sentido, quais os fatores que estariam influenciando no declínio da fecundidade dessa população? Seria a eficiência de políticas relacionadas com a difusão de métodos contraceptivos e de “paternidade responsável”, dirigidos principalmente, a população de menos poder aquisitivo? Estas e outras questões suscitam novos estudos.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida. A favela está fazendo 100 anos (Sobre os caminhos tortuosos da construção da cidade). In: **Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. pp. 188-190, Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1993.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. **Transição da Fecundidade e Relações de Gênero no Brasil**. CEDEPLAR, 298 p., Belo Horizonte, 1994.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Favelário Nacional. In: **Corpo**. Rio de Janeiro, Record, 3ª edição, 1984.
- ÁVILA, Maria Betânia de M.A., CORRÊA, Sônia. O movimento de saúde e direitos reprodutivos no Brasil: revisitando percursos. In: **Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil: Dilemas e Desafios**. Orgs. Loren Galvão e Juan Díaz. Capítulo 2, pp. 70-102. Editora Hucitec, *Population Council*. São Paulo, 1999.
- BACCI, Livio Massimo. **Espacio y Estratégias del crecimiento demográfico**. In: **História mínima de la población mundial**. 1989. Tradução de Paul Bizán Muñoz, Editora Ariel S.A., 1ª Edição, Barcelona, 1990.
- BARROSO, Carmen. The women's movement, the state and health policies in Brazil. In: G.LYCKLAMAÀ NIJEHDT (ed). **Towards Women's Strategies in the 1990s. Challenging the Government and the State**. Macmillan. Worcester, 1991.
- BECKER, S. Gary. An economic analysis of fertility. In: **Demography and economic change in developed countries**. NBER, New York, 1960.
- \_\_\_\_\_. **A treatise on the family**. Harvard University Press, pp. 93-112, London, 1981.
- BERCOVICH, Alicia M. **Considerações sobre a fecundidade da população negra no Brasil**. In: LOVELL, Peggy A. (org.) **Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo**. UFMG/CEDEPLAR, pp. 309-339, Belo Horizonte, 1989.
- BERQUÓ, Elza, *et al.* **São Paulo e sua fecundidade: um estudo das variáveis intermediárias e dos diferenciais sócio-econômicos da fecundidade**. Fundação SEADE, v. 1, São Paulo, 1985.
- BERQUÓ, Elza. **Brasil, um caso exemplar a espera de uma ação exemplar: anticoncepção e partos cirúrgicos**. Estudos Feministas, 1(2), pp. 366-381, 1993.

- \_\_\_\_\_. Ainda a questão da esterilização feminina no Brasil. In GIFFIN, KAREN and SARAH, H. Costa, Org. **Questões da Saúde Reprodutiva**. Editora FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1999.
- \_\_\_\_\_. Sterilization and race in São Paulo. In **Reichmann Rebecca, Edit. Race in Contemporary Brazil: From Indifference to Equality**. The Pennsylvania State University Press. University Park, Pennsylvania, 1999a.
- BLAKE, Judith. The fertility transition: continuity or discontinuity with the past? In: **IUSSP, International Population Conference**. v. 4, pp. 393-401, 1985.
- BONGAARTS, John. A framework for analyzing the proximate determinants of fertility. In: **Population and Development Review**, vol. 4, n.1, pp. 105-32, 1978.
- \_\_\_\_\_. **The fertility-inhibiting effects of the intermediate fertility variables**. In: *Studies in Family Planning*. vol. 13, n. 6/7, junho/julho, 1982.
- \_\_\_\_\_. What can future surveys tell us about the proximate determinants of fertility? In: **International Family Planning Perspectives**. vol. 11, n. 3, 1985.
- BOSERUP, E. **The conditions of agricultural growth. The economics of agrarian change under population pressure**. Earthscan Publications Ltd, London, 1993 [1965].
- CAMARANO, Ana A. **Fertility transition in Brazil in the twentieth century: A comparative study of three areas**. University of London, January, London, 1996.
- CAMARANO, Ana A. *et al.* Tendências Demográficas do Município do Rio de Janeiro. In: **Coleção Estudos da Cidade**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, março, 2004.
- CARLSSON, G. The decline of fertility: innovation or adjustment process. In: **Population Studies**. 20(2):149-174, 1966.
- CARVALHO, J.A.M., PAIVA, P.T.A., SAWYER, D.R. **A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação**. CEDEPLAR, (Monografia, 12), Belo Horizonte, 1981.
- CARVALHO, J.A.M., WONG L. L. R. The fertility transition in Brazil: causes and consequences. In: GUSMAN, J. M.; SINGH, S.; RODRIGUEZ, G. & PANTELIDES, E.. (Org.). **The fertility transition in Latin America**. 1 ed. Oxford - Grã-Bretanha, 1996.
- CARVALHO, J.A.M.; WOOD, C.H.; ANDRADE, F.C.D. Notas Acerca das Categorias de cor dos Censos e sobre a Classificação Subjetiva de Cor no Brasil: 1980/1990. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. 12, 2000, Caxambu. Anais... CD-ROM.

- CASTERLINE, John B., SINGH, Susheela, CLELAND, John, ASHURST, Hanzel. The proximate determinants of fertility. In: **WFS Comparative Studies**, n. 39, Holland, november, 1984.
- CAVENAGHI, Suzana Marta, GOLDANI, Ana Maria. Fecundidade e família: os tamanhos das famílias das mulheres e das crianças no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 10, n. 1 /2, jan./dez. ABEP, pp. 107-24, São Paulo, 1993.
- CAVENAGHI, Suzana Marta, ALVES, José Eustáquio Diniz. Dinâmica da Fecundidade no Estado do Rio de Janeiro: 1991-2000. mimeo, 2005.
- CEZAR, Paulo Bastos. Evolução da População de favelas na cidade do rio de Janeiro: Uma reflexão sobre os dados mais recentes. In: **Coleção Estudos da Cidade**. Instituto Pereira Passos, pp. 11, Rio de Janeiro, 2002.
- COALE, Ansley, HOOVER, Edgard. **População e desenvolvimento econômico**. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1966.
- COALE, Ansley. The demographic transition: a summary, some lessons and some observations. In: CHO, Le-Jay and KOBAYASHI, Katumasa (eds.), **Fertility Transition of East Asian Populations**, cap. 2, University Press of Hawaii, Honolulu, 1979.
- CORRÊA, Sônia. **PAISM: Uma história sem fim**. Revista Brasileira de Estudos de População, 10(1 /2), pp. 3-12, 1993.
- CORRÊA, Sônia, Rebeca REICHMANN. **Populational reproductive rights: feminist perspective from the South**. Zed Books, London, 1994.
- COSTA, Ana Maria. **Planejamento Familiar no Brasil**. Brasília, 2002 (mimeo).
- DAVIS, Kingsley. The theory of change and response in modern demographic history. In: **Population Index**, v.29, n. 4, pp. 345-66, Princeton, 1963.
- EL GHAOURI, Solange Kanso. **Perfil Socioeconômico-demográfico da População abaixo da Linha de Pobreza: Análise das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de Recife**. IBGE/ENCE, p. 187, Rio de Janeiro, 2003.
- ERVATTI, Leila Regina. **Dinâmica migratória no Estado do Rio de Janeiro na década de 90: Uma análise mesorregional**. IBGE/ENCE, Rio de Janeiro, 2003.
- FARIA, Vilmar E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: **Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, São Paulo, 1989.
- FORMIGA Filho, José Ferreira. Políticas de saúde reprodutiva no Brasil: uma análise do PAISM. In: **Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil: Dilemas e Desafios**. Orgs.



- Loren Galvão e Juan Díaz. Capítulo 4, pp. 151-62. Editora Hucitec, Population Council, São Paulo, 1999.
- FUREDI, Frank. A critical introduction. In: **Population and Development, Great Britain**, pp. 1-51, 1997.
- GIFFIN, K. M. A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil. In: LEAL, M. C. e outros (Orgs.) **Saúde, Ambiente e Desenvolvimento**, Vol. II, São Paulo, HUCITEC /ABRASCO, 1992.
- GOLDANI, Ana Maria. Os aspectos formais para o estudo da fecundidade e nupcialidade. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, I, pp. 310-79, Campos do Jordão, 1978.
- \_\_\_\_\_. Família, relações de gênero e fecundidade no Nordeste do Brasil. In: **Fecundidade, Anticoncepção e Mortalidade Infantil; Pesquisa sobre Saúde Familiar no Nordeste 1991**. BENFAM, pp. 57-80, Rio de Janeiro, junho de 1994.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999. páginas 19-68.
- HAMMEL, E. A. Preface. In: Calwell, J. C. **Theory of fertility decline**. London, Academic Press, 1982.
- HOBBCRAFT, John, LITTLE, R.J.A. Fertility exposure analysis: a new method for assessing the contribution of proximate determinants to fertility differentials. In: **Population Studies**, n.38, pp. 21-45, 1984.
- HODGSON, Dennis. Orthodoxy and revisionism in American Demography. In: **Population and Development Review**, vol. 14, n. 4, december, 1988.
- IBGE. **Censo Demográfico de 1940 - 2000**. Rio de Janeiro, 1950 - 2001.
- \_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais 2000**. Departamento de População e Indicadores Sociais, 369 p., Rio de Janeiro, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2000 : Primeiros Resultados da Amostra** Rio de Janeiro, Parte 1 e Parte 2 (CD-ROM), 2002.
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000 : Nupcialidade e Fecundidade : Resultados da Amostra**. Rio de Janeiro, 2003a.
- \_\_\_\_\_. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Relatórios Metodológicos, n. 25, Rio de Janeiro, 2003b.
- JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Editora Alínea, Campinas, São Paulo, 2001.

- KNODEL, John, Van de WALLE, Etienne. Lessons form de the past: policy implications of historical fertility studies. In: **Population an Development Review**, v. 5 n. 2, pp. 217-45, New York, 1979.
- HINDE, Andrew. Parity Progression. In: **Demographic methods. Great Britain**, Arnold Publishers, pp. 107-20, 1998.
- LAM, D., SEDLACEK, G., DURYEA, S. Increases in women's education and fertility decline in Brazil. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, VIII, Brasília, Anais... ABEP, v. 1, pp. 89-118, São Paulo, 1992.
- LAZO, Aída C. G. Verdugo. Nupcialide nas PNADs-90: Um tema em extinção? In: **Texto para discussão**, n. 889, IPEA, pp. 1-40, Rio de Janeiro, 2002.
- LESSA, Carlos, **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima**. Rio de Janeiro e São Paulo, Editora Record, 2001.
- LESTHAEGHE, Ron, WILSON, Christopher. Modes of production, secularization, and the pace of fertility decline in western Europe, 1870-1930. In: Ansley J. Coale and Susan Cotts Watkins, editors, **The Decline of Fertility in Europe: The Revised Proceedings of a Conference on the Princeton European Fertility Project** (NJ: Princeton University Press), 290 p., Princeton, 1986.
- LEVY, Maria Stella Ferreira, REIS, Izildinha Marques dos, SANTOS, Jair Licio Ferreira, GODINHO, Rute Godinho. Aplicação de uma técnica de parturição a dados brasileiros. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. VIII, Anais..., v. 1, pp. 75-88, Brasília, 1992.
- MALTHUS, Thomas. R. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: Ensaio sobre a população**. São Paulo, Abril Cultural, 1983 [1ª edição em inglês, 1798].
- MARTINE, George, CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. v. 1, n. 1 / 2, jan./dez., Campinas, 1984.
- MARTINE, George, CARVALHO, José Alberto Magno de e ARIAS, Alfonso Rodrigues. Mudanças recentes no padrão demográfico brasileiro e implicações para a agenda social. In: **Texto para Discussão**. n. 345. IPEA, Rio de Janeiro, julho de 1994.
- MARTINE, George. Brazil's fertility decline, 1965-95: a fresh look at key factors. In: **Population and Development Review**. n. 22 (1), pp. 47-75, march, 1996.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

- MERRICK, Thomas, BERQUÓ, E. **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility.** *Washington, National Academy Press. (Committee on Population and Demography, report n. 23)*, 1983.
- MONTES, Lúcia Maria. Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, L.M.; QUEIROZ, R.S. (orgs.). **Raça e Diversidade.** São Paulo: Edusp, 1996. p. 46-75.
- MORENO, L. An alternative Model of the impact of the proximate determinants of fertility change. In: **Evidence from Latin America in Population Studies**, vol. 45 (2), pp. 313-38, 1991.
- NOTESTEIN, Frank. **Population: the long view**, In: SCHULTZ, T.W. (ed.), *Food for the World.* University of Chicago Press, Chicago, 1945.
- OLINTO, Maria Teresa A. & OLINTO, Beatriz A. Raça e desigualdade entre as mulheres: Um exemplo no sul do Brasil. In: **Cadernos de Saúde Pública.** 16(4), pp. 1137-42, out-dez, 2000.
- OLIVEIRA, Jane Souto de. Repensando a questão das favelas. In: **Revista brasileira de Estudos de População.** Campinas, v.2 n.1, pp. 9-30, jan./jun., 1985.
- OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia de, *et al.* **O lugar do negro na força de trabalho.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, Rio de Janeiro, 1981.
- PACHECO, Moema De Poli Teixeira. As desigualdades raciais em dois tipos de família. In: **Cadernos Candido Mendes.** Centro de Estudos Afro-asiáticos – CEAA, nº 16, pp.198-225, Rio de Janeiro, 1989.
- PAIVA, P.T.A. O processo de proletarização como fator de desestabilização dos níveis de fecundidade no Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes, *et al.* **Transição da fecundidade: análises e perspectivas.** São Paulo, CLACSO, 1985.
- PASCOM, Ana Roberta Pati. **Mudanças no comportamento reprodutivo das mulheres brasileiras: Um estudo comparativo entre 1986 e 1996.** IBGE/ENCE. 144 p., Rio de Janeiro, 2002.
- PATARRA, Neide Lopes. Mudanças na dinâmica demográfica. In: MONEIRO, Carlos Augusto (Org.). **Velhos e Novos Males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças.** Editora Hucitec. São Paulo, 2000.
- PERPÉTUO, Iñez Helena Olívia, WONG, Laura L. Rodríguez. **Long-term perspectives on Brazilian Fertility Level.** *Report Research.* (mimeo) Belo Horizonte, março, 1999.
- PERPÉTUO, Iñez Helena Olívia. Raça e acesso às ações prioritárias na agenda da saúde reprodutiva. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XII, Anais...** CD-ROM, Caxambu, 2000.

POOL, Ian. The role of demography. In: **Development Public and Social Policy**. New Zealand, 1997.

POTTER, Joseph E. The persistence of outmoded contraceptive regimes. The cases of Mexico and Brazil. In: **Population Development Review**. vol. 25 (4), pp. 703-39, 1999.

PRESTON, S. H., P. Heuveline, *et al.* **Demography : measuring and modeling population processes**. Malden, MA: Blackwell Publishers. xiii, 291 p., 2001.

PRITCHET, Lant H. Desired fertility and the impact of population policies. In: **Population and Development Review**. v. 20, p.1-55, New York, march, 1994.

SANTOS, Jair Licio Ferreira. A inferência de coeficientes e fecundidade a partir de dados de parturição. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, VII, Anais..., v. 2, pp. 517-36, Caxambu, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 p. 43-66.

SKIDMORE, Thomas E. O Ideal de Branqueamento. In: \_\_\_\_\_, **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 332 p.

SIMÕES, C.C.S., OLIVEIRA, L.A.P. **Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: A situação da fecundidade, determinantes gerais e características da transição recente**. IBGE, Rio de Janeiro, 1988.

WONG, Laura Rodriguez. Estimativas de fecundidade a partir de dados de parturição (uma aplicação aos censos brasileiros). In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, IV, Anais..., v. 3, pp. 1215-32, Águas de São Pedro, 1986.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto Magno de. Categorias do Censo e Classificação Subjetiva de cor no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. Volume 11 nº 1, Campinas-SP, janeiro/julho de 1994. p 3-17.

## SITES

<http://www.eclac.cl/celade/redatam>

<Http://www.prb.org>

[Http://www.terravista.pt/2458/dic-soc/soc\\_e.html](Http://www.terravista.pt/2458/dic-soc/soc_e.html)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)